

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: CAMINHOS DA
(IN)VIABILIDADE?**

FABIO JARDEL GAVIRAGHI

PORTO ALEGRE

2010

FABIO JARDEL GAVIRAGHI

**EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: CAMINHOS DA
(IN)VIABILIDADE?**

Dissertação apresentada à Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande
do Sul – Faculdade de Serviço Social
– Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre
em Serviço Social.

Orientadora: Dr. Gleny Terezinha Duro Guimarães

PORTO ALEGRE

2010

FABIO JARDEL GAVIRAGHI

EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: CAMINHOS DA (IN) VIABILIDADE

Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Faculdade de Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovado em ____ de _____ de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dr. Gleny Terezinha Duro Guimarães
PUCRS

Profa. Dr. Leonia Capaverde Bulla
PUCRS

Profa. Dr. Maria Aparecida Marques da Rocha
UNISINOS

*“O que se leva da vida
é a vida que se leva”*

(Túlio Deck)

DEDICATÓRIA

*Aos meus PAIS, Nelci e Gladis,
aos meus IRMÃOS, Aquiles e Luana,
e à minha NOIVA, Morgana,
todos fundamentais na minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Inicialmente quero agradecer à minha família, ao meu pai, Nelci, e à minha mãe, Gládis, bem como aos meus irmãos, Aquiles e Luana, que foram fundamentais e nunca mediram esforços para a efetivação desse sonho, acompanhando mesmo que de longe, mas indispensáveis nesse processo de formação.

Agradeço também à minha noiva, Morgana Christmann, que me acompanha desde o período da graduação, não sendo diferente no período do mestrado, sempre me apoiando e entendendo os momentos de dificuldades e comemorando comigo as vitórias conquistadas. Estendendo o agradecimento aos seus pais, Seno Carlito Christmann e Anamaris Sisti Christmann, e à sua irmã, Mirela Christmann, que também me acompanharam em todo o período de formação e contribuíram muito nesse processo.

Agradeço às minhas colegas e, principalmente, amigas de coração, Carolina Ritter e Jaqueline Goulart Vincensi, que me acompanham desde o primeiro dia de aula da graduação, seguindo como colegas no mestrado, contribuindo nos períodos difíceis, de ansiedade, de nervosismo, sempre com carinho, compreensão, humildade, sabedoria, e comemorando conjuntamente todas as vitórias e alegrias. Obrigado mesmo.

Agradeço às minhas eternas professoras Cristina Fraga e Caroline Goerck, as quais, além de incentivarem-me a fazer o mestrado, contribuíram com sua vasta sabedoria em todo o meu processo de formação. Sem vocês minha Dissertação não teria sentido.

Agradeço à minha orientadora, Gleny Terezinha Duro Guimarães, me aconselhando no mestrado e na vida, nas atividades do Grupo de Pesquisa, bem como no período de elaboração do projeto e desenvolvimento da dissertação. Agradeço a tolerância, a compreensão, a sabedoria e demais contribuições ricas para a qualificação deste trabalho, que resultaram em um aprendizado enorme para o meu desenvolvimento profissional e em minha vida.

Agradeço à professora participante da banca, Leonia Capaverde Bulla, que foi meu primeiro contato na universidade e contribuiu muito para o entendimento da profissão nas disciplinas e na banca de qualificação e final da Dissertação. Agradeço também à Maria Aparecida Rocha que aceitou o convite em participar das bancas, momento esse de maior desafio no processo de formação.

Agradeço aos professores do programa de pós, Jussara Mendes, Beatriz Aginsky, Jane Prates, Berenice Couto, Carlos Nelson dos Reis, Patrícia Grossi, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. E aproveito para estender o convite aos secretários do Programa Antonio Dalpicol e Juliana Cavalheiro, que sempre foram compreensíveis e atenciosos.

Agradeço também às amigas e colegas Lilian Couto Gonçalves, Jaina Raqueli Pedersen, que através da simplicidade e sabedoria contribuíram significativamente para minha formação e também agradecer aos demais colegas de núcleo que ajudaram de uma forma ou de outra no meu processo de crescimento profissional.

Agradeço ao CNPq, pela bolsa de estudo que me foi disponibilizada, sem a qual não teria cursado o mestrado. Agradeço à Unijuí, pela base no período de graduação, bem como à Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária, ligada à PUCRS.

Agradeço a todos os professores, desde as séries iniciais, no ensino fundamental, médio e normal. Bem como a todos os professores que obtive na graduação, a todos os mestres que me ajudaram a entender que podemos ter uma sociedade mais justa.

Enfim, agradeço a todos que estão ao meu redor e que colaboraram das mais diferentes formas. Obrigado mesmo.

RESUMO

Este trabalho refere-se a uma pesquisa desenvolvida durante o período de realização do mestrado em Serviço Social na PUCRS. Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar as formas de sustentabilidade que os empreendimentos de Economia Solidária oferecem a seus associados, com vistas a contribuir com as políticas sociais. As transformações societárias recentes modificaram as condições de vida da classe trabalhadora. A ampliação do desemprego e da precarização do trabalho, principalmente através de fatores como a reestruturação produtiva, a adoção de políticas respaldadas no ideário neoliberal, da globalização e da III Revolução Industrial, obrigou uma parcela significativa de sujeitos a procurar outras fontes de geração de renda. Entre elas está a Economia Solidária, que é uma forma de geração trabalho e renda de maneira solidária e autogestionária. O tipo de pesquisa é qualitativo através de um estudo exploratório com associados de dois empreendimentos. A pesquisa, que segue o método dialético-crítico, teve como técnica utilizada a entrevista com a aplicação de um formulário semi-estruturado, e a análise dos dados baseou-se na análise textual discursiva que tem como seu principal autor Roque Moraes (2007). Os grupos pesquisados apresentaram alguns empecilhos para desenvolver suas atividades, dificultando muitas vezes a sustentabilidade, entretanto possuem também formas de superação destes limites. Os empreendimentos encontram desafios constantes no caminho para a viabilidade econômica, em especial no processo da produção, na comercialização, no acesso ao crédito, entre outros. A forma encontrada para encarar e superar estas limitações é através do trabalho coletivo solidário, entre os próprios associados e entre cooperativas, criando redes solidárias, abrindo a possibilidade da participação de todos na gestão do empreendimento, bem como através de parcerias. A prática social dos empreendimentos pesquisados possibilitou aos seus associados uma ampliação de rendimento, de inclusão social, principalmente, das mulheres, contribuindo também para o desenvolvimento da comunidade na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Transformações no mundo do trabalho – Economia Solidária – sustentabilidade socioeconômica.

ABSTRACT

This essay refers to a research developed during a social service master's degree course at PUC/RS. This research aims the assessment of the sustainability forms that the Solidary Economies offer to members, with social politics. The recent transformations in partnerships have modified the way of life of the working class. The unemployment spread and precariousness of working conditions, especially through aspects like production reorganization, the implementation of neo-liberal politics, of globalization and the III Industrial Revolution, forced a great number of workers to look for other income sources. Among them is the Solidary Economy, which is a form of job and income generation in a solidary and auto managing way. The type of research is qualitative through an exploring study with members of two enterprises. The research follows the critic debate method and the technique used was an interview with the application of a semi structured application and data analysis was based on the debating literal, Roque Moraes (2007) is the main author. The studied groups showed some difficulties to develop their activities many time compromising sustainability. However, they also have ways of surpassing those limitations. Enterprises find constant challenges in the way for the economic viability, especially in the production process, commercialization, and credit access, among others. The way found to face and beat these limitations was through solidary collective work among members and cooperatives, creating solidary networks, opening the possibility of participation of everybody in the enterprise management, as well as partnerships. The social practice of the studied companies offered its members in come magnifying, social inclusion, especially for women, also contributing to the community development in search of a fair and just society.

Key-words: Transformations in the business world – Solidary Economy – social economic support.

LISTA DE SIGLAS

- A1EES1** - Associado 1 do Empreendimento de Economia Solidária 1
- A2EES1** – Associado 2 do Empreendimento de Economia Solidária 1
- A3EES1** – Associado 3 do Empreendimento de Economia Solidária 1
- A1EES2** – Associado 1 do Empreendimento de Economia Solidária 2
- A2EES2** – Associado 2 do Empreendimento de Economia Solidária 2
- A3EES2** – Associado 3 do Empreendimento de Economia Solidária 2
- ADS** – Agência de Desenvolvimento Solidário
- ANTEAG** - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
- AVESOL** – Associação do Voluntariado e da Solidariedade
- CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social
- CMMAD** – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNPJ** - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
- COEP** – Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- ECOSOL** - Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário
- ES** - Economia Solidária
- EES1** – Empreendimento de Economia Solidária 1
- EES2** – Empreendimento de Economia Solidária 2
- EES** – Empreendimento de Economia Solidária
- EUA** - Estados Unidos da América
- FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FBES** – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FINEP** - Financiadora de Estudos e Projetos
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IS** – Incubadoras Sociais

ITCPs - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

GEPsTAS - Grupo de Estudos sobre Trabalho e Assistência Social

JT – Justa Trama

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NEDEPS - Núcleo de Pesquisas e Demandas em Políticas Sociais

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OCE - Organização das Cooperativas do Estado

OCERGS - Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul

ONG - Organização Não-Governamental

PLANFOR - Programa Nacional de Formação Profissional

PIS – Programa de Integração Social

PLANCEQ - Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional

PNQ - Plano Nacional de Qualificação

PROEMPREGO - Programa de Emprego

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda

PEA - População Economicamente Ativa

PISPASEP - Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo

SPPE - Secretaria de Políticas Públicas e Emprego

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UNISOL - Central de Cooperativas de Empreendimentos Solidários do Brasil

UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES	21
2.1 AS PRIMEIRAS ONDAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E ALGUNS ATORES IMPORTANTES NESSE PERÍODO	22
2.2 AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES E O DESEMPREGO ESTRUTURAL	28
3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: PRINCÍPIOS E POSSIBILIDADES	40
3.1 OS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO E SEUS PRINCIPAIS ATORES.....	40
3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA FRENTE ÀS FORMAS ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.....	44
3.3 A INTENCIONALIDADE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA	57
3.4 OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E ALGUMAS DIVERGÊNCIAS ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES	63
4 A CONSTRUÇÃO DO DIFERENTE	69
4.1 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	72
4.2 ANÁLISE DOS DADOS	73
4.2.1 Desmontagem dos Textos: Desconstrução e Unitarização.....	73
4.2.2 Processo de Categorização.....	76
4.2.3 Captando o Novo Emergente	77
5 O CAMINHO NA BUSCA DA SUSTENTABILIDADE: UMA ALTERNATIVA REAL AOS SUJEITOS	79
5.1 DADOS SOBRE A POBREZA E O DESEMPREGO NO BRASIL E REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	80

5.1.2 Principais Características dos Empreendimentos de Economia Solidária de Porto Alegre	83
5.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ASSOCIADOS	87
5.2.1 A Mulher e a sua Contribuição aos Empreendimentos de Economia Solidária	94
5.3 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	102
5.4 AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	105
5.4.1 A Produção e suas Limitações	108
5.4.2 A Comercialização e a sua Importância para a Viabilização dos EES	113
5.4.3 A Legislação Enquanto Limitadora dos EES	118
5.4.4 O Acesso ao Crédito	124
5.5 A VIABILIDADE ECONÔMICA DOS EMPREENDIMENTOS SEGUNDO A COMPREENSÃO DE SEUS ASSOCIADOS	127
5.5.1 O Processo de Apoio/Assessoria	134
5.5.2 A Renda ou Divisão de Sobras	141
5.6 O TRABALHO COLETIVO ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS POSSIBILIDADES DISPONIBILIZADAS AOS SEUS ASSOCIADOS	146
5.6.1 O Trabalho Coletivo	146
5.6.2 A Organização dos ESS	150
5.6.3 As Possibilidades na Melhoria da Qualidade de Vida dos Associados	155
5.6.4 Redes Solidárias e Cadeias Produtivas na Economia Solidária	162
5.6.5 Qualificação, Conhecimento, Formação	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177
APÊNDICE A	187
APÊNDICE B	189
APÊNDICE C	194

1 INTRODUÇÃO

Empreendimentos de Economia Solidária são uma forma solidária e autogestionária de geração de trabalho e renda que reaparecem com mais intensidade nos anos 90 do século XX no Brasil. É uma alternativa de organização do trabalho que contribui para a geração de renda para os sujeitos excluídos do mercado formal de trabalho, mas que pode ser considerada também funcional ao capital, por reproduzir o sistema vigente.

Os grupos de Economia Solidária, por estarem inseridos no sistema capitalista mesmo que o contrariando, têm sua sustentabilidade ameaçada, podendo ou não ter viabilidade. E essa inviabilidade passa muitas vezes pela falta de organização, de recursos, de excedente, de apoio externo, entre outras limitações.

A viabilidade, ou sustentabilidade desses empreendimentos consiste em manter o empreendimento e ainda gerar o excedente que é fundamental para a sua sustentabilidade. Para chegar a essa fase, os empreendimentos necessitam de apoio externo, participação em espaços de discussão, organização política entre outros, sendo viável a partir do momento em que os associados, inseridos nesses grupos, possam obter rendimentos para a subsistência, mas também que seja um espaço de inclusão social e de desenvolvimento comunitário, conquistando uma melhor qualidade de vida.

Porém, para entender e ampliar esse espaço de discussão se faz necessário rever, retomar o processo de surgimento e de reaparecimento dessas formas alternativas de geração de renda. Sendo assim, serão abordadas as grandes transformações societárias que sempre modificam e contribuem para o desenvolvimento da sociedade. Essas alterações constantes que acontecem na sociedade afetam a todos que nela vivem, mas em especial, e negativamente, à classe que vive da venda de sua força de trabalho, que viram os postos e seus direitos serem reduzidos significativamente, em especial após uma das grandes crises cíclicas do capital dos anos 70 do séc. XX.

O sistema capitalista possui como finalidade a acumulação e a centralização de capital. Com o processo de reestruturação do capital se utilizando de políticas respaldadas no ideário neoliberal, na globalização, caracterizado também pelo desenvolvimento da automação, robótica e microeletrônica, de modo que passa a excluir uma grande massa de trabalhadores do mercado formal de trabalho. Nessa perspectiva, além do desemprego estrutural proporcionado, destaca-se a precarização do trabalho presente nas últimas décadas do século passado e início do atual.

Diante desta realidade, reaparece no Brasil, em meados dos anos oitenta do século XX, um novo cooperativismo agora denominado como Economia Solidária. Esta é encarada pelos trabalhadores como uma das alternativas ao desemprego; uma alternativa de subsistência/sustentabilidade para muitos trabalhadores que estão fora do mercado formal de trabalho, pois a mesma apresenta a oportunidade de geração de trabalho e renda. As experiências coletivas estão respaldadas em relações solidárias estabelecidas entre os trabalhadores, e objetivam também o desenvolvimento sustentável.

A Economia Solidária, além de ser organizada e realizada por seus próprios trabalhadores de forma solidária e autogestionária, tem como atividades econômicas principais a produção, a distribuição, o consumo, a poupança e o crédito, entre outras. Por ser uma atividade econômica, em que o modo de organizar a produção procura ser diferenciado do modo utilizado pelo capitalista, existem limitações no desenvolvimento destes empreendimentos alternativos.

Entende-se, também, que a Economia Solidária pode ser considerada funcional ao capital, ou seja, uma estratégia do capital, com a contribuição do Estado para a manutenção e a reprodução do sistema. Entendendo esta posição, de muitos atores pesquisadores, verifica-se também que esta visão tem um fatalismo ampliado em sua concepção.

Salienta-se que, apesar da Economia Solidária estar inserida no sistema capitalista, ela tem como princípios originários os dos precursores do cooperativismo, que colocam o significado do trabalho como finalidade da atividade econômica e não a acumulação e centralização de capital, divergindo, assim, das relações estabelecidas pelo modo de produção vigente na atualidade.

No Rio Grande do Sul, segundo dados do mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2005, a Economia

Solidária já estava muito presente, sendo que estes empreendimentos econômicos e solidários se caracterizam como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos informais. Os empreendimentos coletivos solidários têm uma importância muito considerável para milhares de famílias de todo o país, pois geram trabalho e renda para muitas famílias que sofrem as manifestações da questão social, entre elas, em especial, o desemprego e a precarização do trabalho.

As experiências como estagiário do curso de Serviço Social, no período da graduação, bem como enquanto funcionário colaborador na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), onde atuei como entrevistador no mapeamento de empreendimentos de Economia Solidária, que foi realizado entre os meses de maio e agosto de 2005, na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e visitou 276 empreendimentos nessa coleta de dados, foi o grande determinante da continuidade de meus estudos sobre Economia Solidária. Teve-se, a partir dessas experiências, a percepção de que nos últimos anos ocorreu um aumento de grupos autogestionários, indicando assim a amplitude e a importância que os grupos de Economia Solidária têm para com a economia regional e estadual, que além de gerar trabalho e renda, são formas de rebeldia e resistências vivenciadas pelos sujeitos frente à questão social.

Entretanto, a experiência obtida naquela região despertou também o interesse em pesquisar nas demais regiões sobre o processo de sustentabilidade e a real contribuição dos empreendimentos para com os seus associados. Sendo assim, com o ingresso do acadêmico no mestrado e no GEPsTAS (Grupo de Estudos sobre Trabalho e Assistência Social), que faz parte do NEDEPS (Núcleo de Pesquisas e Demandas em Políticas Sociais), já que ambos têm linhas de pesquisa referentes ao tema Economia Solidária, houve uma contribuição no processo de revisão teórica e na pesquisa empírica, ajudando também no processo de escolha dos grupos.

Os integrantes dos grupos coletivos e solidários, em sua maioria, sofrem com as manifestações da questão social, ou seja, são pessoas excluídas socialmente e que vivem à margem por, muitas vezes, não terem de onde prover o seu sustento, pois sofrem com o desemprego e, sendo assim, necessitam de uma ação profissional do Assistente Social, na defesa dos seus direitos, principalmente os direitos sociais. Assim, estimulam também o trabalho coletivo, ajudando na geração de trabalho e renda e contribuindo na garantia de cidadania. Os profissionais do Serviço Social, através de seu Código de Ética e seu projeto ético-político, são

fundamentais no processo de assessoria a esses empreendimentos solidários, principalmente através do trabalho desenvolvido em Incubadoras Sociais.

Esta pesquisa poderá contribuir também para o Serviço Social, no sentido de aprimorar e produzir conhecimentos necessários para a qualificação destes espaços teórico-ocupacionais e cooperando para o adensamento teórico acerca da temática.

O Assistente Social, por meio de seu projeto ético-político, materializado pelo Código de Ética de 1993, contribui para a ampliação e consolidação da cidadania. O Serviço Social possui também, como princípio, o posicionamento a favor da igualdade e da equidade social, tendo um projeto social vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 1993). O Serviço Social, portanto, pode ser uma das profissões com possibilidades de dar sua contribuição para com essas experiências de geração de trabalho e renda – que constituem a Economia Solidária –, visando além da efetivação da cidadania dos trabalhadores, diante dos processos de trabalho, e o fortalecimento destes empreendimentos coletivos, mas contribuindo também para o desenvolvimento dos processos sociais.

Desta forma, verificou-se a importância de pesquisar esses empreendimentos, elencando as dificuldades que estes encontram em se manter enquanto grupo de geração de trabalho e renda, mantendo o empreendimento, sendo viável socioeconomicamente aos seus associados, bem como destacar e dar maior visibilidade para quem está apoiando os empreendimentos econômicos e solidários.

Sendo assim, esta pesquisa tem como linha as políticas sociais e o processo de trabalho, tendo como problema entender qual a viabilidade econômica, social e coletiva que promovem a sustentabilidade dos empreendimentos de geração de trabalho e renda. Esse problema de pesquisa foi complementado por questionamentos e interrogações, que constituem as questões norteadoras, e são eles: Quais os condicionantes de sustentabilidade econômica e social dos empreendimentos de Economia Solidária pesquisados? De que forma ocorre o processo de produção e comercialização dos empreendimentos? Quais as possibilidades econômicas e sociais que os empreendimentos de Economia Solidária proporcionam a seus associados?

Para complementar essas questões norteadoras foram traçados alguns objetivos que são: O objetivo geral se deu em analisar as formas de sustentabilidade

que os empreendimentos de Economia Solidária oferecem aos seus associados, com vistas a contribuir com as políticas sociais. Esse foi seguido por objetivos específicos, que são: Analisar a situação socioeconômica de empreendimentos de Economia Solidária; Analisar a atividade coletiva de produção e comercialização dos grupos econômicos e solidários no seu processo de viabilidade e compreender quais as contribuições que os empreendimentos trazem a seus associados.

Esta pesquisa se delimitou em pesquisar empreendimentos de Economia Solidária de Porto Alegre, optando apenas por grupos solidários e autogestionários pertencentes ao segmento de confecção. Os dois empreendimentos solidários pesquisados foram selecionados através da amostra intencional, onde foram selecionados empreendimentos que possuem atividades que não sejam sazonais, possuem uma estrutura jurídica, e que realizam atividade de produção e/ou comercialização em conjunto. Optou-se por grupos do mesmo segmento para uma análise mais aprofundada desses empreendimentos, considerando-se que este setor é o que mais possui empreendimentos em Porto Alegre, segundo dados da SENAES. Essa pesquisa que é de cunho qualitativo, utiliza o método dialético-crítico, sendo que as informações coletadas foram examinadas através da análise textual discursiva.

A estrutura deste trabalho, que consistirá em 5 capítulos, inicialmente introduz o tema, elencando os principais pontos que serão tratados no decorrer do trabalho de pesquisa, bem como os objetivos e as questões norteadoras que a direcionam.

Na segunda etapa, apresentam-se as recentes transformações no mundo do trabalho, o processo de reestruturação produtiva desencadeado principalmente após uma das crises cíclicas do capital que aconteceu a partir dos anos 70 do século XX. Esse processo de reestruturação amparado pelo aporte teórico neoliberal e pela globalização dos mercados vem afetando a classe vendedora de sua força de trabalho. Sendo assim, destaca-se a presença de altas taxas de desemprego proporcionadas por essa reestruturação do capital, na tentativa de retomar as taxas de acumulação que foram defasadas em meados da segunda década do século XX. Em período mais recente, aconteceu também a grande crise econômica-financeira, a qual ainda é vivenciada com mais intensidade pela classe trabalhadora, não só brasileira, mas também mundial.

Já na terceira fase do trabalho, foi apresentado o caminho que percorreu esse novo cooperativismo, introduzindo o surgimento do cooperativismo na época do

período industrial inicial, seus princípios e seus principais atores. Na sequência abordou-se o tema Economia Solidária, através dos principais teóricos que estudam este assunto, apresentando a dualidade que está presente nestes grupos alternativos de geração de renda, os princípios básicos, como a autogestão, a solidariedade, a cooperação e ter uma atividade econômica. Além da dualidade, entre ser uma alternativa para os trabalhadores ou para a reprodução do capital, existe uma proximidade entre os termos Economia Solidária, Economia Popular e Solidária e Economia Social.

Para a efetivação dos empreendimentos de Economia Solidária, os grupos que a ela pertencem necessitam de apoiadores, de assessoria para alavancar e atingir a viabilidade. Será apresentado também nesse capítulo alguns dos principais órgãos estatais e não estatais que apoiam a Economia Solidária.

Na sequência, compondo ainda a análise mais teórica, será apresentada a Economia Solidária em nível nacional, estadual e municipal através de dados estatísticos. Apresentaremos o amplo número de empreendimentos existentes e a diversidade de segmentos que fazem parte dessa nova forma de organização da produção, da comercialização, contribuindo para a geração de trabalho e renda de muitos trabalhadores em idade ativa que estavam sem espaço no mercado de trabalho.

Posteriormente será apresentada a análise dos dados coletados nas entrevistas semi-estruturadas gravadas e transcritas com os dois empreendimentos de Economia Solidária pertencentes a essa pesquisa. O referido estudo embasou-se na análise textual discursiva de Moraes (2007). Após esta primeira etapa foram apresentadas as principais características dos associados, dos empreendimentos e todo o desenvolvimento das atividades coletivas, enfocando as principais dificuldades, bem como as possibilidades, o processo percorrido para atingir a viabilidade e, conseqüentemente, para contribuir com os associados, abrindo possibilidades de inclusão social, de trabalhar e gestar coletivamente o empreendimento, de melhorar a qualidade de vida, entre outras. Destacando, assim, os pontos positivos dos empreendimentos para com seus associados, que além da geração de renda, ajudam no desenvolvimento comunitário onde estão inseridos esses empreendimentos de Economia Solidária.

Por fim, foram tecidas as considerações que apontam o caminho que foi percorrido pelos empreendimentos, na tentativa da sustentabilidade, mas

contemplando o objetivo que é entender todas as possibilidades que os empreendimentos apresentam aos seus associados, na tentativa de superar as desigualdades sociais e contribuir com as políticas sociais.

2 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES

As grandes transformações na sociedade global, principalmente relacionadas ao mundo do trabalho, afetaram negativamente a classe trabalhadora, proporcionando a ampliação das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão social. A massificação da “classe-que-vive-do-trabalho”, ou da força de trabalho¹, acontece principalmente através da eliminação dos postos de trabalho, da fragmentação, da precarização das condições e das relações de trabalho, bem como o redirecionamento do poder de quem deve garantir os “direitos” desta população.

Toda essa transformação não ocorreu de imediato, podem-se verificar mudanças nas estruturas da formação da classe trabalhadora desde a primeira onda de industrialização no século XIX, transformando o modo de produção. Essas mudanças seguem com outras revoluções industriais, como em 1930, no caso brasileiro tem-se o que aconteceu anteriormente em outros países. Necessitou-se de novas alternativas na organização do trabalho e da produção, surgindo novas tecnologias e a administração científica do trabalho liderado por Frederick Winslow Taylor e Henri Ford. Porém, o período da história que proporcionou as alterações no mundo do trabalho coletivo com maior intensidade, se deu, em especial, a partir da década de 70 do século XX, em uma das crises cíclicas do capital, com a necessidade de retomar seu acúmulo.

A crise de acumulação do capital liquidou com o “ciclo dourado” que tinha “uma simbiose entre o *Welfare State* e o padrão Fordista e Taylorista” (ANTUNES, 2006), principalmente nos Estados Unidos da América. Neste período se tem a troca dos modelos de produção, optando-se pelo Toyotismo e pela acumulação flexível, uma reestruturação do capital.

¹ O termo trabalho, ou força de trabalho, é um termo técnico para nos referirmos ao ser humano que trabalha (ARRUDA, 2006, p. 233).

Estas mudanças acarretaram numa terceira onda de transformação industrial que apresentou grandes mudanças, novamente, na organização do trabalho e uma maior intensificação no processo de troca da mão-de-obra humana pela mecanizada. Com o advento da robótica, da cibernética, a intensificação da globalização foram abertos os portos para a livre concorrência internacional.

O advento, por parte do governo, de políticas respaldadas no ideário neoliberal contribuiu amplamente para a mundialização do capital, em novas formas de produção e comercialização que proporcionaram acumulação de capital aos detentores desses meios de produção, em contrapartida desencadearam o desemprego estrutural, que é um dos principais fatores geradores da pobreza, desigualdade e exclusão social.

Este capítulo visa apresentar algumas transformações no mundo do trabalho que proporcionaram a falta dos postos de trabalho, enfocando principalmente as mais recentes como a globalização, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva, a III Revolução Industrial, e será “pincelada”, de forma sucinta, a crise econômica mundial que assola os países nesses dois últimos anos.

2.1 AS PRIMEIRAS ONDAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E ALGUNS ATORES IMPORTANTES NESSE PERÍODO

As décadas de 70 e 80 do século XX têm uma importância de alta monta para a sociedade contemporânea. Neste período ocorreu a transição a uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, com o intuito de retomar as taxas de lucro infectadas pelas crises emergentes. Essa crise fez despencar o emprego, diminuindo os custos sociais que passaram a ser uma alternativa rentável ao capital (BARBOSA, 2006).

O sistema capitalista traz consigo desde o princípio algumas lacunas, as quais sempre vêm procurando resolvê-las. O que está se vivenciando é uma reorganização do capital frente à junção de problemas como a crise de energia, a superprodução, a força dos sindicatos operários, principalmente a partir da década de 70 do séc. XX. Uma das tentativas de sair da crise foi uma reorganização da

divisão internacional do trabalho², acarretando várias mudanças, como uma nova Revolução Industrial, a globalização com a abertura dos portos aos capitais externos, a adoção de políticas respaldadas no ideário neoliberal, uma reestruturação produtiva de extrema amplitude, que ocasionou várias mudanças, principalmente a sacrifcação da classe trabalhadora pela precarização das condições e das relações de trabalho.

Como são mudanças relacionadas à questão trabalho, que é central na vida das pessoas, cabe aqui conceituá-lo. O trabalho é considerado amplamente como “um conjunto de atividades intelectuais e manuais, organizadas pela espécie humana e aplicadas sobre a natureza, visando assegurar a sua subsistência” (PINTO, 2007, p. 17).

Os sujeitos são obrigados a trabalhar para sobreviver, pois o trabalho é “algo imanente à espécie humana”, e vem sendo alvo de preocupação histórica dos seres humanos (PINTO, 2007, p. 18). Como destacado pelo autor, a centralidade do trabalho sempre existiu e ainda existe, no entanto apresenta-se neste contexto uma reestruturação produtiva do capital necessária para retomar o acúmulo, alterando as configurações do mundo do trabalho, acarretando em desemprego estrutural e, conseqüentemente, pobreza, miséria, desigualdade e exclusão social.

Entretanto, para se chegar a esta fase de transformação, entre desenvolvimento e crises, deve-se levar em conta fatos importantes para a história da sociedade, como as duas ondas de transformação que antecederam a atual. A primeira onda de transformação industrial ocorreu entre 1760 e 1780, transcorrendo assim no século XVIII. Nessa época aconteceu a primeira grande transformação tecnológica na Inglaterra, país este que serviu de base para o desenvolvimento tecnológico (POCHMANN, 2001).

A primeira Revolução Industrial gerou grandes inovações para o período, considerada por muitos como uma transformação de maior impacto na sociedade, a invenção da máquina a vapor, o advento do tear mecânico, das estradas de ferro, modificando todo o processo de trabalho na atualidade. Um processo de inovação, na época, de extrema importância, considerada por Hobsbawn (1983, p. 13) como a mais radical transformação da vida humana já documentada através da escrita.

² O trabalho é reconhecido como a fonte da riqueza social (CASTEL, 1998, p. 226).

Essa mudança acarretou em um grande problema que ainda se vivencia na atualidade que é o desemprego. “A substituição dos sujeitos pelas máquinas ocasionou desemprego e uma exacerbada exploração dos trabalhadores, entre eles o trabalho feminino e o infantil” (GOERCK, 2006a, p. 27).

Anteriormente a esta forma de organização do trabalho, a artesanal era a predominante, sendo os trabalhadores donos de seus meios de produção e de seus horários. Com esta modificação, os trabalhadores passaram a ser supervisionados e altamente dependentes das ferramentas.

Com o advento da primeira Revolução Industrial, surgiram novas formas de trabalho calcadas no sistema fabril, em detrimento de outros sistemas mais antigos, como o sistema de corporações de ofício e o doméstico, implicando no desaparecimento pouco a pouco, de formas de trabalho predominantes na idade média (GAIVIZZO, 2006, p. 16).

Com a invenção da máquina a vapor e o surgimento de regiões industriais, muitos trabalhadores se aglomeraram próximos às indústrias, originando a mão de obra que aceitava qualquer trabalho e eram desprovidos de qualquer direito (BULLA, 1992).

Essa primeira Revolução Industrial foi propulsora de profundas mutações nas relações de trabalho, onde os trabalhadores deixaram de ser proprietários das máquinas e das matérias-primas que eram utilizadas na produção. A divisão do trabalho se tornou uma das grandes características da época da primeira Revolução Industrial (GAIVIZZO, 2006, p. 16), ou seja, no século XVIII.

As modificações continuaram acontecendo. Entre os séculos XVIII e principalmente no XIX houve uma nova grande onda de transformação, impulsionada pela descoberta de novas tecnologias e novos materiais, bem como a transformação de ferro em aço, a troca da eletricidade pelo motor à combustão e o investimento dos excedentes econômicos na esfera produtiva (GAIVIZZO, 2006, p. 18).

Com o passar dos anos, constatou-se a necessidade de se ter novas formas de organização do trabalho, aparecendo no cenário, inicialmente nos países mais desenvolvidos, os modelos de produção Taylorista e Fordista que foram dominantes até a década de 70, já do século XX.

Os ideais impostos por Taylor³ e Ford tinham como pressupostos ampliar a acumulação do capital, que já estava defasado no sistema anterior. As idéias de Taylor, através de sua administração científica do trabalho, sempre procurando aumentar ao máximo sua produtividade, conseguiram impor como modelo nas grandes fábricas a divisão do trabalho e se utilizando, como afirma Goerck (2006), de máquinas não mais a vapor, mas através do petróleo e da eletricidade. Tratava-se de uma produção altamente cronometrada, com ritmo controlado e uma produção homogênea (ANTUNES, 2006).

Com o processo de reorganização e administração científica do trabalho se teve a fragmentação dos processos de trabalho, pela qual as atividades produtivas tinham que ser sincronizadas e padronizadas e o trabalhador teria que se especializar ao máximo em apenas uma atividade. Para Henry Ford, a produção além de ser em massa, o consumo também deveria ser (GAIVIZZO, 2006). Ford aplicou estes conhecimentos em sua linha de montagem de automóveis, que leva seu sobrenome.

Estes atores foram os responsáveis pela invenção de protótipos que contribuíram de forma significativa para a “expansão das unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril” (ANTUNES, 1995, p. 17).

A administração científica do trabalho, conhecida como Taylorismo, “surge como uma nova cultura do trabalho na passagem do século XIX para o século XX, nos Estados Unidos, nação que começava a desapontar como potência mundial” (DRUCK, 1999, p. 41).

Os Estados Unidos da América (EUA) tinham como objetivo eliminar a dependência do capital em relação ao trabalho manual. Os princípios que foram adotados por Taylor fizeram com que ocorresse uma ruptura entre o trabalho operacional e o trabalho intelectual, no qual a gerência científica passou a controlar

³ O Taylorismo caracterizou-se pelo controle do capital (com o objetivo de elevar a produtividade do trabalho) sobre processos de produção, nos quais o capital dependia ainda da habilidade do trabalhador. Esse controle era efetivado através dos tempos e movimentos do trabalhador (ANTUNES, 1995). Ao contrário do Taylorismo, que se baseava no rendimento individual de cada trabalhador, no Fordismo, o controle dos tempos e dos movimentos era determinado pelo ritmo do funcionamento das maquinarias. Nesse modelo, eram as máquinas (esteiras) que levavam o trabalho até os operários, eliminando assim, os tempos mortos de produção. Com este protótipo, que desenvolveu a mecanização associada e parcialmente automatizada, o controle sobre o trabalho não precisava mais ser realizado diretamente pelo gerente, mas sim, pelos maquinários (ANTUNES, 1995).

os modos e tempos da produção, assim como, também, o rendimento da produção e estabelecendo uma estrutura hierárquica entre os trabalhadores e sua gerência (ANTUNES, 1995).

Os princípios de Taylor, empregados nos processos produtivos, foram utilizados por Henry Ford. Ele implantou a linha de montagem na indústria automobilística, na qual, por meio da esteira rolante, produziu em massa e padronizou sua produção (FLEURY e VARGAS, 1983). Esse modelo de produção causou uma ruptura ríspida entre o trabalho de concepção e o de execução (ANTUNES, 2003). Tais fatores foram determinantes para que acontecesse a alienação dos trabalhadores por meio dessa nova organização e dos novos processos de trabalho.

Nesse sentido, o processo de trabalho dos sujeitos foi afetado, profundamente, pois eles passaram da fase em que eram donos da execução e da concepção de seus produtos para a fase na qual apenas vendiam suas forças de trabalho, não conhecendo todo o processo em que estavam inseridos. Logo, estes modelos produtivos fizeram com que se tivesse uma massificação da classe operária e uma precarização das condições, nas relações de trabalho, sendo que, por consequência disso eclodiram movimentos de sindicatos e greves, que questionavam esses métodos de produção (MATTOSO, 1995).

Porém esse modelo começa a dar sinais de crise quando houve no período, próximo à década de 70 do século XX, de recessão no crescimento e nas taxas de lucro, devido principalmente à crise do petróleo, que desequilibrou as contas externas de muitos países e valorizações e desvalorizações do dólar impostas pelos EUA (PINTO, 2007). A crise estrutural do capital gerou um amplo processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação de seu ciclo reprodutivo (ANTUNES, 1999). Começa neste período, principalmente nos países mais avançados, uma nova Revolução Industrial. Nesse novo período se destaca a superação dos modelos Fordista/Tayloristas, já não mais sustentáveis para o capitalismo, ocorrendo mudanças estruturais como a adoção do neoliberalismo e a globalização, englobando a reestruturação produtiva.

A transição das formas de produção do Taylorismo/Fordismo ao Toyotismo aconteceu pela redução dos rendimentos pelo capital, abrindo também para a

concorrência internacional, globalizando e flexibilizando o capital, desterritorializando e tendo uma crise do *Welfare State*⁴ (COCCO, 2001).

A partir desta década passa a ocorrer um processo de reestruturação produtiva, uma era chamada de “acumulação flexível” (ANTUNES, 2006, p. 42), desconcentrando a produção, desregulamentando os direitos trabalhistas, e dando novo sentido ao trabalho.

Essa acumulação flexível traz à tona o grande objetivo dessa nova ordem que é a “flexibilização dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais, do controle da iniciativa privada pelo Estado” (PINTO, 2007, p. 54).

A partir desta realidade, associada à queda dos ganhos de produtividade pelo capital e da globalização, é que se deu a transferência desse modelo Taylorista e Fordista ao Toyotismo (COCCO, 2001). Esse modelo produtivo expressa a passagem da máquina-ferramenta para a máquina auto-reguladora, em que a mesma deve se regular.

O modelo de produção industrial, fundamentado no princípio Taylorista e Fordista de produção em massa, perde a exclusividade e iniciam-se as tentativas de superá-lo. Nesse contexto assiste-se a uma nova fase da expropriação da mão-de-obra, a chamada acumulação flexível - a partir do modelo de produção criado pelos japoneses, o Toyotismo - e junto com ela a degradação das condições de trabalho, dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, dos trabalhadores (FUTATA, 2005).

O Toyotismo propicia uma realidade em que apenas os trabalhadores qualificados e polivalentes são absorvidos pelo mercado, e o “homem deve exercer na automação funções mais abstratas e intelectuais” (IANNI, 1999, p. 19). Diante deste cenário, acentua-se a quantidade de trabalhadores sobrantes, sujeitos desempregados que, mesmo estando qualificados, não conseguem inserir-se no mercado de trabalho formal.

Outra característica do Toyotismo, diferentemente do modelo Taylorista, é que o trabalhador, por ser polivalente, deverá conhecer todo o processo de produção e “fazendo com que realize várias atividades produtivas” (DEDDECA,

⁴ O *Welfare State* tem como finalidade a intervenção no planejamento econômico, montando esquemas de transferências sociais públicas, disponibilizando bens e serviços aos cidadãos (COUTO, 2006).

2000). Outra inovação nesse modelo foi a instituição do *just-in-time*, visando a produzir em tempos e quantidades certas e exatas (DRUCK, 1999).

A transformação estrutural, denominada de reestruturação produtiva do capital se incrementou com as vitórias do neoliberalismo, um novo receituário, um novo desenho ideo-político que se tornou uma opção de substituição do *Welfare State*.

Nesse período (1979, 1980), na Inglaterra e nos EUA, agentes como Margaret Thatcher⁵ e Ronald Reagan⁶, respectivamente, “implementaram uma política respaldada no aporte teórico neoliberal” (GOERCK, 2006, p. 48) que mudou e vem reestruturando significativamente as relações políticas, econômicas e sociais na sociedade.

2.2 AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES E O DESEMPREGO ESTRUTURAL

As transformações como a globalização, o neoliberalismo, a III Revolução Industrial e a reestruturação produtiva desencadearam todas essas transformações históricas, nas relações do mundo do trabalho, com as alterações industriais, onde o capital sempre busca ampliar as suas reservas.

O processo de reestruturação produtiva é caracterizado pelo fato de a automação e a robotização provocarem um grande incremento na produtividade e na riqueza social, reduzindo de forma espetacular a demanda de trabalho humano, afetando populações inteiras (OLIVEIRA, 1996, p. 177). Essa reestruturação afetou toda a classe trabalhadora, atualmente englobando a velha pobreza que consiste em

⁵ Margaret Hilda Thatcher é uma política britânica, primeira ministra de 1979 a 1990. Uma seguidora da ideologia de Friedrich Hayek, defensora do liberalismo, elaborou programas, em 1975, com o intuito de inverter a crise britânica, defendeu a redução da intervenção do estado, promovendo um programa de privatização. Reduziu também os serviços sociais. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Margaret_Thatcher>. Acesso em: 18 nov. 2009.

⁶ Ronald Wilson Reagan foi o 40º (1981 a 1989) presidente dos Estados Unidos da América e o 33º governador da Califórnia (1967 a 1976). No período da presidência teve todo o tempo George W. Bush como seu vice. “Como presidente, Reagan implementou uma série de ousadas iniciativas econômicas e novas políticas. Sua política de recuperação econômica através do estímulo à oferta (*supply-side economics*), popularmente conhecida como “Reaganomics”, incluiu medidas de desregulamentação e cortes de impostos, implementadas já no seu primeiro ano de mandato em 1981”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ronald_Reagan>. Acesso em: 18 nov. 2009.

trabalhadores com quase nula ou pouca qualificação e já uma nova pobreza que são os sujeitos especializados que estão ficando fora do mercado formal de trabalho.

A reestruturação do processo de produção das mercadorias e de seus elementos técnicos passou a exigir novas formas de gerenciamento e contratação da mão-de-obra. Esse processo que começou em meados da segunda metade do século XX, com poucas diferenças de anos entre os países é “que os neoliberais encontram munição para difundir sua doutrina e seus programas de política econômica” (TEIXEIRA, 1996, p. 215).

A reestruturação nos processos de produção resultou que:

A desestruturação do mercado de trabalho contribuiu decisivamente a partir de 1990 à adoção de políticas neoliberais voltadas tanto para a privatização do setor produtivo estatal e terceirização do setor público, como para a internacionalização de parcela importante de setores econômicos nacionais (POCHAMM, 2004).

Pinto (2007) traz em sua análise autores como Harvey⁷ (1992), Tavares⁸ (1992) e Dedecca⁹ (1998), estes discutem que essa reestruturação produtiva na esfera econômica, em seu princípio, decorreu pelo desequilíbrio das contas externas na maioria dos países e também pelo choque econômico ocasionado pelo aumento geral do preço do petróleo, pela organização dos países exportadores de petróleo, além da valorização e desvalorização do dólar. Com isso, se teve a variação das taxas de câmbio das economias nacionais, aumentando a internacionalização, bem

⁷ David Harvey foi um geógrafo marxista britânico, que teve como seu segundo foco de estudo a atenção à problemática urbana sob a perspectiva materialista dialética. Em suas publicações, que se iniciaram na década de 1970, confronta o paradigma liberal e marxista. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/David_Harvey>. Acesso em: 18 nov. 2009.

⁸ Maria da Conceição Tavares é uma economista portuguesa naturalizada Brasileira. É docente da Universidade Estadual de São Paulo (UNICAMP), e por meio de sua filiação ao Partido dos Trabalhadores foi deputada federal pelo Estado do Rio de Janeiro. É autora de diversos livros sobre desenvolvimento econômico. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_da_Concei%C3%A7%C3%A3o_Tavares>. Acesso em: 18 nov. 2009.

⁹ Claudio Salvadori Dedecca é Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp e foi Presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET. Possui graduação em Ciências Econômicas, mestrado e doutorado na mesma área pela Universidade Estadual de Campinas (1980, 1986 e 1990, respectivamente), e pós-doutorado em Ciência Econômica pela Université de Paris XII e livre-docência em Economia do Trabalho e Social pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Tem trajetória de pesquisa nas áreas de Economia Social e do Trabalho e de Crescimento, Flutuações e Planejamento Econômico. A atuação de pesquisa privilegia os temas sobre: regulação social, política sociais, emprego, mercado de trabalho, desemprego, relações de trabalho, recursos humanos em ciência e tecnologia e recursos humanos em saúde. Tem também atuado em diversas instituições acadêmicas e de cooperação nacionais e internacionais, bem como em projetos de políticas públicas nas diversas esferas do Governo. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4780081H0>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

como o volume de investimentos e capitais financeiros que através da tecnologia começaram a especular as flutuações cambiais.

Esse processo de reestruturação produtiva, o qual adotou o “mais polêmico e ousado sistema de organização” que era o modelo Toyotista como modelo de produção, surgiu em oposição ao modelo que era “uma camisa de força para o crescimento” (PINTO, 2007, p. 52).

A reestruturação produtiva foi efetivada através de um conjunto de políticas estatais que se flexibilizaram, dependendo do caso, “as barreiras institucionais constrangedoras das consequências destrutivas do sistema de livre mercado sobre as condições nacionais de desenvolvimento econômico e social” (PINTO, 2007, p. 55). Esses ajustes estruturais afetaram as políticas sociais e o investimento em setores produtivos e financeiros em detrimento do livre mercado.

Essa crise pode ser considerada como a retirada da cobertura das classes trabalhadoras, às quais as políticas sociais públicas deveriam exercer, cortando também os gastos com os direitos sociais, processo esse que ajustou o Estado (NETTO, 1996).

A desestruturação do mercado de trabalho teve uma importante contribuição, após os anos 90, através da adoção de políticas neoliberais que são “voltadas tanto para a privatização do setor produtivo estatal e terceirização do setor público, como para a internacionalização da parcela importante de setores econômicos nacionais” (POCHMANN, 2004, p. 28).

No Brasil, este processo:

[...] culminou numa implantação vasta e profunda da doutrina neoliberal no Estado na década de 1990, a qual persiste até nos dias atuais, impondo: a classe trabalhadora, de um lado, a precarização dos serviços públicos e a flexibilização de seus direitos, mediante o aumento da informalidade e do desemprego estrutural, ao empresariado nacional, de outro, uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho, com a manutenção de acordos predatórios fundados em políticas monetaristas, ditadas por organismos de controle financeiros internacionais (PINTO, 2007, p. 61).

As ideias neoliberais, quase no final da década de 1970, começam a se expandir em todo o mundo. Já, “regido pelo mundo do mercado, incentivaram-se as privatizações e as desregulamentações de todo tipo, da economia, das relações trabalhistas, do mundo financeiro e das leis fiscais” (SILVA e YASBEK, 2006, p. 11), além de pregar a minimização do Estado em relação ao social, o qual era

fundamental na etapa anterior de desenvolvimento, ampliou o poder do mercado privado em relação à economia dos países. Para Teixeira (1996), se utiliza desse ideário para promover a sociedade livre e se usa o conceito de mercado perfeito para se contrapor ao caos que seria sem o mercado.

O neoliberalismo é um processo que, como apresenta Sunkel (2001), proporciona o desaparecimento de espaços e interesses públicos, prevalecendo apenas o mercado. A implantação do ideário neoliberal vem acarretando o avanço do capitalismo, fazendo parte, como afirma Soares (2000), de uma redefinição global do campo político institucional e também das relações sociais. O denominado neoliberalismo “inclui a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma nova pobreza” (SOARES, 2000, p. 12). Para os neoliberais é o jogo livre de mercado, sem interferências e utilizando melhor as forças produtivas para o benefício de toda a coletividade.

A proposta das políticas de corte neoliberal é ter uma mínima intervenção possível do Estado, reduzindo despesas principalmente em gastos sociais para que o capital privado possa prevalecer.

Deste modo:

[...] reforma do Estado, desestatização da economia, privatização das empresas produtivas e lucrativas governamentais, abertura de mercados, redução de encargos sociais relativos aos assalariados por parte do poder público e das empresas ou corporações privadas, informatização de processos decisórios, produtivos de comercialização e outros, busca da qualidade total, intensificação da produtividade da empresa ou corporação nacional e transnacional. Esses e outros objetivos e meios inspirados no neoliberalismo impregnam tanto as práticas das empresas, corporações e conglomerados transnacionais como a prática dos governos nacionais e conglomerados multilaterais (IANNI, 2002, p. 217).

O modelo neoliberal tem sua instituição baseada no corte das políticas sociais, e possui como marco o Consenso de Washington¹⁰. Este encontro ficou conhecido, pois tinha como perspectiva “ajustar as economias dos países que são periféricos às novas exigências em relação a países centrais com o processo de

¹⁰ O consenso de Washington “é um conjunto de medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Foram fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington>. Acesso em: 18 nov. 2009.

reestruturação produtiva e também reordenar os mercados internacionais” (DRUCK, 1999, p. 23).

O consenso de Washington, através de suas propostas, abrangia as seguintes disciplinas: fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, investimento direto estrangeiro, privatização, e, por fim, a desregulação e propriedade intelectual. Essas ideias podem ser reduzidas a dois pontos, que é reduzir o papel do Estado e abrir a economia, sempre em nome do mercado auto-regulável (TEIXEIRA, 1996, p. 225).

Para Couto (2004, p. 145) tem-se no conjunto de condições do consenso, que se inspirou no aporte teórico neoliberal o qual se apresentou em quase todos os países em 1980, “a indicação para a desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e à orientação para que os mesmos passassem a ser gestados pela iniciativa privada”.

O governo e as demais instituições financeiras consideram que o Estado deve deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar possibilitador e regulador desse desenvolvimento, transferindo para a esfera privada as atividades que possam ser controladas pelo mercado (IAMAMOTO, 2000).

No caso brasileiro, estes ideais começaram a ser implantados com o governo federal de Fernando Collor de Mello¹¹, mantendo a mesma agenda com o governo posterior de Fernando Henrique Cardoso¹², privatizando e flexibilizando as relações entre Estado e sociedade e as relações de capital e trabalho (TEIXEIRA, 1996, p. 225).

O Estado Mínimo, que é proposto pelas políticas econômicas e sociais neoliberais¹³, sugere que o Estado se afaste dos bens e serviços sociais e públicos e não em relação ao financiamento do capital, pois isso ocasiona um acirramento da questão social - conflito suscitado entre a compra e a venda da força de trabalho que geram manifestações, tanto de desigualdade como de rebeldia e resistência. As mudanças que o neoliberalismo vem proporcionando, levam a que os espaços e interesses públicos desapareçam ou se debilem (SUNKEL, 2001), aumentando os

¹¹ Fernando Collor de Mello, atualmente empresário e político, foi o 32º presidente do Brasil. Primeiro presidente através do voto direto após o período militar.

¹² Fernando Henrique Cardoso foi o 34º presidente do Brasil, entre 1995 e 2002.

¹³ As ideias neoliberais querem “Liberar o mercado de trabalho, reduzindo os direitos liberais, proibindo a indexação dos salários aos ganhos da produtividade e os ajustamentos em relação ao custo de vida e eliminando a prazo a legislação sobre salário mínimo” (SANTOS, 2002a, p. 34).

espaços de negociação dos empresários e diminuindo os espaços dos trabalhadores (GROS, 2003).

Segundo esse mesmo autor :

Neoliberalismo converte-se na ideologia perfeita para a etapa globalizante do capitalismo, por justificar teoricamente a livre circulação de capitais e a diminuição na interferência do Estado na economia tanto no nível de atividade produtiva direta quanto nos mecanismos de dominação, em especial aqueles que se referem aos investimentos, à distribuição de renda, à abertura dos mercados nacionais e às relações trabalhistas (GROS, 2003, p. 67).

A globalização é constituída pela: mundialização dos mercados, dinamização do mercado mundial, acumulação flexível, liderança econômica dos grandes bancos e empresas transnacionais [...] subordinação dos países periféricos aos de capitalismo avançado (ANTUNES, 2003). Este processo ocorreu com a abertura das fronteiras das nações para concorrência do capital externo e, para Singer (2001), esse processo é sem limites ao mercado internacional, centralizando ainda mais o capital na mão das nações mais ricas. Consequentemente se deteriorou o mercado de trabalho, prejudicando assim os que precisam vender a sua força de trabalho. Além disso, esse processo atinge às empresas de pequeno porte que não conseguem concorrer internacionalmente e acabam por fechar as suas portas e demitir seus funcionários.

O crescimento econômico, principalmente das pequenas empresas, fica debilitado com a abertura dos portos para as nações estrangeiras.

Além da ausência de crescimento econômico sustentado, o processo de abertura produtiva, comercial, tecnológica e financeira terminou por destruir ocupações urbanas e rurais existentes devido à ampliação das importações, da reforma do Estado e da desnacionalização do parque produtivo nacional (POCHMANN, 2006, p. 26).

A realidade da economia globalizada e reestruturada faz com que empresas de pequeno porte, de pequena escala e de pouca produção, não possam concorrer com as internacionais e multinacionais que, por meio da produção em grande escala, utilizam mais tecnologias e, conseqüentemente, menos custo de produção, podendo assim comercializar seu produto com valor inferior às demais. Essa concorrência refletida internacionalmente deu-se com a abertura das fronteiras,

liberando a nação para capitalistas estrangeiros, que livremente concretizam suas ambições capitalistas, processo este que para ser revertido é muito complexo.

Para Singer (2001, p. 19), a globalização “é um processo que se realiza sem solução de continuidade já há mais de cinquenta anos”, pois se percebe o aumento das trocas internacionais e dos investimentos estrangeiros. Para o autor, a primeira etapa da globalização deu-se quando os Estados Unidos, no auge de sua hegemonia, fez uma transferência maciça de recursos para a Europa e o Japão, os quais estavam com suas economias afetadas pelo conflito da Segunda Guerra Mundial, e por isso estavam com falta de recursos e até mesmo dificuldades para reabsorver seus ex-combatentes. Singer (2001, p. 21) afirma também que a globalização “é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em partes pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países”.

A globalização teve sua intensificação nos anos 90 do século XX, sendo constituída pela “mundialização dos mercados; dinamização do mercado mundial; acumulação flexível; liderança econômica dos grandes bancos e empresas transnacionais; revolução tecnológica; implementação do referencial teórico neoliberal nas políticas econômicas e sociais; e subordinação dos países periféricos” (GOERCK, 2006a, p. 31). Sendo assim, o capital intensifica-se em âmbito mundial, acarretando então na formação da sociedade e da fábrica global, rompendo com os mercados nacionais e regionais (IANNI, 1999). Esse processo, “ao mesmo tempo em que acelera os ganhos dos grandes capitais, concentra e centraliza o capital, diversifica e agiliza os investimentos, sobretudo no mercado financeiro global” (DRUCK, 1999, p. 20).

A globalização passa a carregar consigo a marca da instabilidade. Com a liberação muitas vezes prematura de capitais, os países que estão em desenvolvimento se tornam presas fáceis dos capitais especulativos. Sendo que esta onda de globalização “avança de forma fragmentária, puxada pelos grupos econômicos poderosos” (POCHMANN, 2004, p. 34).

Portanto, com o processo de mundialização do capital, os países periféricos estão subordinados às instituições financeiras dos países de capitalismo avançado, não podendo competir, pois não conseguem se igualar com os mercados internacionais, acentuando assim a desigualdade entre os países ricos e pobres (países do Norte e do Sul).

Com a abertura dos mercados aumenta a concorrência internacional, fazendo com que as empresas de pequeno porte não consigam concorrer com as indústrias maiores. Esse fato acaba por culminar na falência ou incorporação da empresa menor pela maior, proporcionando o desemprego. A busca por uma maior lucratividade faz com que as indústrias modernizem-se cada vez mais, trocando sempre a força de trabalho manual pelo trabalho tecnológico.

A globalização, sem sombra de dúvidas, é uma importante causadora do desemprego estrutural, pois “ela faz com que milhões de trabalhadores, que produziam o que depois passou a ser importado, percam seus empregos [...]” (SINGER, 2001, p. 23). “O desemprego estrutural ocorre porque os trabalhadores, que são vítimas da desindustrialização, em geral não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho”. Na maioria das vezes esses novos empregos são ocupados pela mão-de-obra feminina que, geralmente, recebe salários inferiores.

Portanto, a globalização é um processo que abre as fronteiras das nações para a concorrência sem limites do mercado internacional, centralizando o capital na mão das nações mais ricas e, “à medida que uma economia se abre ao comércio internacional, aumentam suas importações e exportações” (SINGER, 2001, p. 22). Ou seja, quanto mais o país exporta, mais terá que produzir e gerar novos empregos, entretanto se tiver um acréscimo de importações, elimina os postos de trabalho existentes que são transferidos para os países que estão exportando.

Além da extinção dos postos de trabalho, a globalização desregulada pode fazer com que a exclusão social se torne uma ferramenta de acumulação pelo capital (POCHMANN, 2004). Além das questões comerciais e financeiras a globalização proporciona a divisão internacional do trabalho, aonde o capital vai em busca de países que possibilite uma maior produtividade com o menor custo de produção, através da fragilização sindical, ou através da redução dos salários. Pelo fato de importar o que antes era produzido, pela saída do capital produtivo, a desindustrialização contribui para a formação do desemprego estrutural (SOUZA, 2003).

A maioria das transformações acima aludidas ocorre no século XX. Harvey (1999) afirma que essas transformações surgem com a intensa recessão iniciada em 1973 quando a crise estrutural do capitalismo, gerada pela crise do padrão de acumulação Taylorista/Fordista, fez com que o capital mergulhasse num processo de reconstrução para reestruturar seu domínio societal. Em consequência disso,

instaura-se uma “guerra” entre os países considerados superpotências, pela acumulação de capital, e a competitividade passa a ser a “arma” mais importante.

É o que também está marcando o mundo do trabalho nos últimos tempos, na terceira Revolução Industrial. Tais mudanças fazem com que os trabalhadores percam seus espaços para as máquinas e tecnologias, pois, elas produzem em menos tempo e com maior precisão, tendo assim menos custos com matéria-prima e mão-de-obra.

A III Revolução Industrial, para Singer (2001), afeta profundamente os processos de trabalho, expulsando dos empregos milhões de pessoas que têm atividades rotineiras e sem nenhuma necessidade de improvisar, sendo que é aí que o “cérebro eletrônico” entra em ação e é superior ao humano, não só em eficiências, como também em custos. E, ainda, para Mattoso (1995), o “mercado de trabalho, se torna muito inseguro ao emprego, à geração de renda, às formas de contratação e à representação dos trabalhadores”. A reestruturação do capital trouxe consigo mudanças quantitativas e qualitativas no mundo do trabalho.

Essa nova onda industrial, denominada por muitos teóricos como sendo a Terceira Onda de Industrialização, “é implacável na medida em que aumenta espetacularmente a produtividade quase na mesma proporção que dispensa mão-de-obra”, onde o desenvolvimento dos produtos e seu barateamento não conseguem ampliar o consumo a ponto de equilibrar essa proporção (SOUZA, 2003, p. 28).

Todas essas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, descritas anteriormente, ampliaram a denominada “velha pobreza”. Ela é representada pelos pobres, miseráveis, mendigos e minorias sociais como idosos, deficientes, mulheres, afro descendentes, índios, que com a reestruturação produtiva são, literalmente, excluídos socialmente (REIS, 2002).

Além da “velha” pobreza apareceu também no cenário mundial a “nova pobreza”, que são as pessoas especializadas que estão ficando fora do mercado formal de trabalho, ou seja, mesmo qualificados perdem suas vagas para as máquinas, para os “cérebros eletrônicos”. Estas novas exclusões sociais, que atingem tanto os países periféricos como os centrais, são originárias do desemprego estrutural e de suas manifestações, compreendidas como exclusão de bens e serviços do mercado formal de trabalho, da terra, da segurança, dos direitos humanos (REIS, 2002).

Como apresenta Antunes (1995), na década de 90, do século XX, o processo de reestruturação do capital fica ainda mais dramático. Através dos processos tecnológicos, como a mecanização, automação e robótica, “o capital não gera mais significativa demanda de trabalho, a ponto de absorver a força de trabalho disponível, pois as inovações tecnológicas intensificam a produção e racionalizam os processos produtivos” (GOERCK, 2006a, p. 36).

Com o processo de reestruturação do capital ocorreram mudanças no mundo do trabalho que geraram “mudanças qualitativas e quantitativas na vida dos trabalhadores, pois os mesmos se tornaram inseguros em relação ao mercado de trabalho, ao emprego, à geração de renda, às formas de contratação, e à representação dos trabalhadores” (MATTOSO, 1995). Todos estes processos são utilizados pelo sistema capitalista, que tem o lucro como seu principal objetivo, se servindo da concorrência para chegar até ele, proporcionando a falta de postos de trabalho.

Para Cruz (2006), as transformações no mundo do trabalho se resumem na palavra fragmentação.

[...] O desemprego em massa; as formas variadas de flexibilização da contratação do trabalho – notadamente a terceirização e a subcontratação; as variadas e cada vez maiores exigências de qualificação técnica; a introdução de formas organizacionais baseadas na competitividade interna às empresas, entre os trabalhadores; em suma, a nova conjuntura projetada pelas reformas neoliberais no campo do trabalho permitira que [...] a competição individual no interior da própria classe trabalhadora conseguisse colocar na defensiva qualquer discurso assentado sobre a unidade dos interesses e da ação dos trabalhadores (CRUZ, 2006, p. 120-121).

A troca que faz “acrescer a parte das máquinas em relação à força de trabalho, a aumentar a produtividade do trabalho, tende a diminuir a intensidade da demanda da força de trabalho pelos capitalistas; tende, por conseguinte, a criar desemprego [...]” (SALAMA e VALIER, 1975, p. 86). Sendo que a substituição dos sujeitos pelas máquinas gera, além do desemprego, uma exacerbada exploração da classe trabalhadora, envolvendo principalmente o trabalho feminino e infantil.

Estas transformações societárias direcionadas pela classe dominante, sempre em busca da mais valia, utilizando-se de vários métodos, de várias “ideologias”, através da financeirização e da mundialização do capital, beneficiam os detentores dos meios de produção ou de outras riquezas.

Além do desemprego, como já destacado, isso gera a precarização do emprego, que segundo Barbosa (2006, p. 91) é a “oposição ao emprego assalariado formalmente contratado”. O desemprego está presente nos debates atuais, pois se encontra não só nas camadas mais pobres, mas, também, nas classes médias de todo o mundo, contribuindo para elevar os índices de exclusão em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Sendo que o capitalismo pós-industrial vem deteriorando as relações de trabalho, submetendo os sujeitos, muitas vezes, a trabalhos alvitantes (SOUZA, 2003).

Um emprego pode ser considerado precário se for realizado em condições de: tempo parcial do dia, da semana, do mês, em extensas jornadas de trabalho, falta de garantias legais de estabilidade, entre muitas outras. É precário, pois coloca o trabalhador em condições de risco de vida onde houver “[...] a cruel dominância da concorrência no mercado, sem ações coletivas de enfrentamento, sem cobertura social no futuro ou quando não puder mais dispor de força de trabalho” (BARBOSA, 2006, p. 91-92), ou seja, o trabalho desprotegido, fragmentado, não dispondo de apoio nos momentos de velhice ou de incapacidade, afeta constantemente a classe trabalhadora. Desta forma, existe a falta de uma organização dos trabalhadores em garantir e ampliar os direitos que lhes convêm.

Essa associação entre precarização e desemprego, além de ser catastrófica para quem faz parte desta realidade, e também com que respondam às necessidades da rentabilidade financeira, “[...] recua os salários e as proteções dos contratos de trabalho, legislações específicas e/ou negociações coletivas” (BARBOSA, 2006, p. 92), ou seja, faz recuar direitos que foram conquistados ao longo dos anos através de muitas lutas de classes.

Esse recuo nos direitos pode estar ligado a que no Brasil, em 2003, os trabalhadores com carteira assinada não chegavam a 50% da população economicamente ativa (LECHAT, 2006, p. 160). O trabalho formal, aquele onde o trabalhador tem sua carteira assinada, tem-se reduzido gradativamente, sendo reflexo das transformações societárias, por fatores já destacados acima.

As crises cíclicas do capital¹⁴ vão influenciando diretamente na promoção de desemprego, crises estas que se apresentam em setores isolados que se expandem

¹⁴ Consideram-se crises cíclicas do capital as crises que acontecem em determinados períodos, como o atual, onde uma crise mundial que se iniciou nos EUA, no setor imobiliário, que se efetivou em 2008 e se expandiu em 2009 em todos os países, gerando quebra de empresas e bancos, gerando,

através, principalmente, da globalização, agravam as desigualdades sociais, ampliando também o número de pessoas que necessitam encontrar formas alternativas de geração de renda.

Para aí mais um período de desemprego estrutural que fragilizou um desenvolvimento igualitário na sociedade, ampliando também a pobreza, a fome, e todas as formas de exclusão social.

[...] mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego, levando trabalhadores a se sujeitar a ocupações em que seus direitos sociais são abdicados para garantir sua sobrevivência (MTE, 2009a).

Com todas estas formas que ampliaram as desigualdades, principalmente pelo desemprego, reaparecem, a partir dos anos 90 do século XX, no Brasil, novas formas de geração de trabalho e renda, entre elas, com maior destaque, a Economia Solidária, uma forma de resistência ao sistema vigente.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: PRINCÍPIOS E POSSIBILIDADES

A Economia Solidária reaparece na sociedade atual como uma forma de resistência às manifestações da questão social, entre elas, com maior destaque, o desemprego. Singer (2002a, p. 111) apresenta que a Economia Solidária foi reinventada, e o que “distingue esse novo cooperativismo é a volta dos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentre os empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento”. Ela reaparece por que esse tipo de empreendimento é oriundo principalmente do cooperativismo.

3.1 OS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO E SEUS PRINCIPAIS ATORES

O cooperativismo, que é uma das principais bases da Economia Solidária, através de seus princípios, surgiu na Europa. O cooperativismo apareceu entre os séculos XVIII e XIX, devido à precariedade das relações e das condições de trabalho que os detentores dos meios de produção da época impuseram aos trabalhadores (GOERCK, 2006a).

Como apresenta Pinho (2004, p. 136), o cooperativismo “pode ser focalizado como doutrina, teoria, sistema, movimento ou simplesmente técnica de administração de cooperativas”. Cooperativas¹⁵ podem ser entendidas como: “uma empresa de serviço cujo fim imediato é o atendimento às necessidades econômicas de seus usuários que a criam com seu próprio esforço e risco (PINHO, 2004, p. 124).

Enquanto doutrina, o cooperativismo surgiu em oposição à conseqüências do liberalismo econômico, principalmente na Inglaterra e na França. O cooperativismo, inspirado em Owen e seus discípulos, busca uma organização social mais justa e equitativa (PINHO, 2004).

¹⁵ Esse assunto será retomado com mais detalhes na sequência, onde será abordado juntamente com a conceituação da Economia Solidária.

Sempre que se falar em cooperativismo deve-se falar em Robert Owen, que viveu entre 1771 e 1888, um dos principais, se não o principal responsável pelo desenvolvimento da ideologia cooperativista. Este artesão fez várias inovações numa fábrica de fiação, transformando a sua fábrica em colônia¹⁶. No entanto, suas mudanças não deram certo por uma série de motivos e foram perdendo mercado até que foi afastado pelos sócios que estavam insatisfeitos (PINHO, 2004).

Este começo de dificuldades que Owen obteve foi por sua luta em favor, principalmente, dos operários, sendo que, como apresenta Pinho (2004), ele defendia que deveriam ser distribuídas as sobras das riquezas nas sociedades humanas, exaltava, também, a educação e uma reforma social. Ele combatia o lucro e a concorrência, pois os considerava responsáveis pela deturpação do meio social. Sua glória foi promover a associação cooperativa e a procura pela eliminação do lucro. Owen teve relevante influência nos Pioneiros de Rochdale.

Aos poucos foram se constituindo grupos que seguiam princípios cooperativistas, sendo que a Cooperativa Pioneira de Rochdale foi o grande marco simbólico deste tipo de organização. Essa cooperativa surgiu em 1843, através de uma greve que trabalhadores realizaram reivindicando melhores salários e melhores condições de trabalho. Porém o resultado foi a demissão de dez funcionários (OLIVEIRA, 1984), sendo assim, os tecelões de Rochdale procuraram novas alternativas para a sua sobrevivência (PINHO, 2004).

Frente a isso, os precursores do cooperativismo prospectaram uma sociedade mais justa e solidária, onde sua organização e a sistematização do trabalho teriam princípios divergentes do modo capitalista de produção (GOERCK, 2006a).

Os sete princípios¹⁷ do cooperativismo¹⁸ são de extrema importância para o entendimento do funcionamento dos empreendimentos solidários atuais, e são os seguintes:

¹⁶ “Nessa colônia Owen fez com que muitos trabalhadores que antes eram viciados, provenientes de meios heterogêneos, tornassem-se homens dignos, reduzindo jornadas de trabalho, oferecendo amparo aos idosos e educação às crianças” (PINHO, 2004, p. 253).

¹⁷ “[...] Esses princípios foram instituídos no movimento cooperativista internacional em 1938 no Congresso Aliança Cooperativa Internacional”, que inicialmente consolidou a entrada e a saída de cooperados, a gestão democrática, a limitação da remuneração do capital e a distribuição das sobras de forma equivalente (FRANTZ *apud* LEMES, 2008, p. 54). Outros princípios como a intercooperação, a neutralidade política - social e religiosa, a educação, a capacitação e informação de seu quadro social, salienta Goerck (2006a), foram adicionados logo após o primeiro congresso (LEMES, 2008, p. 54).

¹⁸ Site com dados sobre o cooperativismo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Princ%C3%ADpios_cooperativos>. Acesso em: 20 abr. 2009.

- 1. **Adesão livre e voluntária** - Cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usarem seus serviços e dispostas a aceitarem as responsabilidades de sócios, sem discriminação social, racial, política ou religiosa e de gênero.
- 2. **Controle democrático pelos sócios** - As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares os sócios tem igualdade na votação (um sócio um voto); as cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática.
- 3. **Participação econômica dos sócios** - Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte desse capital é propriedade comum das cooperativas. Usualmente os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, possibilitando a formação de reservas, parte dessa podendo ser indivisível; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelo sócio.
- 4. **Autonomia e independência** - As cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútua controladas por seus membros. Entretanto, em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.
- 5. **Educação, treinamento e informação** - As cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
- 6. **Cooperação entre cooperativas** - As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.
- 7. **Preocupação com a comunidade** - As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável¹⁹ de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros.

Esses princípios norteadores dos grupos cooperativos contribuíram de forma significativa para a história do cooperativismo, nos mais diversos países em que esse tipo alternativo de organização se encontra. São princípios que ordenam a intensão de participação dos associados, e sempre tendo a solidariedade presente em todas as ações desenvolvidas pelos determinados grupos. Esses princípios,

¹⁹ “Desenvolvimento Sustentável, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas, é um conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento_sustent%C3%A1vel>.

mesmo se originando em épocas anteriores, se reaperentaram com extrema intensidade na atualidade.

Como apresenta Frantz (2006), temas como cooperativismo e solidariedade não são novos, mesmo tendo peculiaridades e características próprias da época atual. “São temas marcados pela longevidade do tempo humano, mas que atravessam os séculos, impulsionados pela capacidade dos homens em não renunciar aos sonhos e à esperança de uma vida melhor” (FRANTZ, 2006, p. 15), e para alavancar o trabalho solidário, cooperado, como uma nova forma de reconstruir laços tão combatidos pelo sistema vigente.

No caso brasileiro, há registros de sua existência desde o ano de 1610, com as primeiras fundações jesuíticas no Estado do Rio Grande do Sul. A sua existência, inicialmente no país, teve influência cultural e política européia, procurando atender aos interesses dos países colonizadores. Os protagonistas do cooperativismo tiveram como motivo para sua imersão as manifestações da questão social que sofriam na época, principalmente devido às duas primeiras grandes Revoluções Industriais (GOERCK, 2006a).

As transformações industriais da época motivaram a organização para superar as refrações da questão social, que se aprofundavam significativamente nesse período. Muito após o período de organização, que proporcionou o surgimento das cooperativas, no Rio Grande do Sul essas experiências tiveram um crescimento importante, entre os anos de 1940 e 1970, em especial as cooperativas agrícolas e de crédito, como nos apresenta Lechat (2006):

Com o incentivo do Governo para transformar estas cooperativas em propagandistas da “revolução verde”, elas foram tomando feições empresariais, ficando cada vez mais na mão de grandes e médios empresários. A partir dos anos 80, sob a influência da Comissão Pastoral da Terra, da EMATER, de várias ONGs e da formação do MST, formaram-se miríades de associações nos assentamentos de reforma agrária e entre pequenos produtores rurais familiares (LECHAT, 2006, p. 147-148).

Frente ao grande número de pessoas que sofrem com as refrações da questão social, em destaque os desempregados, os pobres e excluídos socialmente, reaparece o trabalho coletivo como fonte alternativa de geração de trabalho e renda no qual o cooperativismo está presente. A Economia Solidária reaparece na sociedade, no Brasil, principalmente em meados da década de 90 do século XX, como uma forma diferenciada de geração de trabalho e renda.

Esta forma reapareceu em consequência da crise do capital, do desemprego ocasionado por fatores já descritos anteriormente, e traz em suas bases o cooperativismo que surgiu “diante da precariedade das condições e das relações de trabalho, bem como da exploração dos trabalhadores pelos detentores dos meios de produção, existente entre os séculos XVIII e XIX na Europa”. A partir daí é que emergiu esse novo modo de organizar chamado de cooperativismo (GOERCK, 2006a, p. 9).

As formas de organização denominadas cooperativistas²⁰, que seguem os seus princípios, são centrais para os empreendimentos de Economia Solidária, termo que apareceu como alternativa ao desemprego, em especial no Brasil, a partir da década de 90 do século XX, e que será abordada na sequência.

Segundo os pesquisadores e os adeptos à causa da Economia Solidária, ela não se resume ao cooperativismo, mas esse é a sua forma principal, pois tem fundamentos éticos de organização e uma tradição histórica. Nesta perspectiva, a Economia Solidária vai além, portanto do cooperativismo, abrangendo outras formas de organização econômica, mas com a mesma orientação igualitária e democrática (SOUZA, 2003, p. 38).

A Economia Solidária está entre as formas encontradas por esses atores inseridos no cooperativismo, de geração de trabalho e renda. No entanto, a Economia Solidária existe paralelamente ou conjuntamente com outras denominações.

3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA FRENTE ÀS FORMAS ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

O trabalho coletivo, agora denominado de Economia Solidária, se reapresenta com maior intensidade no cenário mundial no final do século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho (MTE, 2009a).

²⁰ É importante destacar que as cooperativas que estão inseridas na denominada Economia Solidária são principalmente as cooperativas sociais e ou populares que, segundo Pinho (2004), são cooperativas organizadas por pessoas de baixa renda ou com alguma deficiência que procuram resolver seus problemas econômicos como trabalho e renda.

Porém, como afirma Lechat (2004), é fácil falar em Economia Solidária, mas para definir quem faz parte ou não desta alternativa de geração de trabalho e renda e quem tem as qualidades para integrá-la, não se tem a mesma facilidade. A amplitude dessa “nova” forma de se organizar para produzir, comercializar ou poupar, pode ser o fator que confunde a sua conceituação.

Juntamente com a denominada Economia Solidária existem outras terminologias que são utilizadas para definir as alternativas de geração de trabalho e renda. Entre elas estão a Economia Social, Economia Popular, Economia Popular e Solidária, Economia Clássica, com denominações diferentes mas que se entrelaçam, e quem participa desses segmentos tem objetivos semelhantes.

A Economia Social por sua vez é composta:

de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros (GUÉLIN, 1998, p. 13).

A Economia Social, já na sua conceituação, se diferencia da Economia de Mercado, pois os homens procuram estes espaços por sua livre vontade, e a detenção do capital por estes empreendimentos não tem como objetivo os lucros. Essa economia surgiu em oposição à Economia Clássica e foi potencializada pelos teóricos que procuraram entender os problemas sociais na tentativa de resolvê-los. Para Reis e Nascimento (2008), essas organizações²¹ surgiram quando começaram a aplicar conhecimentos teóricos, buscando identificar problemas sociais, bem como a influência do comportamento econômico sobre as condições sociais, ocorrendo assim um processo de ruptura com as visões individualistas difundidas pela Economia Clássica.

Os autores citados acima apresentam que essa economia apareceu no momento em que estudiosos começaram a aplicar seus conhecimentos na busca de identificar os problemas sociais, rompendo com a Economia Clássica, sendo que a tem, assim, no cooperativismo seu maior expoente (REIS e NASCIMENTO, 2008).

²¹ Citação original “Esa organización surgió a partir del momento en que estudiosos empezaron a aplicar sus conocimientos teóricos en la busca de la identificación de los problemas sociales y de la influencia del comportamiento económico sobre las condiciones sociales, ocasionando, de esa forma, un proceso de ruptura con las visiones individualistas difundidas por la Economía Clásica” (REIS e NASCIMENTO, 2008, p. 3).

Essa economia consiste em atividades econômicas que envolvem “pessoas que busquem democracia econômica associada à utilidade social” (DEFOURNY, 2009, p. 156), uma economia que além de estar preocupada com o econômico, que é essencial em qualquer atividade econômica, traz também em sua raiz social o enfoque na solidariedade.

Além de empresas do tipo cooperativo, a Economia Social se apresenta também através de organizações associativas que visam a livre associação e a produção de bens, de sociedades do tipo mutualista ou de ajuda mútua, onde comunidades locais necessitam se organizar e ter elas próprias uma previdência coletiva. (DEFOURNY, 2009). A Economia Social, nas ciências sociais, “representa um amplo e heterogêneo campo cognitivo, pois recorre a diferentes noções para tratar práticas sociais e ramos de provisão de serviços, produção e renda” (BARBOSA, 2007, p. 91).

Esses grupos sociais possuem alguns princípios, entre eles ter a finalidade de prestar serviço aos seus membros, ou à coletividade, onde o lucro é secundário, ter autonomia de gestão, controlada democraticamente pelos membros, dando sempre preferência para as pessoas e ao objeto social na distribuição dos excedentes (DEFOURNY, 2009, p. 156).

Pinho (2004), não se diferenciando de outros autores, apresenta que a Economia Social prioriza o coletivo e coloca a pessoa humana acima do capital, ou seja, o ser humano é a principal preocupação desses atores que adotam a Economia Social como sendo a sua principal preocupação, e o capital seria apenas um instrumento que os associados utilizariam e não um fim em si mesmo. O autor afirma ainda que a solidariedade é o motor da Economia Social, pois a mesma regula a repartição dos resultados no processo das decisões, colocando o coletivo em sua base.

A Economia Popular, por sua vez, que visa também a geração de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social, consiste em um:

[...] Conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurar a reprodução da vida social, mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis (ICAZA e TIRIBA, 2009, p. 150).

Como o próprio conceito apresenta, uma Economia Popular, por envolver sujeitos pertencentes a classes populares da sociedade, principalmente nas décadas de 80 e 90 do século passado, é representada por sujeitos que estão fora do mercado de trabalho, ou até mesmo nunca tiveram a oportunidade de adentrar no mercado formal de trabalho. A Economia Popular refere-se às atividades, entre elas ao trabalho doméstico, voltadas a proverem o sustento de um grupo social, sem haver a presença da mercantilização do trabalho (ICAZA e TIRIBA, 2009, p. 150).

A partir das duas últimas décadas do século XX, o termo Economia Popular passou a ser utilizado – de maneira geral – para fazer-se referência às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores e trabalhadoras excluídos do mundo do trabalho assalariado ou que nele jamais tenham conseguido ingressar (ICAZA e TIRIBA, 2009, p. 150).

A Economia Popular consiste então em estratégias populares de trabalho para a subsistência, para sobreviver (REIS e NASCIMENTO, 2008, p. 11), em que se apresentam manifestações como microempresas, organizações populares, com predominância dos setores informais. Estas alternativas podem ser apenas de subsistência, para garantir algumas necessidades mínimas, mas de extrema importância por sua emergencialidade.

Outra denominação de economia alternativa é a Economia Popular e Solidária, a qual tem uma agregação entre popular e solidária (GOERCK, 2006a), sendo “o conjunto concreto das experiências, atividades e organizações econômicas que se encontram na intersecção entre Economia Popular e Economia Solidária” (RAZETO, 1999, p. 46). São conceitos com poucas diferenciações, mas que tem um mesmo propósito, e que englobam o conceito mais amplo que é a Economia Solidária.

Já Lechat (2006) enumera, em sua tese de doutorado, os diversos nomes genéricos da Economia Solidária, os quais devem ser destacados, pois vão além dos expostos anteriormente. Para a autora, Economia Solidária aparece muitas vezes como sendo:

[...] cooperativismo popular, cooperativismo popular e autogestionário, economia alternativa, economia autogestionária, economia cidadã, economia da dádiva, economia da simplicidade, economia de solidariedade e trabalho, economia do trabalho, economia moral, economia popular de solidariedade, economia popular solidária, economia popular e solidária, Economia Social, Economia Solidária, Economia Solidária e autogestionária, a outra economia, socialismo autogestionário,

socioeconômica popular e solidária, socioeconômica solidária. É preciso também lembrar que esses nomes expressam coletivos, cujos componentes possuem, por sua vez, outras apelações como, por exemplo, projetos alternativos comunitários (LECHAT, 2006, p. 106).

O termo Economia Solidária, terminologia que será utilizada nesse referencial e posteriormente na análise dos dados, por ser um termo mais amplo internacionalmente conhecido e por ser utilizado pela SENAES, tem sua base em todas estas formas econômicas de caráter popular e solidário já descritos anteriormente. No Brasil, teve sua primeira conceituação feita por Paul Singer (LECHAT, 2006), um dos principais teóricos sobre esta temática na atualidade. É o termo utilizado por um dos maiores fomentadores deste tipo de geração de trabalho e renda alternativa que é o governo, apresentando, talvez, uma realidade mais diversificada.

Essa temática está ampliando também seu espaço nos debates, principalmente acadêmicos, através de pesquisadores e autores que a discutem. Estão entre os principais autores: Noelle Lechat (2001, 2003, 2004, 2007 e 2009), Marcio Pochamm (2004), Rosangela Barbosa (2006 e 2007), Luis Inácio Gaiger (2003, 2004, 2006 e 2009), Antonio Cruz, Luiz Razeto, Armando de Mello Lisboa (2001 e 2005), Antonio Cattani (2002, 2003 e 2009), Gleny Terezinha Guimarães (2007 e 2008), Genauto França Filho (2001, 2002 e 2006) e Paul Singer (1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2009), que, além de ser o Secretário Nacional de Economia Solidária, foi um dos primeiros a conceituar “Economia Solidária” e é um dos principais teóricos preocupados em alavancar essa ideia de geração de trabalho alternativo.

A Economia Solidária é uma forma de organização social, se apresenta de várias formas e tem uma utilização ampla com concepções variadas, mas sempre girando em torno da ideia de solidariedade, se contrapondo ao individualismo competitivo que é uma das principais características do comportamento econômico nas sociedades capitalistas (SINGER, 2001).

A terminologia Economia Solidária, como apresenta Singer, “é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem”, sendo uma inovadora forma de geração de trabalho e renda que favorece a

inclusão social (MTE, 2009). “A expressão Economia Solidária dá uma impressão de generalização, uma expressão aglutinadora de milhares de experiências, as mais diversas possíveis” (LECHAT, 2006, p. 157).

Um empreendimento que possui os princípios da Economia Solidária são os que têm suas modalidades de organização econômica:

[...] originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade [...]. Esses empreendimentos adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão dos empreendimentos, minimizando a presença das relações assalariadas (GAIGER, 2009, p. 181).

A Economia Solidária que foi arquitetada por operários no começo do capitalismo industrial, “como resposta à pobreza e ao desemprego” (SINGER, 2002b, p. 82), possibilita recolocar num terreno tão adverso a possibilidade de trabalhar em conjunto, trabalhar coletivamente (BARBOSA, 2006).

A Economia Solidária tem algumas características que a definem, são elas: pequenos grupos e/ou familiares, que são formados para encarar as dificuldades das refrações da questão social, em grande parte dos casos são informais, sendo assim não legalizadas, estando muitas vezes à margem da lei (RAZETO, 1999).

Esses empreendimentos se manifestam, no caso brasileiro, nas mais diferentes formas, que são elas:

coletivos informais, associações, cooperativas de produção, de trabalho, de consumo solidário ou de serviços; cooperativas sociais (pessoas com deficiência e transtorno mental); e grupos de crédito solidário, bancos comunitários e fundos rotativos e cooperativas de crédito; redes de empreendimentos, produtores e consumidores; grupos e clubes de trocas solidárias e mercados de trocas solidárias, com ou sem uso de moeda social; empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo; centrais de comercialização, iniciativas de comércio justo, organização econômica de comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhas, seringueiros, pescadores artesanais, outros extrativistas, etc.); cooperativas habitacionais autogestionárias; grupos culturais; agroindústrias familiares, entre outras iniciativas, seja nas áreas urbanas ou no meio rural, respeitando a questão de gênero, raça, etnia e geração (MTE, 2006, p. 3).

Mostrando a grande diversidade de empreendimentos, 21.678²² em todo o Brasil, dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontam que os empreendimentos coletivos envolvem hoje em torno de 1,5 milhão de pessoas em 2.274 municípios, e movimentam cerca de R\$ 500 milhões mensais ou R\$ 6 bilhões por ano, envolvendo de forma direta 1.687.496 pessoas (MTE, 2009). A Economia Solidária é um forte instrumento contra a exclusão social, pois as pessoas organizam de forma democrática a atividade produtiva.

Podemos considerar isso, porque a Economia Solidária é um conjunto de atividades econômicas de caráter coletivo onde “o trabalho, a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito, etc.), os resultados econômicos do empreendimento, os conhecimentos acerca de seu funcionamento e o poder de decisão sobre as questões a ele referentes”, tem uma participação de todos na busca pela solidariedade e pela igualdade (CRUZ, 2006, p. 69), diferentemente da realidade nas empresas capitalistas.

Além de ser uma alternativa de extrema importância, mesmo que inicialmente de caráter emergencial, no Brasil a Economia Solidária teve um forte avanço, recentemente, devido a dois fatores distintos, que são eles: o excedente da mão-de-obra, o movimento de importantes militantes sociais críticos que buscam novas alternativas de organização social e laboral. Estes representantes são, principalmente, antineoliberais que querem constituir alianças com os segmentos excluídos da população, criando novos caminhos de geração de renda para mudar o modo de vida (POCHMANN, 2004).

Para complementar essa discussão, pode-se destacar Cruz (2006), que em sua tese de doutorado apresenta Razeto, o qual aponta a Economia Solidária como sendo um espaço da busca por “uma nova estrutura de sociedade”. Esta seria apta a contribuir para a constituição de “uma nova relação estrutural entre economia, política e cultura, em que a solidariedade – entendida aí como democratização das três esferas da vida social – seja o elemento ético fundador e preponderante” (CRUZ, 2006, p. 42), através dela se terá a construção de uma nova ética que comporte uma nova estrutura de sociedade.

²² Esses dados foram coletados no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no *link* da Economia Solidária, aonde constam os dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

Lechat (2006) apresenta um comentário, feito em 1998 por Paul Singer, no qual menciona que:

A Economia Solidária deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional, porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas organizacionais que combinam o melhor atendimento do consumidor com a auto-realização do produtor. Se estas formas organizacionais forem encontradas – e certamente serão muito diferentes da empresa capitalista –, haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção (SINGER, 1998, p. 125).

Os empreendimentos solidários, para Singer (2001), têm quatro pontos que são essenciais para se caracterizar como um empreendimento econômico e solidário. Esses pontos, que serão retratados a seguir, seguem fielmente o conceito que o Ministério do Trabalho e Emprego define para cada um.

O primeiro é a cooperação que é a “existência de interesses e objetivos comuns”, unindo não só os esforços e as capacidades, mas tendo uma propriedade coletiva dos bens, partilhando os resultados e a responsabilidade de forma solidária. Essa organização coletiva é representada de diversas formas, tais como: empresas autogestionárias, as recuperadas ou assumidas pelos próprios trabalhadores, associações de produção comunitárias, grupos informais, redes de produção, comercialização e consumo, grupos de clubes de trocas, etc. (MTE, 2009).

Outro ponto é a autogestão, que é um princípio fundamental para a caracterização de um empreendimento. Os sujeitos pertencentes ao grupos “exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc” (MTE, 2009). Os apoios externos, como assistência técnica e gerencial, ou capacitação e assessoria, “não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação” (MTE, 2009), ou seja, grupos necessitam de assessoria externa, mas com o devido cuidado para que o grupo não fique dependente da assessoria para tomar as decisões cotidianas e necessárias para o desenvolvimento do empreendimento.

Os empreendimentos econômicos e solidários têm como fundamental importância possuir uma dimensão econômica, pois essa é “uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo”, além de

envolver um conjunto de elementos “que são permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais” (MTE, 2009).

Para ser um empreendimento considerado de Economia Solidária deve-se ter também como princípio a Solidariedade. Essa se apresenta nas mais diversas atribuições, como na justa distribuição dos resultados que foram alcançados pelo empreendimento; “nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no comprometimento com um meio ambiente saudável”; participando também de forma ativa nos processos que visam o desenvolvimento sustentável; em relações com outros movimentos, em especiais os populares, ou sociais que visam a emancipação; preocupando-se com o bem estar dos trabalhadores e também dos consumidores; “na preocupação com a comunidade local e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras” (MTE, 2009). Estas são algumas formas de solidariedade em que o empreendimento pode se apresentar.

Um trabalho desenvolvido de forma coletiva, muitas vezes, além das atividades que o grupo deve desenvolver em conjunto, existe ajuda mútua, uma contribuição coletiva também fora dos espaços de trabalho. A solidariedade que é promovida por estes sujeitos estabelece “entre eles um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação”, sendo que essa solidariedade também é estendida aos setores sociais com maior necessidade, entre eles os desempregados e os que precisam de maior amparo (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 162).

Porém, essa solidariedade, que está com sérios riscos de extinção pelo sistema vigente, se apresenta como uma das alternativas necessárias a esses sujeitos que sofrem com as manifestações da questão social e que precisam encontrar alternativas de subsistência. Surgindo como oposição ao individualismo, a solidariedade está presente em movimentos sociais que enfrentam o capitalismo individualista (ARRUDA, 2006).

O termo solidariedade merece uma análise com maior destaque, pois é um diferencial que é apresentado pelos empreendimentos de Economia Solidária. Lechat nos apresenta que, na:

realidade empírica que compõe a chamada Economia Solidária, encontramos formas diversas de solidariedade, umas de reciprocidade, outras de lealdade e ainda várias de altruísmo, onde uma certa caridade

paternalista subsiste, mesmo se ela não é reconhecida como tal (2006, p. 118).

Mas, como destaca Singer (2002a, p. 9), para que tenha solidariedade na economia só se for organizada igualitariamente “pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar”. O termo solidariedade utilizado por Pinho (2004), quando o mesmo se refere a ele no trabalho cooperativo, afirma que o mesmo resulta da lei ou da vontade das partes, como apresenta o Código Civil.

Portanto, “o conceito solidariedade remete a laços de ajuda mútua que se estabelecem entre as pessoas [...] e precisa ser confrontado com as ideias de caridade ou filantropia, com as quais às vezes se confunde” (CUNHA, 2003, p. 47). Sendo assim, destaca-se que na Economia Solidária a solidariedade remete à ajuda entre os associados para que possam coletivamente gerar trabalho e renda.

A autogestão foi introduzida como conceito na década de 1950 pelo partido comunista iugoslavo (MOTHÉ, 2009, p. 26). A autogestão é um dos princípios fundamentais que deve estar presente na Economia Solidária, pois é um dos principais diferenciais da Economia Solidária em relação à Economia de Mercado e ainda é fundamental “para caracterizar este novo tipo de cooperativismo e é revelador de uma nova concepção de democracia e de cidadania” (LECHAT, 2006, p. 139).

A democracia e a cidadania são fatores fundamentais para a propagação da autogestão, pois esta é:

um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta. E esta constitui um sistema em que voluntariamente, sem perceberem remuneração e sem recorrerem a intermediários, os cidadãos debatem todas as questões importantes, em assembleias (MOTHÉ, 2009, p. 26).

A Economia Solidária tem a autogestão como alicerce básico, é “uma prática de produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão” (MTE, 2009b, p. 10). Entretanto, como já destacado, quando um empreendimento solidário receber algum tipo de apoio, deve-se ter o cuidado em manter esses sujeitos que estão gerindo seu próprio empreendimento, como atores principais, para não ocorrer o processo de dependência.

A autogestão se apresenta principalmente na realização das assembleias de todos os sócios, sendo necessário que todos os sócios se informem do que ocorre

no grupo, bem como se interar das alternativas que estão disponíveis para a resolução de cada problema. Necessita, ainda, do esforço adicional de cada associado na empresa solidária, sendo que o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos associados (SINGER, 2002a).

Já a cooperação, existente nesses empreendimentos, também é resultado do trabalho coletivo que está presente nas associações e nas cooperativas, sempre procurando a partilha igualitária dos resultados sempre com responsabilidade. A cooperação é o “ato de cooperar ou operar simultaneamente, colaborar, trabalhar em conjunto” e que indica uma ação coletiva de indivíduos, com o intuito de desenvolver atividades planejadas que são necessárias para o bem fundamental (JESUS e TIRIBA, 2009, p. 80).

Essa cooperação se apresenta nas associações, cooperativas que fazem parte da Economia Solidária.

O trabalho associativo compreende-se como:

[...] uma forma de agir coletivo, segundo o qual os princípios da ação social se formam na experiência concreta e derivam do significado dado às intenções ou às idéias que fundamentam o grupo, e sinaliza um conjunto de ações realizadas por pessoas mobilizadas, a partir de um projeto, que busca superar dificuldades em função de um interesse comum e que, na maior parte das vezes, revela-se sem fins lucrativos (ALBUQUERQUE, 2003, p. 15).

A associação²³ “é impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem-comum supõe a ação coletiva” (CHANIAL e LAVILLE, 2009, p. 21). De forma associada, os empreendimentos procuram superar uma de suas principais dificuldades que é a falta de renda.

O cooperativismo²⁴ é uma “associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender as suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, sendo controlada coletiva e democraticamente”

²³ “As associações são reguladas pelos artigos n. 53 a 61 da Lei n. 10.406, de 10.01.2002, do Código Civil Brasileiro, e em caráter geral pelos artigos n. 44 a 52 da mesma lei, que tratam das pessoas jurídicas de direito privado” (GONÇALVES, 2005). Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_marco_autogestao.pdf>.

²⁴ “As sociedades cooperativas são disciplinadas pelos artigos n. 1.093 a 1.096 da lei n. 10.406, de 10.01.2002, do Código Civil Brasileiro; e pela legislação especial, Lei n. 5.764/71. No que os dispositivos acima forem omissos serão aplicadas às Sociedades Cooperativas as disposições das Sociedades Simples, artigos n. 997 a 1.038 do Código Civil Brasileiro, resguardadas as características peculiares da cooperativa estabelecidas no artigo 1.094 do mesmo código” (GONÇALVES, 2005). Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_marco_autogestao.pdf>.

(ALBUQUERQUE, 2003, p. 18). Ou seja, a cooperativa possui valores como de autoajuda, responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. A mesma possui alguns princípios fundamentais, que são eles: adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica do sócio, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre cooperativas e preocupação com a comunidade (ALBUQUERQUE, 2003, p. 18).

Deve-se destacar que as cooperativas consideradas de Economia Solidária não podem ter o trabalho assalariado, como acontece em algumas cooperativas de consumo (SINGER, 2002b).

A cooperativa de produção “é uma modalidade básica da Economia Solidária”. As cooperativas de comercialização que são compostas por produtores, autônomos, familiares ou individuais também são consideradas solidárias, que fazem compras em comum e, quando cabe, também suas vendas. “Sendo a produção individual, o ganho também é e as sobras das operações comerciais são em geral distribuídas entre os cooperados em proporção ao montante comprado e vendido por cada um através da cooperativa” (SINGER, 2002b, p. 84).

Outra cooperativa que tem como finalidade proporcionar uma maximização na satisfação e com menor custo dos cooperados é a cooperativa de consumo (SINGER, 2002b, p. 84). Essa cooperativa “desempenhou importante papel na difusão do cooperativismo pela Europa, a partir de meados do século XIX, [...] a famosa Cooperativa de Equitativos de Rochdale, considerada mãe das cooperativas” (SINGER, 2002a, p. 39).

Nas cooperativas de crédito, para serem solidárias, é necessário que os trabalhadores sejam sócios, pois são empresas solidárias de intermediação financeira que são possuídas pelos próprios depositantes (SINGER, 2002b).

Como podemos perceber a Economia Solidária, seguindo estes princípios, tem como perspectiva ser algo além da geração de renda, possibilitando mudanças nos níveis de relação de cultura nos espaços de trabalho (GAIVIZZO, 2006). Destaca-se que a Economia Solidária pode contribuir de forma significativa para a Inclusão Social dos sujeitos que se vêem fora da sociedade, e uma inclusão não apenas pelo fator renda, mas pelo espaço proporcionado pela Economia Solidária, de trabalho coletivo, ampliando o conhecimento destes associados.

Muitas vezes essas formas alternativas de geração de renda são estratégias para sobreviver e a população, dependendo cada vez mais desse trabalho associativo e muitas vezes de caráter semifamiliar (REIS e NASCIMENTO, 2008, p. 5), abrem espaço para uma maior participação na comunidade em geral, na busca por uma boa qualidade de vida.

A Economia Solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar [...]. A Economia Solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtores poupadores, consumidores, etc., uma vida melhor (SINGER, 2002a, p. 114).

Além de buscar uma vida melhor, a Economia Solidária faz com que essas pessoas se sintam mais felizes sendo sujeitos de seu próprio trabalho, e não mais apenas objetos, podendo participar das decisões, sabendo o que está acontecendo no empreendimento, não sendo mais peões, sendo movidos pra cá e pra lá por uma administração anônima (SINGER, 2001).

Esta alternativa solidária, que está sendo “utilizada” principalmente por sujeitos que estão fora do mercado formal de trabalho, desempregados, ocupadas por sujeitos que estão querendo ampliar a renda ou, até mesmo, associados autogestionários que recuperam empresas falidas por sujeitos que procuram uma vida melhor, muitas vezes são soluções estáticas ao invés de dinâmicas.

Estes termos, utilizados por Reis e Nascimento (2008) apresentam que a forma em que estão atuando esses empreendimentos, mesmo sendo orientados por instituições governamentais, “solo establecen, para ese contingente poblacional, soluciones estáticas, esto es, lucros en nivel de condiciones para sobrevivir que, en muchas situaciones, son precárias” (REIS e NASCIMENTO, 2008, p. 19), não chegando a ser uma alternativa dinâmica como apresentam os autores.

Mas, como afirma Singer (2001), a Economia Solidária não é uma panaceia, ou seja, um remédio, ela é um projeto de organização socioeconômica com princípios de autogestão, atuando no sentido do trabalho associativo e cooperativo, diferentemente do modelo predominante que é o capitalismo, que proporciona concorrência exacerbada pelo lucro.

Esta alternativa de geração de renda que se ampliou de forma significativa no Brasil, pela necessidade dos próprios integrantes e pela ação de atores sociais que

se preocupam em mudar a realidade social, entrou na agenda política do governo redirecionando em muitos aspectos as políticas de trabalho.

3.3 A INTENCIONALIDADE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária, para Cunha (2003), possui duas direções, uma sendo econômica, enquanto atividades econômicas para garantir seus meios de vida e de sua família, entretanto há a questão política, que são as organizações coletivas onde prevalecem às práticas democráticas, cooperativas e autogestionárias entre os associados e de extrema importância para que a Economia Solidária se concretize.

Mas a organização política que cerca a Economia Solidária ainda merece atenção, pois Economia Solidária é um segmento que ainda não possui um espaço considerado adequado dentro das políticas do Estado, porém aos poucos está mudando essa realidade, principalmente após um governo de esquerda assumir em 2001.

O governo “Lula” “tornou a Economia Solidária integrante da agenda pública brasileira”, sobretudo ao criar no Ministério do Trabalho e Emprego a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, que busca dar visibilidade aos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil (GOERCK, 2006a), buscando assim a geração de renda para os desempregados e trabalhadores pobres das periferias das cidades e das zonas rurais (BARBOSA, 2007, p. 193). E esta objetiva qualificar os sujeitos envolvidos com a implementação de políticas públicas²⁵, facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões, contribuir para a organização dos trabalhadores em autogestão para a geração de trabalho e renda. Estas conquistas foram obtidas por intermédio do movimento de Economia Solidária no Brasil (MTE, 2009).

A SENAES colabora com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego fomentando e apoiando os Empreendimentos Econômicos Solidários por meio de ações diretas ou por meio de cooperação e convênios com outros

²⁵ Política Pública se constitui pelo “[...] conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia de direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público”. Disponível em: <wikipedia.org/wiki/política_publica>.

órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) e com organizações da sociedade civil que atuam com a Economia Solidária (MTE, 2009c).

As políticas de fomento à Economia Solidária foram discutidas e apresentadas na I Conferência Nacional de Economia Solidária, onde foram consideradas: as diversidades dos sujeitos e protagonistas deste tipo de economia, como, por exemplo, a diversidade de suas organizações, o reconhecimento e fortalecimento da organização social dos trabalhadores e, principalmente, a promoção da redistribuição de renda, bens, recursos, permitindo o acesso aos direitos sociais, promovendo o desenvolvimento sustentável e solidário (MTE, 2006, p. 13).

Essa secretaria passou a ser um caminho aberto para a imersão de novos empreendimentos e para o fortalecimento dos já existentes, passou também a ser uma possibilidade concreta de apoio aos empreendimentos de geração de trabalho e renda, ou seja, uma de suas principais possibilidades.

Para que a Economia Solidária tenha eficácia e atinja seus objetivos, que são: gerar trabalho e renda amenizando o desemprego e a miséria, se faz necessário que se tenha políticas públicas que venham ao encontro dessa alternativa econômica, fortalecendo os empreendimentos, para que os associados possam prover a sua renda, ter os direitos, resistir à exclusão social e visar o seu desenvolvimento.

A Economia Solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento, exige responsabilidade e cumprimento, por parte dos Estados Nacionais da garantia e defesa dos direitos universais dos cidadãos que as políticas neoliberais pretendem eliminar. Ela preconiza um Estado democraticamente ativo, empoderado, a partir da própria sociedade e colocado ao serviço desta; transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãos de cada um (MTE, 2006, p. 7).

A SENAES, desde 2004, vem implantando e implementando o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento com a finalidade de promover o fortalecimento e de divulgar a Economia Solidária mediante políticas integradas, visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

Esse programa “marcou a introdução de políticas públicas específicas para a Economia Solidária em âmbito nacional”. Essas novas relações no mundo do trabalho demandam do poder público novas políticas públicas que não só a de apoio

ao trabalho assalariado. Foram demandas do movimento da Economia Solidária que proporcionaram que o governo contribuísse através de políticas como a inclusão, a proteção e o fomento dos empreendimentos de iniciativa solidária (MTE, 2009d).

O programa tem vários objetivos, como apresenta o Ministério do Trabalho e Emprego em seu *site* oficial, entre eles: fortalecer e difundir empreendimentos autogestionários, apoiar materialmente as entidades que fomentam e apoiam estes grupos, articular as cadeias produtivas, ampliando não só a produção como a distribuição e do consumo dos produtos eticamente corretos, promover a produção de conhecimentos e de tecnologias e abrir espaço para a sociedade civil para a construção de novas políticas, entre outros.

Esse programa que o governo está implementando, tem um significado diferenciado dos programas de emprego e renda que já existiam, como o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), programa esse que recebeu via instituições financeiras federais recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou do Programa de Expansão e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (PROEMPREGO) (BARBOSA, 2006).

A Economia Solidária que vem sendo apoiada pelo governo atual, afirmando o que Singer (1999, p. 63) apresenta que “É dever do Estado a promoção de um processo público de inclusão social, sustentando e treinando os desempregados, financiando e assistindo as diversas maneiras a pequenas empresas ou comunidades”.

A iniciativa do governo é de extrema importância, onde mesmo o Estado “está arquitetado para promover o desenvolvimento capitalista, e todos os seus instrumentos e mecanismos” (GUIMARÃES e SCHWENGBER, 2004, p. 84) estão cada vez mais recebendo apoio das políticas governamentais ou de organizações não-governamentais (GOERCK, 2006a).

Entre as entidades da sociedade civil preocupadas em fomentar a Economia Solidária destaca-se a Agência do Desenvolvimento Solidário (ADS), que implementou o sistema ECOSOL²⁶.

Além desse sistema existem outras instituições que são apoiadoras, como a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão Acionária

²⁶ O Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário “é um sistema de apoio a cooperativas de crédito solidário, como uma forma de promover o fortalecimento da Economia Solidária e do desenvolvimento sustentável”. Disponível em: <www.ecosol.com.br/>. Acesso em: 28 abr. 2009.

(ANTEAG), igrejas, CÁRITAS²⁷, UNITRABALHO²⁸, universidades, principalmente através das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP).

As Incubadoras Universitárias Tecnológicas e Sociais vêm se destacando no apoio à Economia Solidária (GOERCK, 2006b). As Incubadoras Sociais (IS), ou Incubadoras de empreendimentos de Economia Solidária, foram criadas para o assessoramento dos empreendimentos, que foram formados pelos sujeitos que sofrem com as manifestações da questão social. A assessoria prestada por estas instituições contribui para o planejamento das atividades, elaboração de projetos, capacitação dos cooperados na contabilidade, entre várias outras formas.

A Incubadora Social de comunidade tem como finalidade o fortalecimento local de comunidades, municípios e cidades, através da formação de empreendedores e da geração de empreendimentos com uso de tecnologia social [...], criando um ambiente que beneficia toda comunidade em diversos aspectos, principalmente na qualidade de vida, cidadania e visão de mundo (INSTITUTO GÊNISES, 2008, p. 1).

Essas Incubadoras foram criadas após resultados positivos que foram obtidos pelo Movimento da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida – ACCMV, onde foi criada uma cooperativa popular pelos moradores da região da Maré, no Rio de Janeiro, sendo que essa foi uma das protagonistas do surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (GAIVIZZO, 2006, p. 43).

A Incubadora de Economia Solidária [...] atua no sentido de promover cidadania, trabalho e inclusão social, baseada nos princípios e valores da cooperação, autogestão, solidariedade, valorização do trabalhador e desenvolvimento sustentável na região (LECHAT, 2006, p. 5).

Essas Incubadoras que apoiam empreendimentos, redes, entre outras modalidades (MTE, 2009e), possuem três etapas para a Incubação desses empreendimentos, que são a pré-Incubação, a Incubação e a pós-Incubação.

Essas Incubadoras Sociais estão proporcionando um apoio significativo aos empreendimentos solidários, mesmo atingindo ainda um número pequeno de empreendimentos, mas é uma ação em busca da cidadania desses associados/cooperados que passou a contar com o conhecimento científico

²⁷ Órgão Ligado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

²⁸ A UNITRABALHO, que foi criada em 1995, “objetiva desenvolver novos conhecimentos a partir do binômio teoria-prática e de caráter empreendedor e associativo das cooperativas, para incluir na sociedade os segmentos sociais de baixo poder aquisitivo, orientando-os para a criação e a autogestão de seu próprio negócio” (PINHO, 2004, p. 30).

produzido em universidades e contando em sua equipe multidisciplinar com o profissional Assistente Social²⁹.

O Serviço Social no processo de assessoramento dos empreendimentos solidários nas Incubadoras Sociais tem como proposições atender às demandas (prioridades) da Incubadora, conciliando-as com o trabalho profissional, fortalecendo os grupos autogestionários, bem como a autonomia dos trabalhadores, enquanto coletivo, articulando e encaminhando os trabalhadores às políticas públicas nos seus respectivos municípios. O Serviço Social pode contribuir também na promoção à participação dos trabalhadores visando a autogestão dos empreendimentos coletivos que é de extrema importância para estes, proporcionar o processo de conscientização dos associados, por meio de reflexões acerca da realidade vivenciada pelos trabalhadores [...], contribuir referentemente ao esclarecimento sobre os princípios do cooperativismo. Pode-se, também, incentivar a qualificação profissional e a participação dos associados junto a fóruns, imprescindíveis para apreender a amplitude da importância das atividades coletivas dos empreendimentos, nas feiras de representação da Economia Solidária, promover a consciência popular e ecológica, como, por exemplo, o trabalho dos catadores de materiais recicláveis (GOERCK, 2006a).

Essas são as múltiplas formas de contribuição que o profissional Assistente Social pode oferecer para o processo de assessoramento dos empreendimentos através das Incubadoras Sociais, ou Incubadoras de empreendimentos de Economia Solidária. Essa contribuição pode se desenvolver fora dos espaços acadêmicos, nos mais diferentes espaços de atuação do Assistente Social, seja em órgãos públicos ou não.

Existindo a materialização destes objetivos pelo Serviço Social, ele poderá dar sua contribuição ao processo de autogestão de experiências coletivas, visando a descentralização das decisões, obtendo uma maior autonomia diante dos seus processos de trabalho (GOERCK, 2006a), ou seja, todo esse trabalho que pode ser desenvolvido pelos Assistentes Sociais contribui para a efetivação de uma das principais bandeiras da Economia Solidária que é a autogestão, bem como os

²⁹ A idéia das incubadoras foi essencialmente utilizar os recursos humanos e o conhecimento técnico-científico que as universidades têm de forma acumulada, podendo assim auxiliar esses trabalhadores que estão em situação de exclusão social (GALIVIZZO, 2006, p. 44).

espaços de cidadania³⁰ para esses sujeitos pertencentes aos grupos econômicos e solidários.

Alguns objetivos norteiam e contribuem para desenvolver o trabalho do Assistente Social em relação aos empreendimentos de Economia Solidária, destacam-se:

[...] apoiar a inserção social dos trabalhadores e de seus familiares em ações em empreendimentos de economia popular e solidária, [...] fortalecer os vínculos solidários, a participação e o estabelecimento de relações democráticas entre os trabalhadores, [...] legitimar e dar visibilidade às experiências de Economia Popular e Solidária, desencadear reflexões sobre os princípios do cooperativismo e suas possíveis operacionalizações, colaborar com a população usuária e com o planejamento de suas ações, desenvolver estratégias que colaborem para o relacionamento interpessoal dos trabalhadores, promover a acolhida dos trabalhadores e de seus familiares, desenvolver a orientação e apoio sócio-familiar, desenvolver a articulação do seu trabalho juntamente com profissionais de outras áreas, prospectando a intervenção do Serviço Social de forma interdisciplinar, proporcionar articulação com a política de assistência social, de trabalho e desenvolvimento econômico, bem como da geração de trabalho e renda (GOERCK, 2006a, p. 50).

Fomentando estas organizações coletivas, o Assistente Social poderá contribuir para que não ocorra a naturalização da questão social, como destaca Iamamoto (2004), além de proporcionar formas de ampliação dos espaços da sociedade civil nas discussões, na construção democrática, sempre lutando pelos direitos da população.

Trabalhando com esses empreendimentos, a profissão se afirma como uma atividade “voltada à defesa dos direitos e das conquistas acumuladas ao longo da história da luta dos trabalhadores no país, e estar comprometida com a radical democratização da vida social no horizonte da emancipação humana” (IAMAMOTO, 2004).

Esse profissional pode contribuir com o que a SENAES apresentou em seu documento final da 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária em 2006, onde almeja a possibilidade de construção de uma globalização solidária, estreitando as relações de integrantes da Economia Solidária em diversos continentes e sua

³⁰ “A cidadania entendida como a capacidade de todos os indivíduos [...] de se apropriarem dos bens socialmente produzidos, de atualizarem as potencialidades de realização humana, abertos pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (IAMAMOTO, 2004, p. 21), ou seja, ter acesso aos bens que são produzidos por toda a sociedade de forma igualitária, bem como ter acesso aos direitos sociais, civis e políticos.

articulação com diversos movimentos sociais e políticos, afirmando uma outra concepção de desenvolvimento.

Este processo de incubação, que abrange um grupo ainda pequeno, contribui com os grupos, no entanto os limites que lhe são impostos são muitos.

3.4 OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E ALGUMAS DIVERGÊNCIAS ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES

Os empreendimentos econômicos e solidários “que expressam uma germinação de formas de economia alternativa” (GAIGER, 2009, p. 181) possuem vários limites, segundo teóricos sobre os assuntos, que impedem, muitas vezes, o desenvolvimento destes, porém estão na busca das possibilidades de atingir seus objetivos com eficiência e efetividade e superar estas dificuldades. Estes empecilhos e algumas possibilidades que esses autores apresentam serão expostos a seguir.

Os empecilhos aos empreendimentos podem ser percebidos com facilidade, destacando as peculiaridades de cada empreendimento. Os limites que os empreendimentos econômicos e solidários encontram já são trabalhados por pesquisadores da área, como Barbosa (2006) e Pochmann (2004).

Um dos principais limites que os grupos econômicos e solidários encontram é a inexistência de um “padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da Economia Solidária”. O sistema bancário tradicional tem como propósito um sistema que está distante dos pressupostos éticos da Economia Solidária, necessitando, assim, de linhas de financiamentos próprias (cooperativas comunitárias, créditos populares), às quais são adequadas ao modo de produção não-capitalista (POCHMANN, 2004, p. 31).

Além de faltar linhas de créditos apropriadas, a existência de muitos grupos solidários informais dificulta o grupo no processo de viabilidade econômica, pois, a constituição jurídica se caracteriza como uma das condições básicas para o acesso ao crédito. Além da falta deste aparato legal, se tem uma carência de linhas de créditos direcionadas para esse tipo de empreendimento, impedindo a expansão do empreendimento e, conseqüentemente, reduzindo as oportunidades de desenvolvimento socioeconômico destes. Nesse mesmo sentido, a falta de acesso

às linhas de crédito se dá muitas vezes também por não se possuir uma garantia, que é exigida pelas financeiras.

Essas exigências fazem com que “no conjunto, as iniciativas de Economia Solidária sejam testemunhas dessa disposição elitista do sistema financeiro com os trabalhadores sem garantias” (BARBOSA, 2007, p. 161).

As condições de exigência do sistema bancário limitam a entrada de empreendimentos solidários e quando se consegue acessar essas linhas de crédito, as condições de pagamento deste empréstimo muitas vezes são idênticas aos das grandes empresas. Os autores Reis e Nascimento (2008) discutem que existem linhas de crédito até mesmo solidárias que contemplam esses empreendimentos, mas que ainda são insuficientes para dar conta da demanda. Para os mesmos autores³¹ é evidente que existem vários programas de crédito que são dirigidos a esse segmento, e instituições financeiras criadas com a concepção solidária, dos governos locais, estaduais e até mesmo nacionais que procuram oferecer créditos para esses pequenos empreendedores. Seguem os autores afirmando que esta alternativa está presente, mas é insuficiente para dar conta deste segmento.

A falta de acesso ao crédito para esses empreendimentos, que na maioria dos casos não possuem estruturas ideais para o desenvolvimento de suas atividades, impede o seu crescimento, retardando e dificultando as atividades que por eles são desenvolvidas. “E êxito dos empreendimentos depende, ademais, não apenas do cenário em que se encontrem, mas do investimento que neles se realize” (GAIGER, 2009, p. 181). Sendo assim, corre-se o risco de inviabilizar economicamente esses empreendimentos.

Outra necessidade que também se apresenta como um dos principais limites dos grupos é a falta de um marco legal, que já está sendo discutida pela SENAES, é a inexistência de uma legislação específica. “A legislação brasileira não atende à regulação de trabalho coletivo, prevalecendo a visão individualista e mais centrada no capital privado” (BARBOSA, 2006, p. 115). Ou seja, faz-se necessário, por exemplo, rever a lei das licitações públicas que impossibilita a compra e a venda de produtos da Economia Solidária e estabelecer critérios diferenciados para a

³¹ Citação original: “Es evidente que existen vários programas de crédito dirigidos a esse segmento, bien como instituciones financieras creadas bajo la concepcion solidaria, por gobiernos locales, estaduales o nacionales, que buscan ofrecer créditos subsidiados a los micros y pequeños empreendedores. El hecho es que ambas las alternativas, por lo menos hasta el presente, se tienen mostrado insuficientes para dar cuenta de la demanada por crédito de esse segmento” (REIS e NASCIMENTO, 2008, p. 16).

participação de empreendimentos solidários nas concorrências públicas. Através disso, o governo poderá propor mais alternativas aos empreendimentos.

Além da falta da legislação, que é dever do governo desenvolvê-la, existe a informalidade dos empreendimentos. Grupos não-regulamentados, ou seja, por diversos motivos os grupos não têm o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), não possuindo um estatuto e nem uma organização formal, não dispendo de um registro legal. Esta informalidade está ligada muitas vezes à precariedade dos empreendimentos, que por falta de apoio não conseguem se instituir como associação, ou pelo número de encargos não podem se constituir como cooperativas.

Outra lacuna, que é apontada por Pochmann (2004, p. 31), é o vazio legal existente, confundindo a ética solidária e a concorrência desleal, onde as falsas cooperativas fraudam os direitos de seus associados, onde, nas palavras do pesquisador, “trata-se da constituição de um código próprio sob o regime da Economia Solidária”.

Outro ponto que deve ser preenchido pela política pública de Economia Solidária é a constituição de redes de produção, difundindo a tecnologia e a extensão técnica no campo da Economia Solidária (POCHMANN, 2004, p. 31).

Para Barbosa (2006), além do marco legal, as finanças, a comercialização, a educação e o acesso à tecnologia são questões que merecem mais atenção principalmente pelo poder público, o principal fomentador dessa ideia através da política pública.

Além disso, os grupos podem e devem também investir em educação, outro ponto descrito pela SENAES e o FBES³² como uma das prioridades para os empreendimentos econômicos e solidários, delineando a importância para esses empreendimentos do trabalho coletivo, podendo contribuir também nas formas de gestão destes, bem como ser uma possibilidade de apresentação para a sociedade civil as suas formas de trabalho, instigando então a consumir os produtos produzidos coletivamente (BARBOSA, 2006).

Em relação à questão tecnológica, observa-se que já se está tendo uma preocupação por parte do poder público com a criação de Incubadoras Tecnológicas em todo o país. Estas visam dar infraestrutura, assessoria e capacitação para

³² Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

sustentar esses empreendimentos que foram criados por iniciativa de trabalhadores desempregados ou em situação de precarização. Já existem incubadoras financiadas pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e que estão contribuindo de forma significativa para os empreendimentos (BARBOSA, 2006).

Todos estes fatores são discutidos pela SENAES, juntamente com o FBES, e apontam que a Economia Solidária, mesmo inicialmente gerando renda apenas para a sobrevivência desses trabalhadores, é uma forma de resistência, pois é a única maneira que muitos trabalhadores sem renda encontram de se auto-sustentar e sustentar as suas famílias. Entretanto é absolutamente necessário salientar a importância da implantação deste tipo de alternativa como uma política pública de geração de trabalho e renda para que se garantam a esses empreendimentos melhores condições de se estruturar não apenas para a subsistência, almejando até mesmo a superação de muitos integrantes dos empreendimentos econômicos e solidários do mesmo patamar que os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família ou o Fome Zero.

Esses empreendimentos, por estarem desprovidos de uma regulamentação protetora, precisam também de apoio tanto na produção como na comercialização de seus produtos. Nesse ponto, Barbosa (2006) define alguns critérios que deveriam ser postos em prática pelo poder público através de sua política para os empreendimentos que seriam: “as condições para produzir, o acesso vantajoso à matéria-prima e equipamentos, a organização da produção, a tecnologia, o escoamento para a comercialização, o acesso a mercados específicos para o consumo de produtos socialmente sustentáveis” (BARBOSA, 2006, p. 117). Assim os grupos teriam mais facilidades em comprar seus equipamentos para terem uma melhor produção, comercialização, principalmente com a criação de redes de comercialização solidárias, estimulando um maior consumo desses produtos pelo poder público e ajudando e manter o consumo e comércio justo defendido pela Economia Solidária.

Também, além disso, é de extrema importância salientar que a Economia Solidária não pode ser vista como residual, subordinada ou, quando muito, como compensatória aos impactos das crises do capitalismo (MTE, 2006, p. 13), ou seja, a Economia Solidária não pode servir apenas como medida emergencial do capitalismo, ajudando a conter os sujeitos, dominando a rebeldia dos trabalhadores em relação à exploração e à falta de empregos existentes. Verifica-se, assim, a

importância de uma mobilização dos empreendimentos na luta pelo seu fortalecimento, bem como na busca de apoio na sociedade e principalmente no espaço público para a superação de suas dificuldades.

Como é definido pelos liberais, a Economia Solidária está apenas contribuindo para corrigir as crises do sistema capitalista.

No plano teórico, os liberais entendem as experiências solidárias como sendo, mais uma vez, corretivo das crises cíclicas do sistema capitalista. Segundo essa concepção, quando o ciclo econômico entra em crise o aparecimento ou ressurgimento dessas experiências tem a função de reduzir pressões populares por trabalho, emprego e renda (EID, 2004).

Como afirmam Singer e Souza (2000), para que se possam ter empreendimentos solidários se faz necessário ter políticas de governo que fortaleçam estes grupos, e, sendo assim, a partir de 2003, com a presença de um governo de esquerda no Palácio do Planalto abriram-se possibilidades para a criação de uma secretaria que visasse apoiar e fomentar empreendimentos de Economia Solidária.

Uma possibilidade destes empreendimentos é a “inserção social e comunitária, pois a Economia Solidária cumpre uma série de funções em domínios como saúde, educação e preservação ambiental” (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 162).

Muitas vezes a Economia Solidária é taxada como sendo apenas compensatória ao capitalismo. Entretanto, a Economia Solidária está tendo uma atenção do governo e de entidades não-governamentais, sendo que esta forma de geração de renda pode estar atuando como alternativa estática, mas com poder, ou seria mais adequado se tornarem soluções dinâmicas, como nos apresentam Reis e Nascimento³³ (2008), onde afirmam que da forma como estão sendo orientados por instituições governamentais e não-governamentais, oferecem para esse contingente populacional soluções estáticas, com lucros apenas para sobreviver e muitas condições são precárias. Os autores seguem afirmando que seria adequado reverter

³³ Citação original: “De la forma están actuando y mismo siendo orientadas y apoyadas por instituciones gubernamentales y no gubernamentales, esas organizaciones solo establecen, para esse contingente poblacional, soluciones estáticas, esto es, lucros em nível de condiciones para sobrevivir que, em muchas situaciones, son precárias. El adecuado seria reverter esa situación de soluciones dinámicas, o sea, una situación donde los resultados obtenidos por la organización fueran muy además de la condición para sobrevivir de sus integrantes” (REIS e NASCIMENTO, 2008, p. 19).

essa situação com soluções dinâmicas, onde os resultados seriam mais do que condições de sobreviver de seus integrantes.

Nas palavras de Frantz (2006), nas quais ele apresenta que a economia cooperativa solidária afirma que o projeto oferece uma “nova oportunidade de luta em favor de um futuro mais confiante, de um futuro com novas oportunidades de inclusão social”. Oportunizando olhar mais adiante, e ter esperança, não sucumbindo aos percalços da política de uma globalização que cada vez mais concentra riqueza e poder. [...] A economia cooperativa solidária oferece uma oportunidade de retorno à liberdade criativa dos sujeitos como atores sociais de seus próprios projetos.

Nesses empreendimentos, além de contribuírem com o desenvolvimento sustentável, as iniciativas positivas podem também potencializar o surgimento de novos grupos. Com o surgimento de novos empreendimentos, que na maioria dos casos são consequência do desemprego formal, mas que pode ser pela experiência de grupos que apresentaram dados positivos tanto pela geração de renda, pela sua viabilidade econômica, pela inclusão social que proporciona, pode contribuir para a criação de redes solidárias, para a formação de uma cadeia produtiva que é de extrema importância e necessária para o desenvolvimento da Economia Solidária.

Uma rede solidária contribui para a assistência que está fortemente presente nesses empreendimentos econômicos. “A solidariedade na economia só pode se concretizar se ela for realizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar” (SINGER, 2002a, p. 9).

Esses empreendimentos podem contribuir na redução da pobreza e do desemprego, dados que tem cifras que se alteram minimamente, não chegando à extinção, mas são fundamentais para contribuir de forma imediata para os sujeitos que vivem em situação de pobreza ou miserabilidade.

4 A CONSTRUÇÃO DO DIFERENTE

Para a realização dessa dissertação foram seguidos alguns princípios metodológicos, pois se entende que uma dissertação de mestrado corresponde ao diálogo dos resultados de uma pesquisa e de uma reflexão, onde aborda um tema delimitado e único. Diz respeito também a um trabalho científico, tendo como objetivo inerente a demonstração e o desenvolvimento de um raciocínio lógico. É importante o uso de métodos e técnicas específicas de acordo com a ciência em que se está trabalhando (SEVERINO, 2004).

Entende-se por metodologia “a etapa do projeto onde argumentamos de forma mais aprofundada sobre procedimentos e técnicas de investigação” (PRATES, 2003, p. 1).

Para Lefebvre (1991, p. 249), “o método é a consciência da forma do movimento interno do seu conteúdo”. O processo de pesquisa exige aproximações sucessivas entre a revisão teórica realizada e os sujeitos que serão pesquisados (KOSICK, 1995). A pesquisa será realizada sob enfoque qualitativo exploratório, embasado no método dialético-crítico que tem como principais categorias a historicidade, totalidade e contradição. “A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e captável em adequações, medidas e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 22). Nesse sentido, pode-se referir que a abordagem qualitativa busca desvelar os significados dos fenômenos e processos sociais vivenciados pelos sujeitos.

A “finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. A pesquisa qualitativa é feita, entre outras formas, através de entrevistas do tipo semi-estruturadas com apenas um único respondente ou com um grupo de respondentes (GASKELL; BAUER, 2004, p. 68).

A pesquisa qualitativa é de caráter exploratório, onde foram utilizados 2 empreendimentos diferentes, mas do mesmo tipo de segmento econômico.

Um estudo exploratório “permite ao investigador aumentar sua experiência em torno do determinado problema” (TRIVIÑOS, 1987, p. 109). No estudo exploratório, o pesquisador tem como ponto de partida uma hipótese e vai aprofundando seus estudos “nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimentos [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 109).

Segundo Triviños (1987), o estudo exploratório não exige a revisão da literatura, as entrevistas bem como o emprego de questionários ou formulários, sempre levando em conta os aspectos de severidade de um trabalho científico.

A pesquisa foi realizada com 8 associados pertencentes a dois grupos, sendo que dois desses associados são presidentes de seus respectivos grupos, identificando assim os participantes desses empreendimentos.

Para a realização dessa dissertação, primeiramente foi realizada uma revisão bibliográfica e um estudo documental com a documentação da SENAES. Num segundo momento, a coleta das informações foi obtida junto aos empreendimentos referidos anteriormente, por meio de técnica de entrevista utilizando um formulário³⁴ semi-estruturado com questões abertas, fechadas e de múltipla escolha, e com a possibilidade de se inserir novas questões, o qual “pode ser um meio do qual precisamos para obter as certezas que nos permitem avançar em nossas investigações” (TRIVIÑOS, 1987, p. 137).

Uma entrevista semi-estruturada é:

[...] Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1995, p. 146).

Já o formulário “é um instrumento muito utilizado para o levantamento de informações e é preenchido indiretamente, ou seja, pelo próprio entrevistador” (BARROS e LEHFELD, 2000, p. 50) durante a entrevista.

Essas entrevistas foram agendadas previamente com os grupos solidários, verificando com antecedência a disponibilidade da diretoria, bem como dos associados dos empreendimentos. O pesquisador foi até cada empreendimento

³⁴ Este instrumento consta no apêndices B e C.

selecionado para desenvolver a pesquisa, aproveitando para ter uma maior aproximação com todos os associados e visualizar o espaço onde desenvolvem suas atividades.

Antes da aplicação definitiva da entrevista, junto aos membros do grupo e os integrantes da diretoria dos empreendimentos, foi aplicado um pré-teste com um dos empreendimentos pertencentes a essa pesquisa. O pré-teste tem como objetivo a verificação de dúvidas e de dificuldades de preenchimento, a compreensão das questões e a necessidade de reformulação de perguntas (BARROS e LEHFELD, 2000).

A coleta de dados é de extrema relevância, pois se aplica o plano de pesquisa que foi elaborado. Sendo assim “Vamos estabelecer relações, observar e escutar sujeitos e articular suas expressões, aos seus contextos, suas histórias e ao conhecimento que acumulamos das etapas anteriores de nosso estudo” (PRATES, 2003, p. 12).

Foi utilizado também na pesquisa o diário de campo, onde foram registradas situações ou informações que foram apresentadas pelos entrevistados que não estejam no formulário semiestruturado, bem como registrar situações decorrentes no processo de pesquisa.

Foi utilizada a amostra intencional neste trabalho de pesquisa que é o tipo mais comum de amostra não-probabilística. “O tipo mais comum de amostra não-probabilística é denominada de intencional. Nesta o pesquisador está interessado na opinião [...] de determinados elementos da população” (GIL, 1999, p. 52).

Esses empreendimentos foram escolhidos de forma intencional, sendo que um dos empreendimentos o pesquisador já conhecia, através de sua experiência enquanto entrevistador na Economia Solidária, pois esse grupo é referência em Economia Solidária no Estado. O outro empreendimento o pesquisador obteve conhecimento sobre a sua existência e seu caminho no processo de viabilidade após ter se inserido no grupo de pesquisa da PUCRS.

Na medida em que o pesquisador contatava com a realidade, foram sendo entrevistados os sujeitos. Foi utilizado o critério também na escolha dos empreendimentos que estavam de acordo com os princípios da Economia Solidária: desenvolver uma atividade econômica em conjunto freqüente, não apenas sazonal, não ser familiar, ter no mínimo 10 associados ativos, possuir diretoria, ser autogestionário, possuir dificuldades em sua atividade coletiva, já que este estudo

irá identificá-los e suas formas de enfrentamento, e ter alguma atividade em favor ao meio ambiente, ou seja, trabalhar com material orgânico ou contribuir para a limpeza do meio ambiente.

Esta delimitação foi determinada também pelo fato de complementar as pesquisas já existentes sobre Economia Solidária em Porto Alegre.

Outros critérios que foram utilizados para eleger os empreendimentos pesquisados foram o levantamento de dados com base no SIES³⁵, referente aos empreendimentos solidários do município, a partir do que se constatou que existem vários empreendimentos na área da confecção. Sendo assim, os grupos que foram escolhidos para a realização desta pesquisa, são grupos com o qual o pesquisador já tinha realizado um estudo prévio³⁶, tanto antes como após ingressar no grupo de pesquisa (GEPsTAS) do programa PPGFSS/PUCRS.

4.1 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Foram seguidos os pressupostos éticos da pesquisa e da coleta de informações, sendo que o projeto foi aprovado pelo Comitê Científico do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Comitê de Ética da PUCRS.

Antes da realização da entrevista foi apresentado um termo de consentimento³⁷, o mesmo tem por objetivo esclarecer aos entrevistados acerca da importância de suas participações no estudo, bem como sobre a finalidade do presente trabalho e que os dados serão mantidos sob sigilo ético.

É importante destacar que se teve um comprometimento com o anonimato em relação às informações a serem coletadas nas entrevistas, onde não foram usados nomes, evitando a exposição do entrevistado. Os registros das entrevistas foram realizados pelo pesquisador nos próprios formulários, no diário de campo e através de gravações com o consentimento dos entrevistados.

³⁵ Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

³⁶ Destaca-se que o conhecimento que o pesquisador obteve sobre o grupo, foi por meio de estudos realizados sobre empreendimentos de Economia Solidária em Porto Alegre, onde o mesmo encontrou publicações sobre uma das cooperativas, inclusive no *site* do MTE. Além de o pesquisador contar também, com informações obtidas enquanto entrevistador do mapeamento em 2005, onde muitos grupos apresentavam uma das cooperativas pesquisadas como modelo para as demais.

³⁷ Este termo consta no apêndice A.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

O estudo das informações coletadas foi realizado através da análise textual qualitativa baseada em Moraes (2007). Essa análise “pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção em que novos entendimentos emergem a partir de uma sequência de três componentes”, comparados a uma tempestade de luz (MORAES, 2007, p. 12).

A análise textual consiste nas seguintes fases: Desmontagem dos textos ou processo de unitarização, após a categorização. Na sequência, se criam relações entre as categorias iniciais, intermediárias e finais e *se capta o novo emergente* que é a intensa impregnação nos materiais da análise desencadeada pelos dois estágios anteriores, que possibilita a emergência de uma compreensão renovada do todo. O meta-texto é “resultante desse processo e representa um esforço em explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma nova combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores” (MORAES, 2007, p. 12).

Na sequência, serão apresentadas cada uma das fases citadas para análise dos dados.

4.2.1 Desmontagem dos Textos: Desconstrução e Unitarização

Esse primeiro elemento do ciclo de análise que foi desenvolvido nessa dissertação acontece da maneira que explicitaremos a seguir.

A desconstrução e unitarização do “corpus”³⁸, segundo Moraes (2007), “consiste num processo de desmontagem ou desintegração dos textos, destacando seus elementos constituintes. Implica colocar o foco nos detalhes e nas partes componentes, um processo de divisão que toda análise implica”.

³⁸ O “corpus” é um conjunto de documentos necessário para a análise textual, sendo que o mesmo é definido como: “Geralmente, uma pesquisa utilizando análise textual exige que se produza uma amostragem adequada de documentos a serem analisados” (MORAES, 2007, p. 13).

Fragmentando e desconstruindo os textos, tem-se como pretensão perceber os diferentes sentidos e limites dos textos, “ainda que compreendendo que um limite final e absoluto nunca é atingido”. O pesquisador ainda “decide em que medida fragmentará seus textos, podendo daí resultar unidades de análise de maior ou menor amplitude” (MORAES, 2007, p. 18).

É importante destacar que se podem fazer várias leituras de um mesmo texto, pois:

[...] ao examinar esse elemento, fazemos, em primeiro lugar, uma incursão sobre o significado da leitura e sobre os diversificados sentidos que esta permite construir a partir de um mesmo texto. Daí nos movemos para tratar do “corpus” da análise textual, atingindo a partir disso, o cerne desse primeiro estágio da análise, que é a desconstrução e unitarização do “corpus” (MORAES, 2007, p. 18).

Nesse caso, foram desconstruídas as entrevistas realizadas com os grupos econômicos e solidários, onde foram destacados os principais elementos de cada entrevista.

Uma importante informação que Moraes (2007) apresenta é que neste tipo de análise o conjunto que representa as informações da pesquisa para a obtenção de resultados válidos e confiáveis, requer uma seleção e delimitação rigorosa, ou seja, fazer uma boa escolha, com elementos que contemplem os objetivos da pesquisa, no caso, em específico, dos empreendimentos econômicos e solidários. “Seguidamente não se trabalha com todo o “corpus”, mas é necessário definir uma amostra a partir de um conjunto maior de textos”.

Para Moraes (2007), a unitarização pode ser concretizada em três momentos distintos. Primeiro a fragmentação dos textos e codificação de cada unidade. Em segundo a reescrita de cada unidade, de modo que assuma um significado, o mais completo possível em si mesmo, e por último a atribuição de um nome ou título para cada unidade produzida.

A desconstrução dos textos surge das *unidades de análise*, que podem ser denominadas também de *unidades de significado ou de sentido*. É importante que o pesquisador proceda a suas análises de modo que saiba em cada momento quais as unidades de contexto, geralmente os documentos, que deram origem a cada unidade de análise. Para isso utilizam-se códigos que indicam a origem de cada unidade. Uma das formas de codificação corresponde a atribuir inicialmente um

número ou letra a cada documento do “corpus”. Um segundo número ou letra pode então ser atribuído a cada uma das unidades de análise construída a partir de cada texto (MORAES, 2007). Na referida avaliação foram utilizados números para as unidades de análise.

Porém na análise textual discursiva, para que se tenha uma produção de compreensões aprofundadas e criativas, Moraes (2007) afirma que se deve ter um envolvimento intenso com as informações do “corpus” da análise. Exige uma impregnação aprofundada com os elementos do processo analítico. Somente essa impregnação intensa possibilita uma leitura válida e pertinente dos documentos analisados, ou seja, o pesquisador terá uma afinidade intensa com a sua pesquisa e seus dados coletados.

A impregnação constante nas informações dos documentos do “corpus” da análise passa por um processo de desorganização e desconstrução, antes mesmo de que se possam atingir novas compreensões. Desestabilizando a ordem estabelecida, desorganizando o conhecimento existente, esse processo é fundamental para o início da análise. Tendo como referência as ideias dos sistemas complexos, esse processo consiste em levar o sistema semântico ao limite do “caos” (MORAES, 2007).

A unitarização é um processo que produz desordem a partir de um conjunto de textos ordenados, fazendo com que se torne caótico o que era organizado. Nesse espaço abre a possibilidade de uma nova ordem através da desordem. O estabelecimento de novas relações entre os elementos unitários de base possibilita a construção de uma nova ordem (MORAES, 2007). Nesta pesquisa a desordem foi estabelecida através da análise dos formulários de entrevista, unitarizando as informações prestadas pelos associados, bem como pela diretoria de cada empreendimento.

Em seguida se tem o estabelecimento de relações: o processo de categorização, importante para a compreensão dos fenômenos investigados.

4.2.2 Processo de Categorização

A categorização consiste em:

um processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial da análise, levando a agrupamentos de elementos semelhantes. Os conjuntos de elementos de significação próximos constituem as *categorias* (MORAES, 2007, p. 22).

Nessa etapa da análise dos dados, com a categorização se tem a construção de diferentes níveis de categorias. Essas categorias podem ser com denominações iniciais, intermediárias e finais, constituindo, cada um dos grupos, categorias mais abrangentes e em menor número. A categoria final desta pesquisa será a Economia Solidária, sendo que as outras foram construídas através da análise das entrevistas, no entanto, foram relacionadas sobre, principalmente, as limitações dos empreendimentos e as possibilidades que estes possuem ou estão em busca.

Para se chegar às categorias empíricas, utilizou-se o método indutivo, pois este implica em construir as categorias a partir das informações contidas no “corpus”, ou seja, as categorias serão criadas a partir das informações contidas na coleta de dados, através dos questionários aplicados com os empreendimentos econômicos e solidários. Destaca-se que foi levado em conta as categorias explicativas da realidade, as categorias do método utilizado e as categorias explicativas da realidade.

As categorias não terão uma uniformidade, porém serão válidas e pertinentes, em relação aos objetivos propostos pela pesquisa, sendo que se faz necessário também, segundo Moraes (2007), representar as informações adequadamente, melhorando a compreensão dos fenômenos investigados. Ou seja, as categorias não são uniformes, onde serão construídas a partir de um mesmo princípio e de um mesmo contínuo conceitual. Essas categorias que foram criadas através do material coletado, baseou-se também nas categorias do método utilizado para a realização da pesquisa.

As categorias foram relacionadas principalmente com as limitações que muitas vezes inviabilizam os empreendimentos e o caminho que percorrem para a

sustentabilidade econômica e social dos empreendimentos e de seus respectivos associados.

A descrição na análise textual qualitativa concretiza-se a partir das categorias construídas ao longo da análise. Descrever é apresentar as categorias e subcategorias, fundamentando e validando a partir das interlocuções empíricas ou ancoragem dos argumentos em informações dos retirados dos textos (MORAES, 2007, p. 35).

Segundo o mesmo autor, no primeiro momento da análise é feita a separação dos dados, o isolamento, e num segundo momento, com a categorização se estabelecerá relações, reunindo as semelhanças e construindo as categorias, tanto as iniciais, as intermediárias e finais e será construída uma nova ordem, uma nova síntese.

A construção do novo texto, o meta-texto, a partir de novas visões terá resultados que na maioria das vezes só pesquisadores obtêm. O meta-texto “constitui um conjunto de argumentos descritivos e interpretativos capaz de expressar a questão atingida pelo pesquisador em relação ao fenômeno pesquisado, sempre a partir do “corpus” da análise” (MORAES, 2007). Após fazer esse processo, se captará um novo emergente.

4.2.3 Captando o Novo Emergente

Com a produção do meta-texto serão comunicadas as novas compreensões atingidas, pois não existe uma realidade pronta, vai depender do olhar de cada um, onde, nas palavras de Moraes (2007), no ponto final se tem a clareza da interrogação inicial em não apresentar o que já está mencionado nos textos.

O objetivo deste tipo de análise é a produção de meta-textos, a partir de textos do “corpus”, sendo que nessa pesquisa, como já citado, foi efetivada através das entrevistas realizadas com os empreendimentos de Economia Solidária.

A validação das compreensões atingidas dar-se-á por interlocuções teóricas e empíricas, para que se possa ter uma estreita relação entre teoria e prática, ou seja,

para fazer a análise terá que se ter um estudo teórico do assunto. Com isso se chega à teorização, que são formas de interpretação.

A “teorização implica um movimento de afastamento do material empírico, um exercício de abstração em que se procura expressar novas compreensões que a análise possibilitou” (MORAES, 2007, p. 38).

Porém é importante destacar que a pesquisa deverá ter validade, pois, como afirma Moraes (2007), a validade e a confiabilidade de uma análise vão sendo construídas no decorrer de todo o processo, colocando uma inserção crítica dos excertos que são selecionados dos textos originais que se constituem como uma forma de validação do resultado. Ou seja, nesta pesquisa foi seguida a rigor e de forma crítica a análise dos dados, para se ter a viabilidade e a confiabilidade, como destaca o autor acima.

Com a criação do meta-texto, ou a emergência do novo, sempre a partir do caos, indo através de um processo auto-organizado, deve-se sempre estar atento para esse novo emergente, e registrando as impressões que carrega. Sendo assim, será descrita a análise, captando-se o novo emergente. Ainda, segundo Moraes, (2007) os “insights” descritos focalizam o fenômeno de forma global e holística.

E por fim terá que ser comunicada essa análise, o “exercício de explicitação das novas estruturas emergentes da análise”, concretizando-se em meta-textos onde os novos “insights” são expressos em forma de linguagem e em profundidade de detalhes que serão o resultado da análise (MORAES, 2007, p. 43), ou seja, esse resultado, nesta pesquisa é a redação da dissertação.

Os dados desta pesquisa foram mantidos sob sigilo absoluto, como apresentado no termo de consentimento. Após a realização desta pesquisa, os dados elencados e analisados pelo pesquisador, serão apresentados aos pesquisados por meio de seminário. Este seminário será realizado nas dependências de um dos empreendimentos, encontro este, que possibilitará também a troca de experiências e a percepção destas pessoas na grandiosidade do sistema em que estão inseridos.

5 O CAMINHO NA BUSCA DA SUSTENTABILIDADE: UMA ALTERNATIVA REAL AOS SUJEITOS

Neste capítulo será inicialmente apresentado os dados de uma análise documental com informações gerais dos empreendimentos solidários de todo o Brasil, principalmente do Rio Grande do Sul e Porto Alegre, com base nos dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) bem como, elementos sobre a pobreza que está presente no Brasil, com base principalmente em dados dos Atlas de Exclusão Social (2004) que tem como um de seus principais autores Márcio Pochmann, presidente do IPEA. Em seguida serão apresentados e analisados dados que caracterizam os associados/cooperados e seus respectivos grupos alternativos de geração de renda. Entende-se que para desenvolver a referida análise dos dados coletados junto aos empreendimentos econômicos e solidários, elencando principalmente a potencialidade que está presente nesses grupos alternativos de geração de renda, é de extrema importância caracterizar primeiramente os associados/cooperados que integram os grupos, bem como o empreendimento.

Na sequência será analisado o desenvolvimento das atividades dos empreendimentos de Economia Solidária, verificando os limites, os empecilhos, as barreiras transpostas, mas principalmente todos os pontos fortes que os empreendimentos de Economia Solidária apresentam, tanto no caminho para a viabilidade socioeconômica, para sua sustentabilidade econômica enquanto empreendimento e a contribuição para a Inclusão Social, na redução das desigualdades sociais, através da sua gestão coletiva, entre outras contribuições diretas ou indiretas para com seus associados.

Analisar os grupos coletivos de geração de renda, examinando as suas práticas “[...] de modo a identificar as ações mais significativas e aquilatar seus efeitos e limites” (ASSEBURG, 2007, p. 509), contribui para o entendimento dos processos de sustentabilidade dos mesmos. Como apresentam Laville e Gaiger (2009, p. 167), “A Economia Solidária é mais rica do que a sua face conhecida, o

que torna fundamental ampliar e aprofundar a sua apreensão, para melhor conceituá-la e avaliar suas potencialidades”.

Sendo assim, a referente pesquisa investigou empreendimentos de Economia Solidária que conseguiram certo êxito em suas atividades, que seguem os princípios da Economia Solidária e que contribuem realmente com seus associados não só através da geração de renda, mas através da criação de outras oportunidades de inserção em espaços coletivos, inclusão social, desenvolvimento comunitário, criando redes de trocas solidárias, entre outras possibilidades que se abrem através do trabalho na Economia Solidária.

A grande maioria dos empreendimentos solidários começa como forma de enfrentamento ao desemprego. Sendo assim, serão apresentados alguns dados sobre o desemprego no Brasil, em especial em suas regiões metropolitanas.

5.1 DADOS SOBRE A POBREZA E O DESEMPREGO NO BRASIL E REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

As mudanças que vão se desenhando na sociedade no decorrer dos anos, inevitavelmente, estão ampliando as desigualdades sociais, aumentando a diferença entre os ricos e os pobres em todos os países.

Uma pessoa pode ser considerada rica quando individualmente, ou em sua família tenha uma renda igual ou superior a 40 salários mínimos, aproximadamente R\$ 16.000,00 (POCHMANN, 2004).

Os sujeitos considerados pobres, segundo o IPEA³⁹, são todas as pessoas com renda *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo, isto é, R\$ 207,50. Da mesma forma, são consideradas pessoas em condição de indigência aquelas com renda *per capita* igual ou inferior a um quarto do salário mínimo (R\$ 103,75) (IPEA, 2008).

No mundo existem aproximadamente dois bilhões e setecentos milhões de pessoas que são obrigadas a viver com menos de dois dólares por dia, por pessoa. Essas pessoas que são consideradas pobres ou miseráveis, no Brasil, se

³⁹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

apresentam de forma significativa, onde a cada 100 pessoas, 24 vivem nestas condições (IPEA, 2008).

Mesmo com esses dados alarmantes, segundo informações do IPEA (2008), a pobreza teve uma redução significativa a partir de 2003, sendo muito expressivas nas regiões metropolitanas, ao contrário do que foi entre 2002 e 2003. Apresentando em dados a taxa de pobreza, nas seis maiores regiões metropolitanas, cai de 35,0% da população em 2003 para 24,1% já em 2008, tendo uma redução de quase um terço da pobreza em termos proporcionais. A indigência segue o mesmo ritmo, e, em termos percentuais, sua participação na população cai para a metade (IPEA, 2008).

Segundo a mesma fonte citada acima:

[...] esta forte queda percentual é facilmente explicada, pois o número absoluto de pobres caiu 20,9% entre 2002 e 2008 ou 26,5% entre 2003 e 2008. Mais significativa ainda foi a redução do número de indigentes. Entre 2002 e 2008, 43,8% e entre 2003 e 2008 alcançou 48,3% (IPEA, 2008).

As regiões metropolitanas que apresentaram as maiores taxas de pobreza neste período foram as regiões de Recife e Salvador, sendo que a estimativa de 2008, é que respectivamente, 43,1% e 37,4% de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza. Já as regiões metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre foram as regiões que apresentaram as menores taxas de pobreza em 2008, com 20,7% e 20,0% de pobres no total da população, respectivamente (IPEA, 2004).

A pobreza metropolitana fica amplamente qualificada quando se leva em conta as carências de saneamento, habitação, assistência médica e educação, os quais não dependem essencialmente de acréscimos marginais de renda, e sim de investimentos do setor público (SOARES, 2000, p. 59).

Outros dados que também caracterizam a pobreza, sob dados coletados pelo PNUD, apontam que 988 milhões de pessoas não possuem acesso a serviços como água potável, 2,4 milhões de pessoas sem saneamento básico, 854 milhões de adultos analfabetos, 325 milhões de crianças fora da escola, e um dado mais alarmante e preocupante que é de 163 milhões de crianças com menos de 5 anos de idade que estão subnutridas (NETTO, 2006).

Cabe destacar que a pobreza não é só carência material, sendo que a mesma se multiplica em todos os planos e contaminam em todos os âmbitos da vida, alguns

destes nunca reconheceríamos como expressões de carência vital (MARTINS, 2002).

Portanto a pobreza não se concretiza apenas como falta de renda, porém é essa que mais se destaca quando se fala nesta. A pobreza, a miséria, de modo em geral, a desigualdade social existente, tem se agravado após o processo de reestruturação produtiva que é impulsionada por políticas que tem no aporte teórico neoliberal sua base de fundamentação, principalmente a partir do início da década de 90 do século XX no Brasil.

O contingente de pobres, indigentes, pessoas excluídas socialmente ainda é muito elevado, principalmente nos grandes centros urbanos brasileiros, que se dão por diversos motivos, entre eles a exploração da classe trabalhadora, que vem se desenvolvendo junto com as crises do capital.

Tudo o que diz respeito à exploração da força de trabalho terminou não sendo alterado com o predomínio da crise do desenvolvimento capitalista no Brasil desde 1980. Pelo contrário, observam-se contornos ainda mais rudes na exploração, com avanço inclusive do trabalho escravo e de condições de trabalho mais discriminatórias (POCHAMM, 2004).

Devido a esses fatores, do modelo excludente que o capitalismo vem implantando, muitos trabalhadores foram obrigados a procurar novas formas de geração de trabalho e renda, surgindo assim a Economia Solidária, que é uma alternativa de sobrevivência perante a falta de postos de trabalho existente no sistema vigente.

A alternativa encontrada por estes sujeitos, fora do mercado formal de trabalho, foi buscar através do trabalho coletivo, novas alternativas de prover, gestar e se organizar, entre elas, na atualidade com maior destaque para a chamada Economia Solidária, que mesmo tendo uma imprecisão quanto a seu conceito e sua eficácia, reuniu em apenas um conceito um campo amplo envolvendo associações, grupos informais e cooperativas.

5.1.2 Principais Características dos Empreendimentos de Economia Solidária de Porto Alegre

O Estado do Rio Grande do Sul tem uma alta representação em número de empreendimentos econômicos e solidários, tendo 2.085 do total de 21.578 grupos que estão espalhados por todas as regiões do país. Estes dados foram coletados no mapeamento realizado pela SENAES e que foram utilizados para montar um Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES⁴⁰).

De uma forma geral, os empreendimentos brasileiros se dividem em associações (11.326), cooperativas (2.115), grupos informais (7.978), entre outros, que totalizam os 21.578 empreendimentos. Como os dados apresentam, os grupos constituídos juridicamente como associações aparecem com maior intensidade no cenário nacional.

A realidade dos empreendimentos de Porto Alegre não é a mesma, sendo que dos 116 empreendimentos que estão localizados na capital gaúcha e que surgiram principalmente após a década de 90 do século XX, se constituem em 78% dos casos como grupos informais, 13% em associações e apenas 4% em cooperativas.

Desses empreendimentos, aproximadamente 18% então possuem o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), sendo que a média nacional chega a 50%. Destaca-se também, que da totalidade de empreendimentos de Porto Alegre, 107 já estão constituídos e 9 ainda estão em processo de implantação.

Os empreendimentos de Porto Alegre englobam diretamente cerca de 1974 associados do total de 1.420.667 em todo o Brasil, porém, esse número aparentemente é baixo pela amplitude da população da capital. Entretanto, se considerarmos a família de cada associado que depende da renda obtida nesses empreendimentos esse número se ampliaria de forma significativa. Dos 116 grupos

⁴⁰ O SIES tem por objetivo “Constituir uma base nacional de informações em Economia Solidária; Fortalecer e integrar os empreendimentos de Economia Solidária através de cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização; Favorecer a visibilidade da Economia Solidária, fortalecendo os processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; Subsidiar processos públicos de reconhecimento e certificação das iniciativas de Economia Solidária; Subsidiar os processos de formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco jurídico para a Economia Solidária” (MTE, 2009f).

pertencentes à capital gaúcha, segundo dados do mapeamento, 73 responderam que surgiram em resposta ao desemprego.

Dados atuais referentes ao desemprego, segundo o DIEESE⁴¹, de fevereiro de 2009, na região metropolitana, onde se localiza o município de Porto Alegre mostram que a taxa de desemprego total teve uma elevação no mês de fevereiro, passando de 10,0% da População Economicamente Ativa (PEA), em janeiro para os atuais 10,4%. Segundo a mesma fonte, este comportamento se deu pelo período de “elevação tanto da taxa de desemprego aberto quanto da de desemprego oculto, que passaram para 7,8% e 2,6% em fevereiro, respectivamente”. O número de desempregados em janeiro foi estimado em 208 mil pessoas, 8 mil a mais do que no mês anterior (DIEESE, 2009). Em fevereiro, o nível de ocupação na RMPA foi de aproximadamente 1.790 mil indivíduos, 9 mil a menos do que no mês anterior, uma redução de 0,5% (DIEESE, 2009). Na região metropolitana de Porto Alegre, o contingente de desempregados em junho de 2008 foi estimado em 235 mil pessoas, segundo dados do DIEESE.

Em seguida, a opção por uma ampliação de rendimento, se destaca como sendo uma segunda opção do motivo de surgimento em 39 dos empreendimentos solidários. É necessário destacar que não só em empreendimentos gaúchos, muitas vezes estes aparecem como sendo apenas uma alternativa de ampliação dos rendimentos. Porém, cabe pensar que neste caso, dentro de apenas um empreendimento podem existir sujeitos que sofrem com o desemprego e o que recebem é a única fonte de renda. Entretanto, com menor intensidade, mas com merecimento de destaque existem pessoas que têm outras fontes de renda e procuram se integrar a esses grupos, devido à renda ser insuficiente, como é o caso de muitos aposentados que recebem apenas um salário mínimo e não conseguem as condições necessárias para ter os mínimos sociais (PEREIRA, 2007).

Existem outros motivos que foram apresentados como: desenvolver uma atividade em que todos são donos, recuperar uma empresa que faliu, por ser uma alternativa organizativa e de qualificação, e vários outros.

Um dado que merece destaque é a forte presença feminina nesses empreendimentos, tendo um total de 1937 associadas nos mais diversos grupos, e

⁴¹ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

apenas 599 são homens. Avalia-se nesse caso, que o sexo “considerado frágil” tem uma alta importância nos grupos alternativos de geração de trabalho e renda.

No Brasil a maioria desses empreendimentos econômicos e solidários é localizada em áreas rurais (10513). Na área urbana se localizam 7539 grupos e que estão em ambos se tem o montante de 3711. Em Porto Alegre a grande maioria é urbana (101), área rural (1) e em ambas (14). Essa disparidade entre a média nacional e a média porto-alegrense pode se dar pela grande extensão rural que o Brasil possui, diferentemente de Porto Alegre onde a zona urbana cobre quase todo o território do município.

As principais atividades desenvolvidas pelos grupos da capital são a comercialização (101), logo seguido da produção (81), seguidos de utilização de infraestrutura (59) de equipamentos em conjunto (51), aquisição de matéria-prima ou insumos (27), obtenção de serviços ou clientes para os sócios (25), prestação de serviços (25), troca de produtos ou serviços (6) e poupança ou crédito (2). Esses dados apresentam que muitos grupos não têm só uma atividade como sendo principal, podendo ter a comercialização, a produção ou até mesmo a utilização de equipamentos em conjunto.

O número de empreendimentos solidários de Porto Alegre certamente já deve ter sofrido alteração, principalmente pelas flutuações econômicas que modificaram as relações no mundo do trabalho, no final do ano de 2008 e início de 2009, com a crise econômica global. Esse dado pode ser alterado com o novo mapeamento que será realizado nos últimos meses do ano de 2009. Os grandes números de desempregados recentes procuram novas formas de geração de renda, mas, também, os empreendimentos existentes sofrem com a crise e podem deixar de existir, como é o caso dos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis.

As atividades econômicas que aparecem nesses empreendimentos também são variadas, principalmente de confecção. A fabricação de produtos que têm o tecido como sua principal matéria-prima é um dos principais segmentos em presentes no município de Porto Alegre, além dos produtos alimentícios e coleta de materiais recicláveis que também são setores predominantes.

Referente ao faturamento médio mensal de cada associado dos grupos aos quais pertencem, cerca de 25%, recebem até R\$ 1000,00, já 56,41% recebem mensalmente entre R\$ 1000,00 e R\$ 5000,00, sendo que o restante tem rendimentos superiores a esses. Verifica-se nesse caso a importância por esse

trabalho coletivo, especialmente pela renda obtida, onde a grande maioria recebe “salários” consideráveis para a garantia dos mínimos sociais.

Do total de empreendimentos brasileiros 13.392 afirmaram que possuem limites/dificuldades, principalmente no processo de comercialização, e 16.698 estão necessitando de crédito para ampliar ou dar sequência em suas atividades.

A grande maioria dos empreendimentos solidários tem vários limites, e os de Porto Alegre tem encontrado suas principais dificuldades na comercialização (76), muitas vezes não dando conta da demanda, falta de um registro legal, impedindo a concorrência para editais públicos, falta de uma estrutura para comercialização, entre outros. Porém, a obtenção de crédito merece destaque entre essas dificuldades, que serviria na maioria dos casos para ampliar o processo de produção, para investimentos ou até mesmo para o capital de giro, porém a dificuldade no acesso ao crédito está presente em 43 empreendimentos porto-alegrenses. E são muitos os empreendimentos de Porto Alegre que precisam de acesso ao crédito na atualidade, cerca de 76 empreendimentos como apresentam os dados do mapeamento.

Uma alternativa que parece ser viável a esses grupos é procurar as cooperativas de crédito⁴². Essas cooperativas podem abrir linhas de crédito que se direcionam para empreendimentos que seguem os mesmos princípios que os seus e no Estado do Rio Grande do Sul este modelo é representado principalmente pelo Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), que possui agências na capital de Porto Alegre. É evidente que existem outros grupos cooperativos que podem proporcionar o fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária.

Essas foram algumas características gerais que apresentaram os empreendimentos solidários de Porto Alegre. Ainda referentes a esses empreendimentos pode-se analisar que são uma forma de resistência ao capital, porém possuem, muitas dificuldades, vários limites que por serem uma forma alternativa de geração de trabalho entram em conflito com o sistema, que ela mesma faz parte, mas que tem princípios com focos diferentes da solidariedade e da autogestão.

⁴² As cooperativas foram invenções alemãs e são o segundo ramo do cooperativismo mais velho. Tiveram suas primeiras tentativas em meados dos anos de 1850 e foram sofrendo alterações no decorrer dos tempos (SINGER, 2002a).

5.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ASSOCIADOS

Respondendo a um dos objetivos da pesquisa de caracterizar os empreendimentos, analisaremos sua situação socioeconômica, através das principais características dos associados. Os associados/cooperados que integram os empreendimentos econômicos e solidários pesquisados, possuem algumas semelhanças em suas principais características. Entre elas está a faixa etária, onde, em ambos os grupos, a idade de seus integrantes fica entre 35 e 64 anos de idade.

Para dar uma maior visibilidade a este dado, destaca-se que entre os associados entrevistados 16,66% estão entre a faixa etária de 30 a 40 anos, 50% estão na faixa dos 50 a 60 anos e 33,33% estão com idade entre 60 e 70 anos. Os dados mostram que 83,33% dos associados entrevistados já possuem mais de 50 anos de idade. Sendo assim, analisando a faixa etária, pode-se destacar uma primeira divergência que se insere na Economia Solidária. De um lado avalia-se pela reutilização da mão-de-obra que o capital já descartou, mão-de-obra considerada “mais barata” e que gera produtos com pouco valor agregado, sendo assim funcional ao capital. Porém, por outro lado é uma potencialidade, pois abre a possibilidade de participação desses associados em espaços de geração de renda que estão necessitando ampliar seus rendimentos já que estão muitas vezes em situação de vulnerabilidade social e desprotegidos socialmente, sendo que nesses lugares autogestionários, não apenas utilizam força de trabalho na produção ou comercialização, mas como parte integrante da gestão do grupo.

Pode-se constatar nesse mesmo dado que os associados nos empreendimentos pesquisados têm como característica principal uma aproximação do final da idade considerada ativa, próximo aos 60 anos, onde, alguns integrantes já estão em faixa etária protegida pela previdência social, ou seja, aposentados. Cabe destacar também, que isso não significa que os empreendimentos solidários de Porto Alegre não possuam associados com menor idade, apenas na amostra utilizada não possui associados com idade ativa inicial.

Os associados que já possuem idade acima de 60 anos, que correspondem a 33,33% dos associados entrevistados, já deveriam estar “protegidos” pela política de seguridade social, em especial pela previdência social, disponibilizando uma

aposentadoria que garanta as necessidades básicas de subsistência, pois mesmo sendo aposentados, alguns associados são obrigados a procurar alternativas para ampliar a renda familiar. Como apresenta uma das entrevistadas: “trabalhei com carteira assinada muitos anos e depois da aposentadoria o dinheiro diminuiu. Depois que parei de trabalhar o dinheiro diminuiu, daí tive que procurar outra renda pra ajudar” (A1EES1)⁴³.

Com o desencadeamento da reestruturação do capital transformando o mercado de trabalho, através de questões como a III Revolução Industrial que dispensou mão-de-obra, da adoção por parte dos governos de políticas de cunho neoliberal que reduziu os direitos, principalmente os sociais, entre esses se teve a redução no número e no valor das aposentadorias. Para pessoas com idade superior aos 50 anos e com pouca formação, a Economia Solidária passou a ser uma oportunidade real e necessária de geração de renda.

A escolaridade é outro fator importante na caracterização dos sujeitos e, por conseguinte, dos empreendimentos alternativos de geração de trabalho e renda. O nível de formação escolar dos associados das cooperativas é variado, seguindo desde o ensino fundamental incompleto até o nível superior. Dos associados que foram entrevistados 33,33% possuem ensino superior completo, ambos do mesmo empreendimento e pertencentes, na atualidade, à diretoria da cooperativa e 66,67% dos associados possuem o ensino fundamental incompleto.

O grau de instrução dos associados na maioria dos empreendimentos é considerado baixo, como apresentam alguns autores como Icaza (2004), Goerck (2006a), Asseburg (2007), entre outros. Esse é um fator que está entre as principais causas de inserção de sujeitos em fontes alternativas de geração de trabalho e renda, sendo que a formação e a qualificação são amplamente exigidas para a inserção no mercado formal de trabalho, porém não possui o mesmo nível de exigência nesses grupos solidários. Isso decorre de como apresentam Asseburg (2007), que através da exclusão social existe uma exclusão econômica que proporciona a exclusão escolar. Essa exclusão é ampliada pela falta de políticas públicas e aumenta muitas vezes a dificuldade de inserção escolar dos sujeitos, que sofrem com as manifestações da questão social.

⁴³ Por questões éticas, não serão citados os nomes dos empreendimentos e de seus respectivos associados. A1EES1 corresponde ao Associado 1 do Empreendimento de Economia Solidária 1.

O nível de ensino dos associados pesquisados também não é o ideal, mesmo onde alguns associados possuem o ensino fundamental pode ser um reflexo da educação no Brasil como apresenta Icaza (2004), mas é uma forma de organização que pode possibilitar um estímulo ao retorno para as escolas “não apenas como escolarização, mas também e fundamentalmente no sentido de gestão cooperativa e da capacitação técnica e profissional (ICAZA, 2004, p. 48).

A possibilidade de retorno para a escola após se inserir em espaços de geração de renda, foi destacado em ambos as cooperativas pesquisadas, onde através de suas presidentas, afirmaram que muitas pessoas que compõe o seu quadro de associados já procuraram espaços de ensino, principalmente esses especiais para jovens e adultos, alguns obtendo êxito e outras não. No entanto, esse dado será retratado posteriormente, quando serão destacadas as possibilidades que os empreendimentos solidários proporcionam a seus associados.

Concomitantemente com a importância de destacar a ampliação no nível de ensino através de ações políticas sociais públicas, cabe destacar que os níveis de ensinamentos dos associados/cooperados nos empreendimentos pesquisados não completam em sua maioria ao menos o ensino fundamental (66,66%), mas o analfabetismo não está presente. Entretanto é necessário ressaltar a existência de dois associados que possuem formação superior.

Esses associados/cooperados que possuem formação superior em Administração e Arquitetura contribuem através de conhecimento mais técnico nas cooperativas. Porém é importante elencar que o grupo a qual eles pertencem possui mais dificuldades no processo de sustentabilidade, apresentando um número maior de limitações desde o seu surgimento. Por isso pode-se avaliar que nem sempre o fator escolaridade pode determinar o sucesso ou não de um empreendimento. É no grupo EES2⁴⁴ que estão inseridos os associados com formação superior que representam 10% do grupo. Este empreendimento, no processo de coleta dos dados, informou ter maior nível de dificuldades tanto na produção como na

⁴⁴ Por questões éticas, será utilizada a seguinte abreviação.

EES1 – Empreendimento de Economia Solidária “1”.

A1EES1 - Associado 1 do Empreendimento de Economia Solidária “1”.

A2EES2 – Associado 2 do Empreendimento de Economia Solidária “1”.

A3EES1 – Associado 3 do Empreendimento de Economia Solidária “1”.

EES2 – Empreendimento de Economia Solidária “2”.

A1EES2 – Associado 1 do Empreendimento de Economia Solidária “2”.

A2EES2 – Associado 2 do Empreendimento de Economia Solidária “2”.

A3EES2 - Associado 3 do Empreendimento de Economia Solidária “2”.

comercialização, em relação ao outro empreendimento e por isso uma maior dificuldade em manter sua viabilidade.

É evidente também que não se pode atrelar esse dado como sendo responsável pela viabilidade ou não de um empreendimento, destaca-se que existe uma série de fatores que cercam esse dado como o período de existência, mas avalia-se também, que esse dado pode rebater a ideia de que muitos empreendimentos de Economia Solidária deixam de existir em função da baixa escolaridade de seus associados. Destaca-se também que, o tipo de empreendimento, o segmento do empreendimento, pode ter relação com o nível de escolaridade nos empreendimentos de economia solidária.

Além dos níveis de ensino, outro fator, não menos importante, para destacar nas cooperativas pesquisadas é a questão do gênero, pois a presença das mulheres nesses empreendimentos é majoritária.

Ainda seguindo no campo de caracterização dos sujeitos desses grupos, cabe destacar a renda a qual possui pouca variação nos rendimentos familiares, porém uma variação considerável na renda familiar. Quanto a esse dado, o EES1 através de sua presidenta afirmou que as retiradas mensais dos cooperados ficam em torno do montante de R\$ 700,00 a R\$ 1200,00. Enquanto no grupo EES2 os rendimentos que são variáveis ficam entre R\$ 300,00 e R\$ 700,00. Referente ao rendimento individual dos associados, somando o rendimento das retiradas mensais das cooperativas e suas outras fontes de renda, quem obtém em especial os já aposentados 16,66% dos associados ganham até um salário mínimo (R\$ 465,00), 50% próximo a dois salários mínimos e 33,33% tem um rendimento próximo a cinco salários mínimos.

Pode-se constatar através desses dados a presença de sujeitos que possuem rendimentos superiores a dois salários mínimos (R\$ 980,00), o que pode representar uma renda um pouco distinta de uma grande maioria de empreendimentos de Economia Solidária. Esses dados contam com o rendimento total dos sujeitos, em que dos seis entrevistados quatro contam com a aposentadoria como uma renda extra, entre eles os associados que possuem aposentadoria de cargos que ocupavam de formação superior.

O rendimento familiar dos associados pode ser considerado satisfatório no sentido da garantia das necessidades básicas da família. É importante frisar também que um dos casos em especial que uma família depende totalmente dos

rendimentos obtidos através do trabalho coletivo na cooperativa, pois o casal trabalha na mesma cooperativa. “nós vivemos exclusivamente pra cooperativa, e o meu filho mais novo faz um curso de informática [...] então todo o dinheiro que a gente gasta em casa e usufruiu é daqui da cooperativa” (A3EES1).

Esse caso demonstra a importância da renda obtida através da cooperativa, onde toda a renda familiar provém através do trabalho coletivo desenvolvido na cooperativa. Referente ao rendimento familiar 16,66% dos associados tem rendimentos familiares de dois salários mínimos⁴⁵ (R\$ 930,00), 33,33%, tem rendimentos próximos a três salários mínimos, 16,66% ganham próximos a quatro salários mínimos e 33,33% ganham mais de cinco salários mínimos.

Verifica-se que os rendimentos familiares garantem a subsistência das famílias, onde a menor renda são dois salários mínimos e o restante são superiores, onde 33,33% dos pesquisados possuem rendimentos superiores a 5 salários mínimos. Esse rendimento que pode ser considerado alto, e um pouco distinto da média dos grupos solidários e autogestionários brasileiros, se dá em razão da formação superior, das retiradas da cooperativa, suas respectivas aposentadorias e a presença de outras fontes de renda na casa.

Outro dado que caracteriza os associados das cooperativas de confecção de Porto Alegre e que se assemelha é o número de pessoas (filhos, cônjuges) dependentes dessas rendas que fica entre três e quatro por associado. Constata-se assim que o rendimento através do empreendimento ajuda a sustentar famílias com esse número de integrantes.

Referente à quantidade horas trabalhadas existe a uma pequena diferença entre as duas cooperativas, sendo que um dos grupos trabalha oito horas diárias e o outro empreendimento nove horas. Sendo assim, as cooperativas trabalham com horários próximos aos adotados na empresas industriais, na qual muitos dos associados pesquisados já trabalharam. Quanto ao horário, uma das associadas destaca que o grupo está discutindo formas de reduzir o horário de trabalho, onde inicialmente já estão reduzindo o ritmo de trabalho se diferenciando das demais empresas. Essa redução do ritmo, que acontece no EES1, onde a presidenta do grupo afirma que sempre tem uma parada para o lanche, um espaço para uma conversa diária. “Eu acho que isso ainda, se a gente pudesse conviver entre a

⁴⁵ Salário Mínimo R\$ 465,00, que corresponde a U 254,515 dólares Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/cotacoes>>. Acesso em: 13 set. 2009.

gente, que às vezes o ritmo, a gente toca, toca, toca, sabe, e acaba, na hora do café, todo mundo para e conversa sobre outras coisas, acaba se integrando também, mas se pudesse ser muito isso” (EES1).

Outra característica que distingue os associados pertencentes à pesquisa é sobre a questão da moradia, onde todos os entrevistados, ou seja, 100% deles possuem casa própria e moram com seus familiares. “A casa representa segurança; além disso, constitui um investimento e um patrimônio que pode ser aumentado; trata-se de uma ascensão social [...]. Além disso, o recurso que é utilizado “é a permanência do jovem casal na casa dos pais pra economizar o dinheiro do aluguel, que deverá ser canalizado para a obtenção da casa própria” (COLBARI, 1995, p. 142). Através da inserção na cooperativa, uma das associadas afirmou que obteve condições de fazer melhorias em sua residência e renovar móveis internos da casa.

Seguindo na linha de caracterização dos associados entrevistados pode-se destacar o estado civil, no qual se tem a predominância de casados 66,66%, 16,66% união estável e 16,66% são viúvos (as). Todos possuem filhos, sendo que 50% dos associados possuem três filhos, 33,33% dos associados possuem 2 filhos e 16,66% dos integrantes possuem apenas 1 filho. Os associados, como se pode perceber, possuem poucos filhos, mas o que se destaca nesse dado é que todos os associados afirmaram que os filhos os acompanham no empreendimento, uns com mais intensidade e outros participam da atividade dos pais de forma mais distante.

A presença dos filhos nos empreendimentos não se dá através da ajuda na produção ou comercialização, e sim em datas comemorativas ou até mesmo das reuniões. A participação dos filhos em espaços autogestionários e solidários pode contribuir na formação futura e na formação empreendedora desses sujeitos, já que, muitas vezes em espaços escolares a formação se dá apenas focando o trabalho formal, apenas de exercer funções pré-determinadas e não ser empreendedor.

Seguindo a análise que caracteriza os associados e seus respectivos empreendimentos destaca-se no perfil de todos os integrantes entrevistados já ter trabalhando em outros locais, em espaços de trabalho que não possuem a autogestão e a solidariedade como fatores fundamentais no desenvolvimento das atividades.

O que levou esses sujeitos a se inserir ou contribuir para a criação desses empreendimentos? Quase 100% dos associados afirmaram que estavam desempregados ou foi a tentativa de gerar e/ou ampliar a renda para a sua

subsistência e de sua família. Apenas um entrevistado afirmou que procurou um empreendimento para ampliar o seu rendimento, mas também não ficar na ociosidade, não ficar em casa, já que o mesmo é aposentado.

Cabe ainda, para caracterizar o perfil desses associados, avaliar o que levou eles a procurar essas alternativas de geração de renda, mas identificar como eles compreendem o que é trabalhar nesses espaços. que é diferenciado, quando ele é realmente um empreendimento de Economia Solidária, diferente das demais empresas ou indústrias. Refletem ainda sobre as questões que diferenciam as duas formas de trabalhar “a discussão, a participação no desenvolvimento do serviço seria” (A1EES1). Para outra associada a diferença é, “eu trabalho digamos que mais feliz, depende, sabe assim, porque lá eu trabalhava, não tinha essa felicidade, essa coisa assim essa união” (A2EES1).

Para outra associada:

[...] é aquela coisa de não ter patrão, mas como em uma entrevista que eu disse pra RECORD, que a gente tem que ser mais responsável que a gente já é, entrou uma moça depois de mim, ela tá aqui a poucos meses e eu sempre estou com ela mostrando como é as coisas pra ela como a coisa funciona, trabalhando mais pra cooperativa crescer também mais né, e não é marcando pé só aquilo, eu adoro trabalhar aqui, até estávamos comentando eu e aquela senhora que tava aqui, o dia que nós sair da cooperativa, eu não sei o que vai ser de mim, a gente tá acostumada naquela rotina, as vezes a gente combina, vamos almoçar fora hoje, algumas pessoas aqui da cooperativa a gente vai e almoça, numa empresa não tem isso, é diferente, agora sexta-feira fomos jantar fora pra comemorar o nosso dia, o dia das mãe e isso contribui muito. Que no fim a gente se torna amigas (A3EES1).

Como apresentam essas associadas entrevistadas do EES1, fica evidente a “alegria” em trabalhar coletivamente e a responsabilidade pelo seu próprio empreendimento, sempre fazendo as discussões necessárias para o desenvolvimento do empreendimento. A presença de um “perfil autogestionário e solidário”, ou entender o funcionamento e a diferença entre trabalho cooperado e outra forma é necessário para que o grupo possa atingir a viabilidade.

A importância de se sentir responsável está presente nos discursos dos associados, crescendo juntamente com a cooperativa motiva o grupo, além da integração existente entre as associadas e com a comunidade a qual a cooperativa está inserida.

Na outra cooperativa, (EES2) esse perfil também está presente, mas destacam a responsabilidade em trabalhar de forma autogestionária.

- uma que você não precisa esquentar a cabeça com contas pra pagar, com, de empregado numa empresa você entra as oito horas sai as seis e deu pra ti, faz teu serviço e coisa e deu pra ti, aqui não e se você tá numa empresa, não, terminou alie deu, final do mês você não precisa em se preocupar com impostos e mais (A1EES2).
- não, porque no caso assim, não há obrigação de comprimento de horário, não tem mudança nenhuma, porque eu já trabalhava assim (A2EES2).
- lá na empresa você faz o teu horário, se aqui tem que ficar mais tarde claro que a gente fica, lá tudo tu ganha, vale transporte, vale almoço, aqui tem que comprar, tua passagem, teu almoço, tudo tu tem que tirar daqui, e na empresa não, essa é a diferença, claro que na empresa é descontado, tem que ter daqui, porque se não eu vou vir trabalhar (A3EES2).

No caminho para atingir a viabilidade, esses empreendimentos além da responsabilidade que é fundamental, o gênero feminino também teve a sua importância.

5.2.1 A Mulher e a sua Contribuição aos Empreendimentos de Economia Solidária

A presença do gênero feminino prevalece nos grupos pesquisados, pois somando os associados das duas cooperativas chega-se a um montante de 44 associados/cooperados, sendo que 95,74% são mulheres e apenas 4,26% são homens. Este predomínio das mulheres nos grupos de Economia Solidária, inicialmente, pode-se avaliar pelo segmento que se está pesquisando, onde na confecção, historicamente, as mulheres predominam, mas pode ser ampliado pelas dificuldades que estas encontram, principalmente as que vivem em situação de vulnerabilidade social, e que por isso procuram essas alternativas.

Porém, avalia-se também, que na Economia Solidária essas mulheres encontram possibilidades além de geração de trabalho e renda, estas têm a oportunidade de quebrar a invisibilidade, obter autonomia, e, para algumas, se tornar até mesmo uma terapia por poder exercer uma atividade remunerada fora do ambiente familiar.

Cabe destacar a possibilidade que se abre para as mulheres se inserirem em espaços de geração de trabalho e renda, essas que na maioria das vezes, são as primeiras vítimas do desemprego, subempregos e da tão intensa desigualdade social. “Assim esses empreendimentos solidários são uma oportunidade efetiva pra romper com essa realidade” [...] (OLIVEIRA, 2008, p. 328).

As mulheres fazem parte da estatística da desigualdade social presente na sociedade brasileira, com sua inferiorização no mercado de trabalho, na ascensão profissional e na remuneração (ASSEBURG, 2007). A presença desse gênero nestes espaços coletivos de geração de renda ajuda no rompimento de uma barreira histórica da subordinação das mulheres, da precarização a que eram submetidas, principalmente nas linhas de produção das fábricas. A precarização das relações do trabalho afeta diretamente o sexo feminino, sendo que esta exploração é histórica, mas a Economia Solidária pode ser considerada uma alternativa que pode contribuir para a abertura de espaços de participação efetiva e democrática.

Se reportando à questão numérica, a presença das mulheres nos empreendimentos solidários brasileiros, mesmo tendo uma grande expressão nos EES pesquisados, é inferior a dos homens, os quais ainda predominam, como apresentam os dados do SIES já destacados anteriormente. Cabe ressaltar aí que esse dado pode esconder a real situação, onde nos empreendimentos, principalmente os agrícolas, apenas o homem é contabilizado como associado, no entanto, a família é a real associada. Essa predominância de homens, em empreendimentos ligados à agricultura, é influenciada pelo elevado número de empreendimentos que desenvolvem atividades como troca e uso de equipamentos agrícolas, entre outros.

Através das ideias de Guérin, Oliveira (2008), estas iniciativas são importantes na redução ou extinção da desigualdade de sexo, em especial nas relações trabalhistas. Como as autoras apresentam, a inserção do trabalho feminino nesses empreendimentos pode ampliar os espaços de participação das mulheres nas comunidades, na autonomia, através da autogestão e no poder de decisões.

Os empreendimentos animados por mulheres são frequentes nas áreas de alimentação, costura e manutenção de roupas e panos, saúde, dos serviços de tratamento (creches), educação, da formação, entre outros. Essas diferentes iniciativas são, em primeiro lugar, uma resposta às necessidades cotidianas da grande maioria das mulheres (OLIVEIRA, 2008, p. 319).

A presença das mulheres vem se ampliando com o decorrer dos anos, porém essa presença como “trabalhadora direta no empreendimento” e não como afirma Lechat (2006) no que tange à participação do gênero entre os intelectuais. “Devemos, então, constatar que, mesmo se as mulheres são maioria no seio dos empreendimentos econômicos, entre os ativistas e os intelectuais que participam da Economia Solidária os homens ainda são majoritários” (LECHAT, 2006, p. 127).

Entre vários outros pontos positivos da inserção da mulher nesses empreendimentos autogestionários, pode-se destacar o que afirma Singer (2002a):

Além da democracia política, outras conquistas importantes foram possibilitadas pela revolução feminina, que está abolindo a opressão do pai sobre a mulher e os filhos; e pela revolução sexual [...]. Da mesma forma, um número crescente de instituições civis também está se democratizando [...]. Tudo isso provavelmente está por detrás do atual surto de autogestão em quase todos os campos de interação social (SINGER, 2002a, p. 22-23).

A presença feminina nos empreendimentos possibilita de forma significativa a ampliação da renda familiar. A renda entra também como fator fundamental para caracterizar os sujeitos que fundaram ou ingressaram nas cooperativas. Entendendo a importância da Economia Solidária para as mulheres e a presença delas para os grupos, esse tema será retomado na sequência, como uma categoria de análise da presente pesquisa.

A Economia Solidária traz para a discussão do gênero envolvendo mulheres que estão se inserindo gradativamente nesses espaços. “O debate sobre mulheres e gênero na Economia Solidária ainda é pequeno frente às contribuições das mulheres nas práticas inovadoras” (NOBRE, 2003, p. 208).

Através de informações que foram coletadas nos mapeamentos de 2005 e 2007, a presença dos homens chega a 70,52 % e apenas 29,4% são mulheres, num grande número de empreendimentos que possuem em seu quadro de associados ambos os sexos, como os empreendimentos pesquisados. Os empreendimentos econômicos e solidários passaram a ser um ambiente ocupado também pelas mulheres, um espaço que contribui no processo de autonomia deste gênero, bem como numa maior visibilidade frente às desigualdades históricas entre homens e mulheres. As mulheres são as principais vítimas do desemprego estrutural e da precarização do trabalho. Esta ampliação do trabalho vem com a dupla tarefa que

muitas mulheres encaram diariamente, tendo que gerar renda e ter outras tarefas enquanto função materna.

Para autores como Pessoa *et al.* (2009), a desigualdade entre os gêneros é ampliada também pela ausência de tarefas que deveriam ser desenvolvidas pelo Estado.

A ausência de escolas e creches de qualidade, a precarização dos serviços públicos de saúde, a incipiente política de assistência aos/às idosos/as e demais segmentos sociais, contribuem para que a presença das mulheres no mercado de trabalho se perpetue de forma subordinada em relação aos homens. Deste modo, além das mulheres serem historicamente responsáveis pela gestão cotidiana das necessidades da família, assumem as tarefas ora não executadas pelo Estado (PESSOA *et al.*, 2008, p. 2).

As dificuldades das mulheres, além de serem dentro dos próprios espaços de trabalho, transparecem quando estas têm que exercer funções que, como apresentaram os autores acima, são subordinadas aos homens. Além disso, muitas vezes pela necessidade, são obrigadas a trabalhar de forma isolada em suas casas, fazendo os conhecidos “bicos” para ajudar ou até mesmo sustentar as suas famílias, já que se ampliou o número de chefes de famílias mulheres. “[...] a precarização no mundo do trabalho está atingindo muito mais a mulher trabalhadora, acarretando numa acentuação das desigualdades entre os sexos” (NOGUEIRA, 2006, p. 60).

Nos bairros das grandes regiões metropolitanas, muitas mulheres trabalham de forma precária ou não possuem rendimentos, que são fundamentais para a sua autonomia. O grupo EES1 surgiu por diversos motivos, como, por exemplo, a busca pelo trabalho coletivo e por uma resposta à situação que as mulheres estavam vivendo.

O motivo eu acho que foi a busca de um trabalho coletivo, não individual, porque isso muitas pessoas faziam trabalhando em suas casas. E a outra é que a gente [...], ele pudesse ser um trabalho, que respondesse à situação que tava se vivendo. Então desde a idade de mulheres que não poderiam voltar ao mercado de trabalho, essa questão toda de não ser uma mulher qualificada, no sentido de que o que tu tivesse ganhando, te desse condições de colocar teu filho numa creche, num lugar ou ter alguém em casa pra cuidar dos filhos (EES1).

Algumas mulheres desenvolviam atividades de costura, de forma individual, em suas casas, então, como apresenta a líder do EES1, surgiu a ideia de criar uma cooperativa no bairro. A ideia foi se expandindo e reunindo estas mulheres

desempregadas. Como fator motivador para a criação da cooperativa, e não com menor importância, estava a idade avançada, próximo ao final da idade considerada ativa, das mulheres que residiam no bairro e que já encontravam dificuldades de inserirem-se no mercado formal de trabalho. Além da idade dessas mulheres, a falta de qualificação reduz os espaços em empregos considerados formais, ou seja, com carteira assinada, dificultando a sobrevivência destas.

O grupo EES2 também teve como fator motivador a dificuldade que as mulheres encontravam para prover renda. No entanto, esse grupo se constituiu enquanto cooperativa após outra forma de organização não evoluir como o planejado, por quem dela fazia parte.

As cooperativas de confecção, em sua maioria são formadas por mulheres desempregadas ou que nunca ocuparam um emprego formal, algumas até costuram em suas próprias casas para o auto-consumo, onde se vêem obrigadas a trabalhar fora de casa mesmo, pra ajudar no sustento da família ou até mesmo por serem chefes familiares (CRUZ-MOREIRA, 2003, p. 212).

O surgimento das cooperativas, além da geração de renda, proporcionou parcerias, em especial no EES1, que obteve uma aproximação de uma cooperativa/creche comunitária⁴⁶, disponibilizando um espaço onde as associadas pudessem colocar seus filhos enquanto estão na cooperativa. Esta integração entre cooperativas contribuiu no fortalecimento dessa cooperativa e na redução do trabalho das mulheres, em especial nas tarefas domésticas, obtendo um espaço onde deixar os filhos com o cuidado necessário. Com essa creche, não só as associadas se beneficiaram, mas em especial a comunidade local, que tem a oportunidade de deixar o filho em um espaço conhecido, ajudando no desenvolvimento comunitário.

Os empreendimentos de Economia Solidária podem criar condições para reverter e problematizar a questão de desigualdade de gênero, necessária para a construção de uma economia diferenciada. A forma de organização, através da autogestão, que procura equilibrar o poder de decisões entre os gêneros, possibilita que mulheres possam ser portadoras dos meios de produção.

A atuação das mulheres na Economia Solidária a partir das atividades geradoras de renda abre a elas um campo para que se tornem proprietárias

⁴⁶ Esse tema será abordado posteriormente com sua respectiva análise.

dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens mediante a propriedade coletiva. A renda também é mais bem equacionada entre homens e mulheres, visto que a distribuição do excedente parte do princípio democrático de igualdade de direitos aos cooperados, no caso das cooperativas, independentemente do sexo. Nesse sentido, a Economia Solidária funciona como crítica à Economia Capitalista que se apropria da desigualdade de remuneração em vista do sexo (CULTI, 2004, p. 2).

Além dessa abertura de uma maior discussão e concretas possibilidades de diminuir as diferenças de gênero, a autonomia é potencializada, fortalecendo-os enquanto sujeitos e ainda melhorando a autoestima das mulheres, já esquecidas pelo sistema vigente. “A visibilidade das experiências das mulheres cria referências positivas, as fortalece como sujeitos e contribui para problematizar as iniciativas do ponto de vista do gênero” (NOBRE, 2003, p. 206).

Fortalecendo as mulheres, criando referências positivas, pode-se também obter uma maior valorização da autoestima que:

[...] costuma ser lembrada, na medida em que as experiências recolocam os trabalhadores em atividades para sustento próprio e da família, que é ainda mais ressaltado no caso das mulheres na periferia, onde o trabalho em cooperativa é o primeiro realizado fora de casa e elas conseguem associar com a vida familiar. Em muitos casos, a cooperativa revela-se um importante mediador para a obtenção de maior autonomia pessoal, seja através do estímulo ao retorno à escola, seja através da diminuição da dependência financeira (BARBOSA, 2007, p. 140).

Essa autonomia, a valorização da autoestima proporcionada para as mulheres através da Economia Solidária pode ser considerada parte integrante no processo de viabilidade socioeconômica do empreendimento. “Mulheres que tem uma garra impressionante” (EES1) fazem parte desses grupos, mesmo tendo, em alguns casos, conflitos familiares e outras dificuldades que precisam ser superadas.

As experiências alternativas de geração de renda surgem para mulheres como possibilidade de acesso à propriedade dos meios de produção mediante a propriedade coletiva, e a remuneração e principalmente como a oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo, na gestão democrática (NOBRE, 2003, p. 208).

Para muitas associadas, a caminhada econômica é iniciada nestes grupos de geração de trabalho e renda, de forma simples. Muitas vezes tem nesses grupos a primeira oportunidade de gerar renda, encontrando motivação, pensando em contribuir com o próximo, como é o caso de muitas que entraram no EES1 para costurar para um hospital: “a gente começou muito motivada pra costurar pro

hospital (C), que é onde tem um posto de saúde aqui da vila que é ligado ao hospital”. Mesmo tendo muitas dificuldades iniciais, elas vão sendo superadas e dando viabilidade ao empreendimento e atingindo outros objetivos, entre eles “ser feliz”.

A presença das mulheres nos grupos foi importante para o desenvolvimento destes, pois, como destaca Culti (2004):

No cotidiano do trabalho, penso que as mulheres humanizam mais estas relações, entendendo melhor as faltas, atrasos ou outros problemas, pelo seu modo de ser ou por melhor entender que no geral, a mulher trabalhadora também tem uma jornada doméstica e outras responsabilidades com a família que estão invariavelmente sob sua responsabilidade (CULTI, 2004, p. 20).

Essa humanização nos ambientes dos empreendimentos pode ser um dos amplificadores da sustentabilidade desses grupos formados por mulheres que viviam em condições não consideradas ideais para uma boa qualidade de vida.

A partir da Economia Solidária, essas mulheres, sobretudo as mais pobres, têm tido a oportunidade de redesenharem-se como agentes, de mostrar seu potencial propositivo na economia e de posicionar-se contra uma série de estigmas sobre o perfil da mulher que trabalha (FBES, 2009).

Em relação às dificuldades encontradas por essas mulheres, é necessário destacar que, em muitos casos, os empreendimentos em que estas estão inseridas não são viáveis economicamente, dificultando ainda mais a situação dessas mulheres que, na maioria das vezes, já estão vivendo à margem da sociedade. Essa é uma das preocupações da líder do empreendimento EES1, a qual afirma conhecer experiências, que por motivos como a distância da residência até a sua cooperativa, necessitando pegar dois ônibus, e todas as outras dificuldades já destacadas, acabam inviabilizando esses grupos. Porém, a perseverança dessas mulheres insiste em manter o empreendimento.

[...] eu acho que tem umas mulheres que tem uma garra impressionante, que, sabe, que não tem nem como dizer, não, continua. Como você vai dizer pra alguém continuar assim? Aí tem conflitos familiares, maridos que não entendem de tá nisso. Pô, vai fazer outra coisa, vai fazer uma faxina, vai trazer dinheiro pra casa, do que tocar um empreendimento. E agora que o empreendimento tá começando a andar. Mas olha que paciência, é mais que uma paciência histórica, assim, é abrir mão de necessidades que você não pode abrir mão (EES1).

Essa “garra” destacada pela presidenta do EES1 fez com que esse grupo atingisse a viabilidade e hoje segue de exemplo para outras cooperativas e até mesmo para a sociedade em geral, que é passada esta experiência através dos meios de comunicação. “Mas assim a gente já teve o privilégio de ter várias reportagens feitas da cooperativa, sabe, que acabasse conhecida, ou porque era o dia da mulher” (EES1). Essas são algumas características dos associados das cooperativas pesquisadas, as quais se localizam em duas áreas distintas da cidade, uma no centro e outra em um bairro de classe baixa de Porto Alegre.

Para que os empreendimentos de Economia Solidária sejam sustentáveis, além do perfil “coletivo” dos integrantes das cooperativas, faz-se necessário que os empreendimentos sigam também um perfil coletivo e autogestionário atuando nas esferas econômica, social e política, sendo sustentáveis, possuindo, assim, viabilidade, contribuindo para com seus associados.

Uma qualidade importante dos empreendimentos solidários é o seu caráter multifuncional, sua vocação de atuar simultaneamente na esfera econômica, social e política, a agir concretamente no campo econômico ao mesmo tempo interpelam as estruturas dominantes (GAIGER, 2003, p. 139).

Entre tantas dificuldades encaradas principalmente pelas mulheres que sofrem mais com as manifestações da questão social, refrações antigas, as que vão se renovando e vão agravando muitas vezes a sobrevivência dessas pessoas, esses associados(as) encontram formas de se organizar e gerar renda, atingindo viabilidade e se sustentando frente aos desafios cotidianos e ainda contribuindo para o desenvolvimento comunitário.

A presença das mulheres na Economia Solidária, mesmo que ainda em menor número e em empreendimentos com poucos associados, está abrindo espaço para a ampliação da cidadania dessas mulheres e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da comunidade em que residem. Isso acontece pela vontade de superação dessas dificuldades e principalmente por ser um espaço de luta por direitos.

[...] não existe nenhuma dificuldade que não tem como superar, só a morte, que a gente não pode superar, mas as outras eu acho que podem ser mais lentas, são mais difíceis, mas elas podem ser superadas no limite dos seres humanos, e tem que tiver uma decisão de superar elas e se não ter uma decisão você não supera e sempre tem. Eu sempre acho que o que mais tem hoje são desafios mais do que dificuldades assim (EES1).

A presença das mulheres em empreendimentos de Economia Solidária tem uma grande importância também para o desenvolvimento destes empreendimentos, principalmente os localizados nos centros urbanos.

Entretanto, para atingir este caráter multifuncional os empreendimentos encaram alguns desafios, como será apresentado a seguir, onde, concomitantemente, serão apresentadas as possibilidades que os empreendimentos apresentam para seus associados, bem como o caminho para atingir a viabilidade seguindo os princípios da Economia Solidária.

5.3 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Iniciando o processo de análise dos dados, após uma caracterização inicial dos empreendimentos pesquisados, seguindo os objetivos e utilizando a análise textual discursiva, baseado em Roque Moraes (2007), foram criadas duas categorias que nortearão a referente análise. Na primeira categoria, denominada de “Aspectos econômicos dos empreendimentos solidários”, serão apresentados dados referentes ao desenvolvimento econômico do empreendimento, as dificuldades no processo de produção, comercialização, acesso ao crédito, infraestrutura, o rendimento dos associados, entre outros.

Na segunda parte, denominada de Economia Solidária e suas possibilidades, será apresentado o entendimento dos associados sobre este tema, bem como a forma de organização da cooperativa, o trabalho autogestionário, os direitos que existem e que estão sendo construídas as possibilidades que a Economia Solidária proporciona a seus associados através do trabalho desenvolvido e organizado coletivamente, bem como um dos pontos principais que é o trabalho desenvolvido em redes, fator presente nos grupos pesquisados. Por fim, dentro dessa mesma categorização do trabalho coletivo e suas possibilidades, destaca-se o desenvolvimento local e comunitário, que é uma das principais contribuições aos associados, proporcionadas pelos empreendimentos.

Os empreendimentos econômicos e solidários de Porto Alegre e pertencentes a essa pesquisa foram criados recentemente, sendo que um deles foi fundado em

23 de maio de 1996 e o outro mais recente ainda surgiu em 26 de maio de 2003. Esses dados mostram o que os dados nacionais também apresentam em relação ao surgimento dos grupos alternativos de geração de renda em todo o Brasil, onde 10.207 (46,69%) do total de 21.859 surgiram a partir da década de 90 do século XX. Segue também os dados do Estado do Rio Grande do Sul, onde 1.812 (87,45%) dos 2.076 empreendimentos mapeados surgiram nesse mesmo período. Em Porto Alegre, esses números são ainda mais expressivos, pois 98 (84,48%) dos 116 mapeados pela SENAES surgiram após a década de 90 (MTE, 2009f).

As experiências de organizações através de princípios solidários não é fenômeno recente no Brasil, mas se renovou nas últimas décadas do século XX e agora neste princípio do século XXI. Conseguiu-se também uma diversidade nas formas econômicas em que as pessoas, de forma coletiva, produzem e reproduzem meios de vida (CUNHA, 2003). Entre as organizações coletivas e solidárias estão as cooperativas de produção e comercialização, em especial, neste caso, as de confecção.

Os empreendimentos pesquisados, como já supracitados, têm como principal segmento a confecção. Este setor ocupa a 5ª colocação, aparecendo em 6,73% (1472) entre os serviços mais desenvolvidos por empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, e a 4ª colocação com 6,21% (129), no Estado do Rio Grande do Sul. No caso específico de Porto Alegre, lidera os serviços mais realizados por EES, com 22,41% (26), segundo dados do SIES (MTE, 2009f).⁴⁷

Ao se deparar com esse dado, acredita-se na importância de uma maior aproximação do empreendimento, analisando o porquê desse setor estar presente em grande número, não só em municípios do Sul, mas como em todo o Brasil. A grande presença de mulheres desempregadas, com necessidade de contribuir ou de ser a responsável pela renda familiar, pode ser um dos indicadores da amplitude de empreendimentos que têm a confecção como sua atividade econômica principal. A pouca exigência de qualificação auxilia algumas associadas que já obtêm este mínimo de conhecimento, herdado da própria família, ou em outros casos, através de “muitos programas governamentais e de ONGs, aonde realizam cursos de corte e costura, aumentando o contingente de mulheres que “sabem costurar alguma coisa”,

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>.

possibilitando a inserção de muitas mulheres em espaços alternativos de geração de renda.

Como apresentou a presidenta de um dos empreendimentos:

Olha, a gente tem como a nossa questão é confecção, confecção de roupas e a personalização e a serigrafia. Então são duas atividades, e uma está interligada com a outra. Quando nós começamos, nós trabalhávamos também com alimentação. Foi muito difícil, porque comida não tem a ver com, com vestir. As leis são diferentes. Os tributos são diferentes. Quando chegou uma hora que a gente disse vamos fazer o seguinte, vamos tocar a costura e mais adiante a gente retoma essa questão da alimentação, quem sabe num espaço próprio que é o que a gente tá fazendo agora, retomando a alimentação num espaço próprio. Então pra nós, a gente topa tudo que for na área da confecção de tecidos e principais produtos nossos são camisetas, sacolas, uniformes de escola, uniformes de empresa, aí diversifica o quanto puder (EES1).

Nesse empreendimento o grupo tentou unir atividades econômicas para obter um maior rendimento, entretanto, como a presidenta da cooperativa relatou, os dois segmentos, inicialmente, não eram compatíveis. A confecção é a principal atividade desenvolvida nesse grupo, devido às características de suas associadas sócio-fundadoras, que além de estarem desempregadas tinham alguma afinidade com a costura. Entretanto, com o desenvolver do empreendimento, a serigrafia e a personalização das roupas se integrou como atividade complementar da cooperativa. Isso decorreu da necessidade que as cooperativas de confecção têm, uma vez que muitos dos compradores procuram serviços “completos”, ou seja, não apenas de confecção e sim já personalizados através da serigrafia.

O outro grupo pesquisado começou através da facção e desenvolve apenas a confecção de roupas. “A gente faz que é a parte de facção, a gente faz também próprio que são jalecos e kimonos” (EES2).

O surgimento desses empreendimentos, como os demais grupos alternativos de geração de renda no Brasil, não é inédito entre os vários estudos sobre este tema (SINGER, 2002a, 2003 e 2009), (LECHAT, 2006), (GAIGER, 2003, 2004 e 2009) (CATTANI, 2003 e 2009). Entretanto, o que se pode destacar com mais veemência é a superação das dificuldades iniciais para atingir a viabilidade econômica, como é o caso dos empreendimentos pesquisados. Cabe destacar inicialmente que “a maioria dos empreendimentos em seu estágio atual encontra-se às voltas com sua sobrevivência a curto e médio prazos” (GAIGER e ASSEBUR, 2007, p. 509). Como apresentam esses autores, os grupos possuem dificuldades de implantação e

implementação, bem como, de elaborar e desenvolver projetos a longo prazo, desenvolvendo, em vários empreendimentos, apenas atividades ou projetos emergenciais.

Para desenvolver essas atividades, os grupos enfrentaram e ainda enfrentam muitas dificuldades, respondendo assim ao objetivo, que visa analisar a atividade coletiva de produção e comercialização, englobando fatores fundamentais no processo de viabilidade, como será destacado a seguir.

5.4 AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

As limitações que os grupos de Economia Solidária encontram no desenvolvimento de suas atividades são diversas, como destaca Pochmann (2004). São limites variados que os vem acompanhando historicamente e ainda hoje desafiam àqueles sujeitos que procuram alternativas de geração de renda.

Os empecilhos estão permeados em sua maioria à questão financeira, assim como, inicialmente, à falta de uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades, falta de crédito, falta de um capital de giro e, concomitantemente, se alastra para outros setores, como a falta de formação/qualificação de seus associados, de assessoria por parte de órgãos públicos, acarretando em dificuldades quanto à produção e à comercialização de seus produtos.

Entre as principais dificuldades, inicialmente pode-se destacar a falta de uma infraestrutura adequada para realizar a produção e, conseqüentemente, a comercialização, o que retardou e dificultou o desenvolvimento, em especial, do grupo EES1. “A gente começou num salão, numa capela, que é aqui perto”. O empreendimento se formou inicialmente em espaços públicos comunitários do Bairro e também nas casas das próprias associadas, como relata a presidenta da cooperativa EES1 sobre as limitações iniciais para começar com a cooperativa:

Teve uma luta grande pra se conseguir um lugar que fosse público. Público assim que a gente pudesse fazer coisas mais coletivas e aí conseguimos um salão numa capela. Quando nós começamos a cooperativa lá foi o lugar da gente se encontrar assim, muito. Então a gente começou a se encontrar lá, mas lá aconteciam muitas coisas. Além da gente se encontrar, acontecia

o pessoal da terceira idade, vacinação, posto de saúde, campanhas, missa, catequese, festa da comunidade, tudo dentro desse espaço. A gente não podia estar lá o dia todo, a gente tinha certas atividades, nos momentos em que conciliava com outras atividades, tinha que retirar tudo e levar para casa (EES1).

Além das dificuldades financeiras dos próprios associados que dificultava o desenvolvimento do empreendimento, estes eram desafiados desde o princípio pelos problemas financeiros do próprio empreendimento. A falta de um espaço de trabalho era dificultada pela trajetória histórica de formação da própria comunidade em que estão inseridos, como apresenta a coordenadora do EES1:

[...] Essa vila aqui ela é uma ocupação, que tem mais de 30 anos, quase 40 anos que foi ocupada. Toda ela foi ocupada, não tinha espaço pra, pra outras coisas, assim, que não fossem pra moradia mesmo, assim. Áreas de praças acabaram sendo ocupadas e tal, não tendo outros espaços (EES1).

Este dado é importante para caracterizar o empreendimento, pois se entende que “a trajetória de formação do grupo, o contexto local em que se desenvolvem as organizações que lhes servem de referência são fundamentais para compreender os avanços e os limites [...]” (ICAZA, 2004, p. 42).

A falta de uma estrutura adequada, ou seja, um espaço para que se pudessem desenvolver as atividades coletivamente, a falta de um endereço fixo para o empreendimento, que impossibilitava até mesmo a comercialização, teve suas dificuldades ampliadas com a falta de equipamentos necessários para a confecção dos produtos. “A gente não tinha máquina. A gente decidiu que iria trabalhar em grupos, então três iam lá pra casa, uma não tinha nem lugar pra sentar pra costurar, então era mais um bate-papo” (EES1).

Na fala da associada da presidenta do EES1 verificou-se que foi encontrada uma solução inicial para a falta de equipamentos, máquinas de costura até mesmo para iniciar a produção, apresentando já aí a forma de superação destas primeiras dificuldades, ou seja, através de uma “produção solidária”. Começando aí a união do grupo, dividindo as máquinas, os espaços nas suas próprias casas. A falta do espaço, ampliada pela falta de equipamentos, pode-se afirmar que retardou o desenvolvimento econômico do empreendimento, mas ajudou a formar um “núcleo duro, que venceu as barreiras, que não desanimou”, termo que as próprias associadas utilizam para caracterizar as que estão no empreendimento desde seu surgimento e que conseguiram fazer com que o grupo atingisse seu objetivo inicial.

[...] Foram bem difíceis os primeiros dois anos sem espaço para trabalhar, sem uma referência, porque daí as pessoas te conhecem, onde que é a cooperativa, você tem um endereço [...] antes não tinha telefone, era uma coisa que tinha na casa dos cooperados, de duas cooperadas que a gente usava pras coisas que a gente precisava, três até. Não se tinha dinheiro. Nós começamos sem dinheiro (EES1).

A existência destes empecilhos proporcionou uma maior união entre os integrantes dos empreendimentos, a solidariedade e a cooperação se fizeram presentes desde o início nesse empreendimento. O termo cooperação vem de cooperar, trabalhar em conjunto, colaborar, ou operar simultaneamente (JESUS e TIRIBA, 2009), essencial para essas atividades econômicas e solidárias. Como apresenta Marx, “ao cooperar com outros, de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie” (MARX, 1980, p. 378).

Já a cooperativa aqui chamada de EES2 informou através de sua presidenta que a dificuldade inicial foi sobre questões internas, como a falta de lealdade por parte da primeira coordenadora do grupo com as demais colegas, pois a primeira divisão das sobras não ocorreu como debatido em assembleia, neste grupo que já estava com debilidades desde sua primeira estrutura.

[...] Na primeira, eu não era coordenadora, eu era do conselho fiscal. Só que quando foi montada a cooperativa tinha uma outra coordenadora que elas elegeram numa assembleia, só que ela arrecadou a primeira parte da cota e embolsou (EES2).

É importante destacar que entre as dificuldades iniciais deste grupo estava a falta de “confiança” entre as associadas, principalmente nesse caso em especial, que as integrantes são de diversos bairros, não tendo uma maior aproximação anterior ao início do grupo. A existência de sujeitos que não possuem conhecimento de como realmente é trabalhar de forma cooperativa dificulta o início desses empreendimentos, como aconteceu em ambas as cooperativas, como destacam: “algumas entraram na cooperativa pra botar botão, cortar fio e tal, daí viram que não era nada disso e tal, nem costura não queriam. Aí foram saindo fora porque não era essa a característica que a gente foi definindo junto para a cooperativa” (EES1).

Outras dificuldades que foram apresentadas pelo EES2 foram com a documentação, criação de estatuto, e problemas internos entre os associados e a presidenta, a qual fez retiradas financeiras sem o consentimento das associadas.

No grupo EES1 a criação de um estatuto também está na lista das dificuldades iniciais encaradas por este empreendimento, o que ocasionou até mesmo a desistência de muitas associadas, pois não podiam esperar, precisavam encontrar alternativas de geração de renda. “O estatuto ia e voltava porque tinha coisas que ele precisava ser adaptado, então foi um período bem difícil, Mesmo assim algumas desistiram porque não podiam esperar” (EES1).

Seguindo no campo de análise referente aos problemas encarados inicialmente pelos empreendimentos, o EES1 afirmou que isso ocorreu por ter começado como facção⁴⁸, como destaca a presidenta do empreendimento. “Na época, assim, a gente começou com facção, porque a gente não tinha dinheiro pra nada, e não tinha mesmo dinheiro pra nada, máquina alguma tinha” (EES1), ou seja, apenas desenvolviam atividades para empresas do mesmo setor, apenas produzindo serviços de costura, realizando serviços terceirizados.

O EES2 ainda tem a facção como principal forma de trabalho, entretanto, já desenvolve produtos como os jalecos e kimonos, ou seja, o grupo compra a matéria-prima e confecciona o produto.

5.4.1 A Produção e suas Limitações

A produção realizada nas cooperativas pesquisadas acontece de forma distinta, onde no grupo EES1 acontece tudo no mesmo espaço, na sede da cooperativa, enquanto no EES2 a produção acontece em espaços separados, sendo que um grupo de cinco pessoas fica na sede do empreendimento em um espaço cedido em comodato pela OCERGS⁴⁹ e o restante do grupo trabalha em suas casas, ou reunindo-se em pequenos grupos para a realização da confecção. No desenvolvimento de suas atividades, os grupos foram enfáticos em afirmar que

⁴⁸ Facção são os grupos que desenvolvem atividades para outros grupos ou para outras empresas.

⁴⁹ Sindicato e organização das cooperativas do Rio Grande do Sul.

existem algumas dificuldades neste processo, como as que serão apresentadas a seguir e que, no entanto, muitas já estão sendo superadas.

Junto aos obstáculos iniciais, agregam-se as dificuldades no desenvolvimento da produção, como a falta de um padrão de qualidade dos produtos, a falta de conhecimento para desenvolver todos os produtos, entre outras que nasceram juntamente com os grupos e que permeiam até a atualidade.

[...] Agora vamos costurar. Pegamos os moletons e a gente dividiu. A casa tinha duas máquinas e eu era costureira. Ia todo mundo pra lá. Aí tinha gente que acabava não fazendo, umas ficavam olhando [...] aí a gente pegou um serviço que eram umas roupas de, que era um tecido plano, era meio complicado assim, era microfibra e algumas peças vieram sujas. A gente foi lá entregar, mandaram metade de volta. Num dia de chuva, a gente pegando um diretão, porque era obrigado a entregar até as seis. Era cinco e meia quando a gente saiu daqui. A gente chegou lá já tava fechando. Ela foi pegando peça por peça, foi separando, essa passou, essa não passou, essa passou, essa não passou. Quando terminou tinha sobrado a metade só. Chegou a dona da empresa, ela foi olhar de novo. Daí que não sobrou quase nada, ela mandou tudo de volta (EES1).

Inicialmente, essa cooperativa que contava com 35 associadas com idades que variavam, neste período, de 18 a 64 anos possuía diversas limitações na produção, como a falta de qualificação de suas associadas, a falta de equipamentos para que todas pudessem trabalhar ao mesmo tempo, a falta de matéria-prima, a falta de credibilidade para comprar a matéria-prima necessária, a saída de algumas associadas após terem obtido conhecimento na confecção ou por outros motivos, entre outras limitações que desde o princípio dos empreendimentos os acompanham.

A presença, em alguns casos, de associados que procuram os empreendimentos de Economia Solidária sem ter a clareza de como é desenvolvido o trabalho coletivo dentro destas cooperativas é um fator que contribui para a ampliação das dificuldades na produção.

[...] porque, até a própria, assim, por exemplo, se a gente abre para outras pessoas irem fazer parte da cooperativa, a maioria não sabe como funciona uma cooperativa. Falta de conhecimento. Daí tu explica, explica. Ah, não então quero, não quero, por quê? Porque não tem uma garantia, não tem um décimo terceiro, não tem férias, não tem um dinheiro certo que eu possa contar. Mas a primeira coisa que perguntam, depois que a gente explica, há, mas quanto é que eu vou ganhar? Vai ganhar pelo que tu vai produzir. Ah, não, então eu já vou embora (EES2).

A falta de conhecimento sobre o funcionamento de uma cooperativa, como apresenta a presidenta do EES2, interfere na produção pela falta de pessoas com conhecimento na área que queiram trabalhar de forma autogestionária.

Para uma associada da cooperativa EES1, a dificuldade na produção é que “poucas que sabem fazer trabalhos, fazer algumas coisas, tem certos trabalhos que algumas costureiras sabem fazer e umas não sabem, então essa é uma das dificuldades”. A falta de conhecimento para desenvolver todo o processo de confecção ou na produção de alguns produtos que necessitam de uma técnica mais avançada, como apresenta uma das associadas quando indagada sobre as dificuldades na produção, que “tem uma colega que tem tudo, faz jaquetas, faz calça, faz tudo e tem uma outra que não faz e aí acaba sobrecarregando as que fazem. Mas a gente tá tentando melhorar, tentando ensinar” (A3EES1).

Segundo essa mesma associada ainda, o grupo tem como dificuldade também a falta de costureiras.

[...] achar costureiras é tão difícil. O trabalho está crescendo e a gente tem trabalho aos montes e falta costureira. Agora mais uma saiu esse mês passado. Já estava faltando e ainda sai mais uma que foi trabalhar por conta. A gente já tava com dificuldade e ainda sai mais uma, e outra, poucas que sabem fazer trabalhos, fazer algumas coisas. Tem certos trabalhos que algumas costureiras sabem fazer e umas não sabem. Até essa semana veio um cliente pra fazer umas camisetas pólo, e uma não conseguiu fazer, e a outra diz que era errado ela fazer e dar certo porque depois as outras não iriam fazer, porque aí elas iriam ficar super carregadas. Então essa é uma das dificuldades (A3EES1).

Entre as dificuldades que respingam na produção estão também a saída de associadas, ou por entender que em especial no começo dos empreendimentos, não vai dar certo, ou nas primeiras limitações encontradas, “algumas foram saindo fora. Eu não vou reformar isso, isso aqui é impossível de dar certo. Daí cada serviço que tinha nós fomos perdendo algumas sócias” (ESS1). Nesse grupo acontece que as sócias vão saindo por entender que o empreendimento leva tempo para se tornar viável, mas no outro (EES2), a saída, quebrando muitas vezes o planejamento da produção e o desenvolvimento do empreendimento, acontece após obterem conhecimento, terem qualificação para procurar emprego nas fábricas e em outros espaços formais, ou seja, de carteira assinada.

[...] a gente trabalha aqui com o limite da gente. Não adianta a gente querer expandir, querer fazer assim um trabalho. Desenvolver uma coisa maior,

crescer mais, porque tu não tem pessoal, e às vezes o pessoal chega aqui e não é pessoal qualificado. Tem que ensinar. Tem pessoal que não sabe nem enfiar linha, daí, o que já aconteceu aqui, com cinco aqui, que não sabiam nem enfiar uma linha, a gente pegou e ensinou, porque não é a mesma coisa que ter uma máquina doméstica em casa. Esse é outro problema, ensinar e tal e coisa. Saíram daqui por quê? Pra trabalhar no Renner (EES2).

Essa fala da presidenta do EES2 caracteriza o que a Economia Solidária pode proporcionar, ou seja, que esses espaços proporcionam para muitos geração de trabalho e renda, obtenção de conhecimento, nesse caso, referente à confecção, mas pode ser também apenas uma alavanca para encontrar um emprego formal, reforçando a ideia de que muitos trabalhadores ficam nos empreendimentos de Economia Solidária apenas até encontrarem um emprego formal.

Além desta instabilidade dos associados, que foi citada pelo EES2, a não realização do todo o trabalho pelas associadas desses grupos, muitas vezes pela falta de conhecimento e de equipamentos, amplia as dificuldades do grupo. “às vezes também tem algumas que não fazem a peça inteira, também porque não tem a máquina” (EES2).

Outra dificuldade na produção é manter um mesmo padrão, como apresenta o EES1:

De a gente poder ter um padrão mesmo de qualidade. Porque nós optamos aqui que a gente não queria trabalhar em série, assim, tu faz o bolso, o outro faz a manga, não. A pessoa faz o produto por inteiro, a pessoa tem que sentir orgulho e se enxergar na capacidade de fazer um produto. Ela pega um jaleco, ela pegou do começo ao fim e ela é capaz de fazer um jaleco. Então, trabalhar essa questão também da capacidade da pessoa. Isso é difícil, então, de manter um padrão, assim, sai o teu desse jeito e o outro. A gente tem as medidas, tem um padrão decidido entre todas. A distância vai ser essa, então eu acho que isso é uma busca nossa (EES1).

Por não trabalharem em linha de produção dificulta ter um mesmo padrão, no entanto, apresenta-se aí mais uma dualidade presente na Economia Solidária, a forma de organização. Mesmo tendo a dificuldade de manter um padrão, muitas vezes tendo que reparar alguma peça, permite que os associados tenham um conhecimento de todas as partes na confecção do produto, não trabalhando de forma fragmentada e alienada, o que está muito presente nas grandes indústrias.

Essa forma de organização na produção pode-se avaliar de duas maneiras, pois em muitos empreendimentos, como apresenta Barbosa (2007, p. 136), “se repete a lógica Taylorista” ou em outros grupos, em empreendimentos mais

artesanais e rudimentares que nem mesmo chegam à forma de organização idealizada por Taylor. Pode-se destacar que nos empreendimentos pesquisados, mesmo dentro de suas limitações, procuram organizar a sua de forma conjunta, ou seja, as associadas, em especial do EES1, desenvolvem todas as atividades referentes ao corte e à costura, não se inserindo apenas na serigrafia, a qual necessita de uma maior capacitação técnica. Destaca a presidenta do EES1 que nada impede que qualquer associada se capacite e possa trabalhar também na serigrafia.

O que diferencia essas experiências solidárias das empresas capitalistas é a oportunidade de realizar toda a produção. No caso desses empreendimentos de confecção, as associadas confeccionam a gola, o punho, e as outras costuras de uma peça de roupa. É importante para o associado entender todo o processo. Por trabalhar desta forma diferenciada, os grupos apresentam as dificuldades de manter o padrão de qualidade, por não trabalhar em forma de linha de produção, onde cada associado faz uma parte.

O grupo EES1 apresenta que está superando essa dificuldade através dos encontros mensais nas assembleias para discussão da gestão e da produção.

A gente já discutiu muito, assim. Já veio para a assembleia, mostrando pra todo mundo olhar a qualidade do trabalho, chamando também quando a gente tá dobrando, assim, pra entregar pro cliente. Quando tem um problema a gente chama a pessoa, [...] compara um com o outro, pra ir, pra ir aproximando cada vez mais, e quando alguém descobre algum jeito melhor de fazer passa pra outra (EES1).

Essa dificuldade pode ser também que seja encarada como um desafio para as associadas, como apresenta a presidenta do EES1, que pela intensidade de trabalho, ou seja, no “pique de correr”, o produto perde um pouco de qualidade.

A gente tá qualificando mais o nosso trabalho para agregar mais valor. Ter uma jornada um pouco menor que a gente tem, eu acho que é um grande desafio que a gente tem. Qualificar melhor o nosso produto é um desafio. Ter um acabamento perfeito. Isso faz com que agregue mais. De vez em quando, com esse pique de correr, a gente acaba realmente é não trazendo como retorno um produto com a qualidade que a gente gostaria que tivesse (EES1).

O ritmo de trabalho nas cooperativas pesquisadas ainda não é o ideal, o que pode ser prejudicial à saúde dos associados. Isso acontece tanto pela jornada de

trabalho, quanto pelas condições que os compradores impõem para a entrega do produto, obrigando os associados a ampliarem o ritmo de trabalho, como apresenta o EES.

O desafio de qualificar o produto também está presente no grupo EES1, como seus associados apresentam. Esta limitação é encarada como um grande desafio pelos integrantes do grupo, mas estes acreditam que podem, através da conversa das reuniões, vir a encontrar soluções para reduzir, amenizar e solucionar esse limite.

Essas são as dificuldades que esses grupos estão superando através da conversa e dos planejamentos em conjunto nas assembleias, a grande demanda, a necessidade de produção em escala superior a sua capacidade, em tempo reduzido, que é uma das dificuldades encontradas pelos empreendimentos solidários, destacada pela presidenta do EES2. Quando a demanda vem de empresas maiores, muitas vezes inviabiliza que os empreendimentos de Economia Solidária possam desenvolver esse trabalho. O grupo EES2 apresentou que estão discutindo maneiras de solucionar essa dificuldade.

Avalia-se que, nesse caso, o trabalho em rede, entre empreendimentos de Economia Solidária seria uma das alternativas, pois quando existirem demandas maiores, vários grupos de forma solidária podem trabalhar em conjunto, como já acontece no EES1. No entanto, isso será retratado posteriormente, quando será abordado o tema sobre redes e cadeias produtivas solidárias.

5.4.2 A Comercialização e a sua Importância para a Viabilização dos EES

A comercialização é um setor de extrema importância para que as cooperativas se viabilizem, retomando a viabilidade no sentido de manter o grupo, pagar as suas contas e ainda ter um excedente, uma renda para seus associados. Para que o empreendimento tenha sustentabilidade, ter uma boa comercialização é importante, para gerar sobras de seu trabalho, e que pode ser de várias maneiras e que pode ser construído em conjunto com todos os associados, como aconteceu no EES1, o qual foi construído aos poucos de forma coletiva.

Quando nós começamos, a gente achou que teríamos duas formas de comercializar. Uma a gente teria umas duas ou três pessoas que fossem pra rua e fossem nossos representantes de venda. A outra, todos nós teríamos a responsabilidade de vender, importando participar de tudo que nós poderíamos participar para a cooperativa. Em qualquer espaço a gente apresentava a cooperativa. Na época a gente pensou assim, se a gente tiver representante ou alguém responsável para vendas, aquela pessoa, uma hora dessas, deu qualquer coisa, virou a cabeça pra ir embora, ela leva os clientes também pra onde ela for. Então a gente viu que não ia trabalhar com representantes, mas a gente iria participar de tudo que tivesse (EES1).

As formas de comercialização, inicialmente, por ainda não ter um espaço da própria cooperativa, eram participar de todos os eventos possíveis, para além de comercializar, em especial, divulgar os seus produtos. Na atualidade, este empreendimento, tendo a sua sede própria, utiliza os eventos apenas como forma de divulgação e troca de experiências.

A superação das dificuldades iniciais na comercialização, que além da falta de um espaço próprio há a falta de condições para transporte da produção, como afirma a presidenta, “num dia de chuva, a gente pegando um diretão, era obrigado a entregar até as seis. Era cinco e meia quando a gente saiu daqui. A gente chegou lá já tava fechando” (EES1), foi de forma coletiva, nos espaços de discussão entre os associados, como apresenta uma das associadas pertencentes ao núcleo duro, “a gente sempre tá em reunião, sempre fazendo parcerias com mercados, feiras” (A1EES1).

A comercialização acontece atualmente na cooperativa por telefone, por *e-mail*, como destaca a presidenta do EES1, “Hoje nossos pedidos ou chegam por *e-mail*, por telefone, ou as pessoas vem aqui diretamente”, ampliando as formas de comercialização, se utilizando de várias formas, entre elas a eletrônica. Além desse recurso, não habitual na maioria dos empreendimentos de Economia Solidária, a presença de um espaço próprio e ser conhecida no comércio não só local, como regional, municipal ou em regiões mais amplas, permite trabalhar através de encomendas por telefone.

Na atualidade, todos os associados entrevistados pertencentes à cooperativa EES1 afirmaram que não possuem dificuldades na comercialização de seus produtos, “porque a maioria vem aqui nos procurar, eles vêm a nós. E a (L⁵⁰), nessas viagens que ela faz (...). Agora, no mês passado, a gente fez umas bolsas que foram para a Itália” (A3EES1). Outra associada afirma também que nesse setor

⁵⁰ Por motivos éticos será utilizada essa sigla para caracterizar a presidenta desta cooperativa.

não tem dificuldades, “porque o pessoal vem, a gente faz sob encomenda, não tem dificuldades, o pessoal vem atrás” (A2EES1).

O que contribui para a comercialização, segundo a presidenta do EES1, é que o grupo “tem uma história construída, queira ou não são treze anos que tu tens um mercado construído” (EES1). A presença em alguns anos já no mercado contribui, segundo ela, para abrir espaços de comercialização e hoje, “a gente está bem, sabe. A gente quase não está dando conta do trabalho que se tem”, chegando ao ponto de solicitar que o cliente procure outra cooperativa, ou outro lugar, pois não vão conseguir atender dentro do prazo.

Já o EES2 realiza a comercialização de forma direta com os clientes, “a gente já tem a freguesia certa, já tem direto com os clientes, é. E os jalecos a gente faz. E uma colega, um colega ali também, vai lá à faculdade, de quem precisa assim de jaleco e oferece também” (EES2). Esse empreendimento já possui uma freguesia certa, nos termos que a própria presidenta apresenta.

Entretanto, esse grupo apresenta que quando tem dificuldades em comercializar vai a campo, como apresenta um de seus associados:

[...] A comercialização é assim. Quando a gente precisa a gente vai a campo, a gente não tem uma propaganda do que a gente faz, porque exatamente pela dificuldade de pessoal assim que possa garantir. Então a gente vai atrás do que a gente pode fazer, porque se você faz uma propaganda, o pessoal diz, há eu preciso de 10.000 mil camisetas em trinta dias, não tem como fazer (A2EES2).

Essa cooperativa, segundo esse associado, quando necessita ampliar a comercialização, de novos compradores, vai atrás, mas ressaltando que depende da quantidade, que na maioria das vezes inviabiliza para as cooperativas. Outra associada apresenta que uma dificuldade na comercialização seria “às vezes o preço, porque, por exemplo, uma firma grande vai lá e compra mil metros de tecido aí sai um X, aí você vai ali e compra 4, 5 metros pra fazer o produto vai sair mais caro” (A1EES2), sendo que a impossibilidade de comprar maiores quantidades de matéria-prima pela falta de capital, amplia o preço na hora da comercialização.

A presença da discussão e do empenho de todos os associados em encontrar espaços de comercialização, é necessária para procurar novos mercados ou ampliar os já existentes. Encontrar muitas vezes alguns “nichos” de mercado, lugares que

ainda podem ampliar a presença do trabalho realizado por associações/cooperativas autogestionárias.

Esses “nichos” de mercado foram também destacados pelo EES1 como sendo uma das alternativas para a superação das dificuldades na comercialização dos produtos de empreendimentos de Economia Solidária, dando viabilidade a esses empreendimentos. Eles encontraram esse nicho através da produção de produtos ecologicamente corretos, como apresenta a presidenta do EES1:

[...] Isso eu acho que era legal ter com os empreendimentos, sabe. Puxa, olha não a gente fez uma pesquisa tal e a gente conseguiu acessar tal lugar e ver modelos diferentes, que poderia ter um nicho de mercado. Hoje a gente tem claro que a (J.T.) tem um nicho de mercado que a gente nem entrou ainda, que é toda uma área hospitalar, para as pessoas alérgicas, a gente nem entrou nele, mas a gente sabe que ele tem. É bom ter um produto que você tem um mundo pra conquistar, e eu acho que isso pode ser em todos os produtos sabe. Olha quem sabe esse produto com uma fibra diferente juntando ela com isso, você consegue dar uma baita viabilidade (EES1).

Destaca-se que o ingresso de produtos no mercado com o diferencial de serem ecologicamente corretos é uma forma utilizada por esse empreendimento para encontrar mais consumidores de seus produtos, que além de uma participação da rede, a qual será tratada posteriormente, a produção realizada através da matéria-prima, produzida de forma orgânica, contribui para com o empreendimento e para com o comércio justo⁵¹ e sustentável. Esse comércio justo é o encontro entre produtores responsáveis com consumidores éticos, um comércio que ajuda também a sair da pobreza, da marginalidade e de outras formas de exclusão (COTERA e ORTIZ, 2009). “O poder transformador do comércio justo permite estabelecerem-se outros tipos de relações entre produtores e consumidores, baseados na equidade, na cooperação, na confiança e no interesse compartilhado” (COTERA e ORTIZ, 2009, p. 63).

Como apresenta o EES1, essas novas alternativas contribuem para:

[...] cativar o consumidor, trazer ele para um repensar para aquilo que ele tá fazendo. Eu acho que isso pode ser em todos os setores, no artesanato acho que nós temos que buscar as fibras naturais, as fibras que vêm da terra que vai fazer um produto diferente e que quando uma pessoa ela vai querer ter isso em casa, porque ele vai ter um olhar diferente daquilo. É uma cadeira diferente, é um modo diferente (EES1).

⁵¹ “O comércio justo é o processo de intercâmbio de produção-distribuição-consumo, visando a um desenvolvimento solidário e sustentável” (COTERA e ORTIZ, 2009, p. 60).

É um nicho de mercado que ajudou a alavancar o EES1 e tem condições de ajudar ainda mais, não só na produção, na comercialização, mas também através do pensamento ético e solidário ao colaborar com a natureza, preservando e contribuindo também para a conscientização dos consumidores.

Um nicho de mercado, que permita que seus membros produzam algo que lhes proporcione boa remuneração. Esta brecha pode ser criada mediante acentuada melhora na qualidade dos produtos tradicionais, invenção de produtos novos ou semi-novos, detecção de demanda nova ou em forte expansão de algo que a comunidade pode vir a produzir ainda, aplicação de processos de produtividade mais elevada em atividades antigas (SINGER, 2004, p. 3).

Esse espaço no mercado pode proporcionar boa remuneração, que é necessária para melhorar as condições socioeconômicas de seus associados, pois esses produtos produzidos de forma ecologicamente correta “estão em alta”, entrando na “moda”.

O grupo EES1 afirma que, através da cadeia produtiva que participa que tem como matéria-prima o algodão ecológico, contribuíram para encontrar esses novos mercados, sem restringir pequenos pedidos, pois, segundo a líder do grupo, posteriormente pode vir uma grande encomenda, além de divulgar a cooperativa.

A J. T. que é um mercado novo que tá se construindo. A gente realmente ampliou bastante, assim, sabe. Outra a gente nunca teve nenhuma restrição. Teu pedido é pequeno, não tem problema, a gente faz o teu pedido pequeno, no mínimo dez peças. A gente atende todo mundo que vier aqui e quiser no mínimo dez peças, a gente atende. Isso não é economicamente viável? É viável sim. Porque na próxima vez que ele vir ele vai vir com cinquenta e vai divulgar com outro que vai fazer 200, então isso a gente tem claro também (EES1).

Esta foi a fórmula que esses empreendimentos encontraram para superar as dificuldades de comercialização de seus produtos, já que esta limitação está presente em 65% (76) dos empreendimentos de Porto Alegre, como apresentam os dados do mapeamento de 2007 (MTE, 2009f).

Os empreendimentos pesquisados apresentaram que as dificuldades no princípio das atividades foram mais impactantes, ampliadas pela falta de uma legislação específica para esses empreendimentos.

5.4.3 A Legislação Enquanto Limitadora dos EES

A legislação está presente no discurso dos empreendimentos solidários, quando apresentam suas dificuldades e suas limitações referindo-se à falta de uma legislação específica para os empreendimentos de Economia Solidária, que contribua para o acesso ao crédito, que ajude na formulação de uma proteção social aos associados, entre outras limitações que ampliam a distância a ser percorrida pelos empreendimentos até sua viabilização.

A questão da legislação é outro grande desafio, afinal não há ainda uma designação jurídica clara para membros desses empreendimentos. A justiça brasileira define cooperativa apenas no ponto de vista da propriedade, não de seu modo de gestão. Há, portanto, brechas legais para distorções, que preocupam os adeptos da Economia Solidária enquanto um projeto político, baseado em princípios coletivistas (SOUZA, 2003, p. 41).

Entre os principais empecilhos que são impostos aos empreendimentos, devido à legislação, está a obrigatoriedade do empreendimento possuir um número mínimo de 20 associados para se formalizar e ser considerada uma cooperativa. Como apresenta a presidenta do EES1: “eu acho um absurdo você ter uma lei que te obrigue a ter 20. Foi o nosso problema. No começo reunimos 19 mulheres. Tivemos que fazer uma segunda reunião, que foi para 35, porque não podia com 19 mulheres” (EES1).

A Lei n. 5764 de 16 de dezembro de 1971⁵² (BRASIL, 1971) apresenta em seu artigo 6º que as sociedades cooperativas são consideradas:

Singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos.

O empreendimento EES1 apresenta que nos últimos anos, no caso do Rio Grande do Sul, seguindo o Código Civil, podem ser formadas cooperativas de apenas 7 pessoas, o que é motivo de muitas discussões nos encontros, fóruns de debates deste segmento. Como apresenta o grupo sobre um pouco da trajetória da cooperativa EES1.

⁵² Disponível em: <<http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/juridico/legislacao/lei5764.asp>>.

[...] essa legislação não tá com nada, assim. Não tá com nada pra nada, não ajuda em nada ainda aqui no Rio Grande do Sul. Até eu fui falar num evento nacional de cooperativismo, mandaram eu ficar quieta, porque eu disse que aqui no RGS a gente faz cooperativas com sete pessoas. Nossa! O pessoal do Brasil inteiro enlouqueceu, assim, o pessoal falou, não, mas assim e tal. O pessoal lá não tá respeitando a lei das cooperativas (EES1).

Além da inexistência de uma legislação específica que oriente todos os empreendimentos de Economia Solidária, pois “a legislação brasileira não atende à regulação de trabalho coletivo, prevalecendo a visão individualista e mais centrada no capital privado” (BARBOSA, 2006, p. 115), o que existe referente às cooperativas parece não ser idolatrado por quem dela participa. Para o EES1 foi uma grande vitória o Estado do Rio Grande do Sul poder respeitar o Código Civil e montar cooperativas apenas com 7 pessoas. Como afirma a presidenta do EES1: “acho que aqui é uma vitória a gente conseguir que aqui no Estado respeitem o Código Civil, que se podem fazer cooperativas com sete pessoas. Aí o pessoal, que não pode, como é que um Código Civil vai passar por cima da lei maior” (EES1).

A dificuldade que os empreendimentos de Economia Solidária têm, com a falta de uma legislação que seja específica para eles, pode ser percebida quando os grupos se deparam com a lei do cooperativismo, através da qual as cooperativas se regem.

Essa legislação afirma que só podem ser criadas cooperativas com 20 associados. O Estado do Rio Grande do Sul já permitiu a criação de cooperativas com 11 pessoas e não com 7, como afirmou a presidenta do EES1. Um exemplo específico, e talvez isolado desse caso, é um grupo de comunicação⁵³ que começou com apenas 11 associados e que hoje já possui 16. O que existe, não só a nível estadual, mas nacional, são projetos de lei (Lei Geral) que têm como proposta regradar as Políticas Públicas para a Economia Solidária⁵⁴. O que está em debate no Conselho Nacional de Economia Solidária, no qual consta a proposta da legislação específica para estes grupos solidários e autogestionários, visando a criação de uma legislação específica, bem como um maior fomento para o desenvolvimento desses empreendimentos.

⁵³ Maiores informações sobre esse grupo encontra-se no endereço eletrônico. Disponível em: <<http://coletivocatarse.blogspot.com/>>.

⁵⁴ No caso específico do Rio Grande do Sul, existe, desde 2003, um projeto tramitando de autoria do Deputado Elvino Bhon Gass, mas que foi vetado pelo então Governador Germano Rigotto.

Essa redução no número obrigatório de associados pode contribuir para formar outras cooperativas. O empreendimento EES1 afirma que, segundo o entendimento deles, muitos setores econômicos podem trabalhar de forma cooperativa com menos associados.

[...] acho que tem muitos setores econômicos que não precisam de mais de cinco pessoas. Aí tu vê, assim, sabe, tem um tipo de profissional que podia ter uma cooperativa de cinco pessoas tocando. Eu acho que não pode ter uma lei que te obrigue a quantos ter, sabe, porque depois se você consegue viabilizar, você vai ampliar, automaticamente você vai ampliar (EES1).

Outro ponto que é apresentado, por ambos os grupos, referente à legislação, são as altas taxas cobradas dos empreendimentos de tributos, como destaca a presidenta do EES1:

[...] Acho que a questão dos tributos é um absurdo que fazem com a gente, sabe. Você ter que pagar PIS⁵⁵ e COFINS⁵⁶ que tem um fim social. Que fim mais social que tem uma cooperativa? Que não tem financiamento público, como são as grandes multinacionais que acabam tendo toda a infraestrutura quando se instalam, isenção de todos os impostos. Sabe, é um absurdo isso, é um verdadeiro absurdo, eu não entendo isso, sabe (EES1).

O questionamento, em especial desse empreendimento, consiste em por que cobrar tributos de cooperativas, sendo que em muitos casos grandes empresas e multinacionais são isentas, ou têm uma redução de impostos significativa. As formas de geração de renda solidária não possuem essa isenção de impostos, os mesmos são cobrados destas pequenas organizações que procuram gerar renda para a subsistência de suas famílias.

[...] É uma dificuldade tão grande isso. Pra fazer uma mudança como a gente tá. A gente paga 11% sobre o cooperado e 20% paga a cooperativa,

⁵⁵ “O Programa de Integração Social, mais conhecido como PIS/PASEP ou PIS, é uma contribuição social de natureza tributária, devida pelas pessoas jurídicas, com objetivo de financiar o pagamento do seguro-desemprego e do abono para os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos. Quando foi instituído, o PIS tinha a finalidade de promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas, viabilizando melhor distribuição da renda nacional. Atualmente o abono do PASEP (funcionários públicos) é pago no Banco do Brasil, enquanto que o abono do PIS (funcionários de empresas privadas) é feito na Caixa Econômica Federal”. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/PIS/PASEP_\(contribui%C3%A7%C3%A3o\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/PIS/PASEP_(contribui%C3%A7%C3%A3o))>.

⁵⁶ “A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é uma contribuição federal, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Sua alíquota é de 7,6% para as empresas tributadas pelo lucro real (sistemática da não-cumulatividade) e de 3,0% para as demais”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Contribui%C3%A7%C3%A3o_para_o_Financiamento_da_Seguridade_Social>.

mas é tudo nosso sabe, sai tudo da mesma fonte, então a lei precisa ser urgentemente modificada com isso, ter um fundo de crédito que acho que vai ajudando a se financiar as próprias cooperativas e a se viabilizarem (EES1).

Como demonstra esse empreendimento, essa contribuição que a cooperativa apresenta através do pagamento de impostos, dificulta o processo de viabilidade do empreendimento, como a associada afirma: “é tudo nosso, sai tudo da mesma fonte e isso reduz as retiradas, as sobras mensais de cada associado”. Como apresenta Barbosa (2006, p. 115), a carga tributária associada com o excesso de procedimentos administrativo-burocráticos dificulta as práticas das unidades produtivas, mesmo que na Constituição Federal, em seus artigos n. 146 e 174, seja registrado o interesse em apoiar o cooperativismo e o associativismo.

Para o EES2 essa falta de legislação implica na dificuldade em acessar financiamentos e participar de licitações envolvendo o poder público estatal. “Não tem. E não é só pra pedir financiamento em banco, é qualquer outro lugar. Até às vezes você vai participar de uma licitação ou alguma coisa assim” (EES2).

A legislação poderia ser alterada também nas repartições públicas estatais, que poderiam rever as formas de inclusão de empreendimentos de Economia Solidária nas licitações públicas, como afirma Pochmann (2004), quando as compras do setor público representam 30% da renda nacional, poderiam contribuir muito para a saída de muitos empreendimentos da forma marginalizada em que vivem.

Para o EES2:

Trocar a legislação, mudar a legislação. E esse negócio do crédito, facilitar o crédito para as cooperativas, que eles alegam que tem risco pras cooperativas, mas o risco para uma empresa do capital também é o mesmo. Têm muitas aí que fazem empréstimo aí e não pagam, então o risco é o mesmo (EES2).

Uma legislação adequada poderia contribuir para com esses grupos de várias formas, entre elas o acesso ao crédito e a redução de encargos sociais, que são um absurdo, segundo a presidenta do EES1, entre outras possibilidades que se abririam para alavancar ainda mais esses grupos de organização alternativa para a geração de trabalho e renda.

Entre os debates sobre legislação está também a questão dos diretos. Para a líder do empreendimento EES1:

[...] o melhor direito de todos que a gente tem, melhor e maior é a segurança de amanhã, sabe, do amanhã que ninguém vai estar te mandando embora. Assim você pode ficar aqui na cooperativa a vida toda. Aqui pode ser todo o teu futuro assim, depende de você sabe, depende de você estar com sua parte e você querer. Então, acho que é essa segurança do amanhã que é algo que ninguém tem que tá no mercado formal (EES1).

Para esse empreendimento, o maior direito é a garantia do amanhã e esse direito existe na cooperativa, segundo a presidenta do grupo, cada associado pode construir para seu futuro que segundo ela não acontece no mercado formal de trabalho, onde uma grande maioria de trabalhadores inseridos em “mercados formais não possuem essa garantia”. Segue essa mesma entrevistada afirmando que “é um direito conquistado pela gente, sabe, e saber que você, fazendo seu trabalho bem feito, vai fazer com que os clientes que hoje trabalham com a gente, que acabam retomando a renda, voltem” (EES1).

Nos empreendimentos pesquisados os associados colaboram com a previdência social através de contribuição por intermédio das cooperativas. O grupo EES1 discute sobre um plano de saúde, no entanto nas palavras da presidenta “a gente já discutiu aqui sobre um plano de saúde e a gente acha que tem que fazer valer o nosso plano universal que nós temos aqui e contribuir para que ele seja bom”.

O grupo EES1 de forma organizada criou um fundo de férias, direito que deveria ser através da contribuição previdenciária, mas enquanto isso, o grupo se organiza para que suas associadas possam todo ano desfrutar de descanso remunerado. “criado assim de forma amadurecida entre todos, 5% da retirada do mês. A gente criou um fundo pra todo mundo ter férias, e demorou quase mais de dez anos pra gente criar ele, assim, pela própria dificuldade financeira” (EES1). Como apresenta a presidenta desse empreendimento, foi uma construção do grupo e todos aprovaram esse desconto dos rendimentos mensais.

[...] nós descontamos 10% de cada costureira no final do trabalho. Nós temos uma caderneta. No final do mês são somados todos os trabalhos da gente, vamos dizer que deu 600 reais, 60 reais é 10%. Esse ano nós mudamos, 5% pra cooperativa e 5% vai para nossas férias. Aí tiramos nossas férias e daí nós temos aquele dinheirinho (A3EES1).

Nas cooperativas o décimo terceiro vem com a divisão das sobras, onde no EES2 a presidenta apresenta que as sobras no final do ano são poucas e que na

maioria dos anos, desde o seu surgimento, são utilizados para fazer reparos em equipamentos e para manter uma sobra para eventuais necessidades.

No EES1, a presidenta afirmou que nos últimos anos sempre tiveram sobras. “Nós temos o nosso décimo terceiro (salário), que são as nossas sobras. É melhor que um décimo terceiro porque depende do tanto que a gente tem, do que a gente está tocando. É o que a gente vai ter de retorno no final do ano. É isso que a gente tem”.

No caso da legislação específica das cooperativas, para entrada e saída, tem as cotas. “quando a gente entrou em 96, nós entramos com três reais que eram as três cotas, hoje já está uma banana. Nem sei certo quanto está agora, mas está uns duzentos e pouco”, como apresenta essa associada do EES1.

A legislação é um debate que ainda merece a atenção de quem está disposto a apoiar essa ideia, e de outros simpatizantes com esses grupos. Para superar esta limitação que pode inviabilizar esses empreendimentos foram criados fundos para garantir alguns direitos para seus associados. Acredita-se que assim os associados estão reproduzindo a lógica da exploração imposta pelo sistema vigente, onde cada um, ou cada grupo é responsabilizado pela sua reprodução. Acredita-se, também, que nestes espaços de discussão internos dos empreendimentos, ou no FBES, se possa, juntamente com a política pública da Economia Solidária, aprovar uma legislação que contribua em todas essas inviabilidades desses grupos, melhorando na comercialização, no acesso ao crédito e principalmente na garantia de direitos para esses associados.

A contradição está presente neste ponto da legislação e dos direitos em gerais dos associados, pois, como destaca Couto (2004), com a Carta Constituinte de 1988, conhecida também como a Constituição Cidadã, o Estado seria o principal responsável pela garantia dos direitos de seus cidadãos, ou seja, através das políticas sociais diversas e do sistema de seguridade social. O que acontece, em especial no empreendimento EES1, é que o próprio grupo se organiza para garantir alguns “direitos”, como férias remuneradas, 13º salário, entre outros. Pode-se analisar, assim, que esses empreendimentos seguem a lógica idealizada pelo aporte teórico neoliberal, que repassa para os próprios sujeitos a obrigação de sua auto-reprodução e a garantia desses “direitos”.

Para Barbosa (2007), esta cultura do autoemprego é uma manifestação positiva, porém reduz a pressão de assistência sem contrapartida. Os grupos são

considerados normais e ficam sem a devida avaliação do que essas práticas acarretam. Por estar fora do mercado formal e regulado de trabalho, esses empreendimentos não contam com toda a proteção social que os trabalhadores com carteira assinada possuem.

As limitações relacionadas à legislação ainda não foram superadas por esses empreendimentos, mas estes estão na luta. Entre outras dificuldades encontradas pelos empreendimentos, como já destacado, está o acesso ao crédito.

5.4.4 O Acesso ao Crédito

Os empreendimentos de Economia Solidária, de modo geral, possuem dificuldades para acessar linhas de crédito, financiamentos, entre outras formas de obter empréstimos, quando começam a desenvolver suas atividades coletivamente. Nos grupos pesquisados não foi diferente. Pode-se perceber o que impossibilitou o acesso ao crédito para alavancar o empreendimento, como apresenta a presidenta do EES1:

A gente até buscou, mas não foi possível conseguir. Quando a gente buscou, a Caixa Econômica Federal queria que a gente se transformasse numa micro-empresa, para fazer um crédito tipo solidário entre um e outro e tal. A gente disse não, então vamos procurar em outro lugar, mas a gente não vai abrir mão da estrutura jurídica que a gente tinha criado. Então fui muito mais com entidades com retorno, como é também na sede aqui, do que em bancos ou coisas assim (EES1).

Na primeira tentativa de buscar crédito, os associados foram limitados pela questão burocrática, pois os órgãos que dispõem de linhas de crédito exigiam a mudança da estrutura jurídica da cooperativa. Além de ser uma organização pública estatal que obtinha condições de disponibilizar linhas de crédito para esses empreendimentos solidários, exigiam garantias às quais a grande maioria dos empreendimentos não dispõe, especialmente quando estão iniciando suas atividades.

Não. Qual é a garantia que a gente ia dar? A gente não tinha nada, era só nós. Nós não tínhamos nada. Hoje o gerente do Banco do Brasil vem aqui, não precisa nós ir lá. Eles vêm aqui, sabe, hoje não, pode dar o prédio.

Também a gente tem coisas concretas pra dizer, mas é um problema. É muito sério, sabe, quando a gente tá mal não tem ninguém (EES1).

Há falta de linhas de crédito específicas para a Economia Solidária e há falta de garantias, como apresenta esse empreendimento, no entanto, após o grupo obter alguma garantia, quando o grupo é constituído juridicamente, tendo um mercado formado, os gerentes dos bancos os procuram, como apresenta a presidenta do EES1.

A solução para esse empreendimento foi buscar projetos com retornos financeiros encontrados em outras entidades de apoio, os quais serão apresentados com maior destaque posteriormente. “[...] a gente teve apoios, [...] a gente buscou projetos com retornos financeiros e a gente assumiu os retornos e pagou os retornos” (EES1). Foi através de apoios com retornos financeiros em outras entidades que o grupo EES1 conseguiu inicialmente superar esta dificuldade de acesso ao crédito.

O grupo EES2 afirmou que obteve crédito através do programa Caixa RS⁵⁷, contemplando que a dificuldade em acessar o crédito é a burocracia. “Mas a burocracia é braba, porque com a papelada que foi pedida não teve problema nenhum”. Hoje já está quitado este empréstimo. No entanto, ainda falta capital de giro e crédito para dar continuidade ao grupo, como em 16.698 grupos em todo o Brasil, 1396 no Rio Grande do Sul e dos 116 de Porto Alegre 76 precisam de financiamento (SIES, 2009).

A falta de crédito, de capital de giro para os empreendimentos de Economia Solidária, pode ser amenizada através da ampliação de empreendimentos do mesmo segmento, em especial das cooperativas de crédito.

Em sua origem, a cooperativa de crédito não é um intermediário financeiro, como são os bancos e as companhias de seguro, por exemplo, mas uma associação de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso ao crédito, mediante o financiamento mútuo (SINGER, 2002a, p. 67).

⁵⁷ A geração de emprego e de renda é um dos principais fatores de estímulo ao desenvolvimento sustentável do país. A CAIXARS nasceu justamente com o objetivo de incentivar o crescimento econômico, promovendo a inclusão social. Tais princípios são a base de todas as ações desenvolvidas pela CAIXARS, que torna mais acessíveis as linhas de crédito e o financiamento às empresas de todos os portes e nos mais variados setores da economia. Dessa forma, é possível colocar em prática projetos que contribuem para a abertura de novos postos de trabalho e proporcionam maior qualidade de vida aos gaúchos. Disponível em: <http://www.caixars.com.br/detalhe.php?acao=inst_historico>. Acesso em: 20 out. 2009.

Para o grupo EES1, a grande saída para esses empreendimentos que necessitam de crédito é a união de cooperativas, ou seja, associados que possam formar essa cooperativa que disponibiliza crédito solidário para o desenvolvimento dos empreendimentos. “Olha, existem já várias iniciativas de cooperativas de crédito. Acho que é bem interessante, que talvez seja a grande resposta que a gente vai encontrar, assim. Criar alternativas de crédito” (EES1).

A alternativa de acesso ao crédito que é apresentada por esse grupo, através da criação e do fortalecimento de cooperativas de crédito já existente, é igualmente questionada pelo próprio grupo, como apresenta a presidenta do ESS1:

[...] mas ao mesmo tempo é sacana isso sabe, porque ó, porque assim ó, tu pega um banco público tá, qualquer um que seja, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDS, é um banco público, é um dinheiro público, então esse dinheiro, ele vai ficar pros grandes, é isso? Porque então a gente vai organizar um outro caixa aqui fruto do meu, do teu, do dinheiro de cada um pra gente se financiar. É incrível isso também, é uma coisa que te deixa indignado (EES1).

A “indignação” desse grupo consiste justamente na presença de grandes sobras, de grandes excedentes de dinheiro público que ficam em poder dos grandes bancos, enquanto as pequenas organizações precisam juntar as suas sobras e criar uma base econômica que possa se autofinanciar e contribuir com outros empreendimentos.

Uma alternativa também a esses empreendimentos seria recorrer aos bancos populares, como é caso da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeras (BANCO PALMAS⁵⁸). Está presente aí uma ambiguidade, pois o Estado é que deveria apoiar estas iniciativas com fim social, disponibilizando esses créditos necessários para a criação desses grupos de geração de renda, como é o caso do EES1, que procurou outras fontes, até mesmo no exterior, de onde vieram recursos especialmente para a construção da sede da cooperativa.

⁵⁸ Um caso conhecido em todo o Brasil de Banco Popular é o Banco Palmas. Esse banco teve início na segunda metade da década de 90 e surgiu através de uma avaliação da própria associação frente às limitações do processo de urbanização da localidade, onde com as benfeitorias urbanas realizadas estava expulsando moradores daquela localidade. Sendo assim, essa associação começou a desenvolver ações de geração de renda com preços mais competitivos, disponibilizando pequenos empréstimos, não se baseando nos programas governamentais de juros altos e avalistas como garantia (BARBOSA, 2007). Hoje o Banco Palmas já disponibiliza, para vários grupos dentro da própria comunidade, o crédito solidário. Através da moeda palmas fortalece várias cooperativas, de confecção, de produção de materiais de higiene, entre outros. Disponível em: <http://www.bancopalmas.org/pt/conheca_nos.html>.

5.5 A VIABILIDADE ECONÔMICA DOS EMPREENDIMENTOS SEGUNDO A COMPREENSÃO DE SEUS ASSOCIADOS

A viabilidade⁵⁹ dos empreendimentos é umas das discussões de maior “sensibilidade” dentro da própria Economia Solidária, principalmente pelas grandes limitações que os grupos encontram para desenvolverem suas atividades e se tornarem viáveis. Quando se fala em viabilidade, a econômica predomina nos debates e nos questionamentos dos atores inseridos nestes espaços, no entanto, não é só essa viabilidade que aparece nos empreendimentos

Uma qualidade importante dos empreendimentos solidários em seu caráter multifuncional, bem como em sua vocação em atuar simultaneamente nas esferas econômica, social e política e agir concretamente no campo econômico ao mesmo tempo que interpelam as estruturas dominantes (GAIGER, 2009, p. 183).

Essa discussão sobre a viabilidade ou a inviabilidade dos empreendimentos perpassa por alguns caminhos demarcados por contradições. Pode-se destacar o que apresenta Barbosa (2007), onde a mesma apresenta pesquisas que mostram que existe uma tendência de quanto mais cooperativo o processo de trabalho, maior é sua debilidade financeira, e quanto mais há a viabilidade econômica, se tem menos o solidarismo, o que aproxima esses grupos solidários da forma capitalista de trabalhar. O grupo, possuindo um alto nível de solidariedade, para muitos atores e pesquisadores, não consegue atingir um nível de sustentabilidade econômica como os grupos que têm uma aproximação da gestão de empresas capitalistas. Isso pode acontecer nos grupos que ainda têm em seu quadro de associados pessoas que ainda estão muito próximas do processo de gestão empresarial. Destaca-se que nos grupos pesquisados, a solidariedade está presente, e que são grupos que seguem os princípios da economia solidária e que possuem uma viabilidade socioeconômica, como apresentam os dados anteriores e o que serão apresentados posteriormente.

Os empreendimentos pertencentes a esta pesquisa, quando indagados sobre a existência de viabilidade, afirmaram que no entender deles existem vários fatores

⁵⁹ Para a grande maioria é a conquista de um grau mínimo de viabilidade econômica do empreendimento, em que em última instância determina a opção por permanecer naquele espaço produtivo, não voltando a procurar um posto no mercado formal de trabalho (TIRIBA, 2000, p. 223).

que necessitam ser avaliados e que não se deve focar apenas a viabilidade econômica, como apresenta a presidenta do EES1:

[...] Eu acho também que essa viabilidade não pode ser só um olhar, assim, vou ver se ela é viável economicamente. O economicamente tem muito viés. Eu acho que por muito tempo se olhou economicamente, estatisticamente. Teu faturamento é X, sabe. Ele não é. Não dá pra fazer só uma viabilidade matemática, tem muitos fatores que estão em jogo pra você dizer se ele é viável ou não (EES1).

Como apresenta a associada e líder do empreendimento EES1, a viabilidade desses empreendimentos não pode ser analisada apenas economicamente, mesmo sendo a principal, ou matematicamente mais importante, expressão que a própria associada utilizou, deve-se levar em conta fatores sobre todas as possibilidades de participação, de organização, da reinserção, que em muitos casos proporciona a seus associados. Como apresentam os autores Carvalho e Pires (2004, p. 204), “[...] existem organizações nas quais a atividade econômica não é a finalidade do empreendimento, mas sim o meio de se atingir o desenvolvimento humano”.

A Economia Solidária não pode ser vista apenas como um movimento econômico. Sua associação funda-se a outros movimentos sociais que buscam a melhoria de qualidade de vida da população em geral (THESING e JULIANI, 2008, p. 19).

Atingir a viabilidade através da autogestão encontra caminhos mais árduos, pois em muitos casos a fragilidade financeira prevalece. Icaza (2004), em suas pesquisas, apresenta que “aqueles que incorporam formas cooperativas e autogestionárias de organização do processo de trabalho, tendem a funcionar com uma permanente fragilidade financeira e sem muitas perspectivas de superá-la” (ICAZA, 2004, p. 43).

Essa dificuldade aparece, especialmente, no princípio dos grupos, como apresenta o EES1:

Olha, é muita paciência, assim. Se alguém acha que pode montar um grupo e ele se viabilize. Que no segundo ano, tá, se viabilize, que tem viabilidade econômica, vamos fazer um estudo de viabilidade econômica. Quando a cooperativa tinha três anos, e nós já estávamos bem, sabe, tu, sabe, nós vivermos tudo isso e depois tu chegar o momento que tu conseguir um prédio público⁶⁰ (EES1).

⁶⁰ Esse prédio público que a associada se refere é o espaço cedido pela Prefeitura Municipal, uma sala dentro da Incubadora de Economia Solidária do Município.

A autogestão é o diferencial nesses empreendimentos que possibilita a participação de todos, não só no desenvolver das atividades, como na gestão do grupo. Traz, muitas vezes, implicações e um retardamento na viabilização dos empreendimentos, justamente pela falta de conhecimento de seus associados da sua importância para o grupo e pela relação patrão-empregado que está muito presente na realidade dos sujeitos que se inserem nesses espaços de geração de trabalho e renda.

Os trabalhadores, acostumados à relação patrão-empregado, frequentemente têm dificuldades de adaptar-se à nova realidade, em especial aqueles que já tinham um cargo maior de autoridade e, de uma hora para outra, se veem iguais a todos os outros (ANTEAG, 2000, p. 55).

Para que os grupos de Economia Solidária possam atingir a viabilidade econômica necessária para a sustentabilidade e, conseqüentemente, para todos que direta ou indiretamente pertencem a esses empreendimentos, e depois uma “viabilidade social”, que são as outras possibilidades de inserção social que os empreendimentos necessitam, no sentido estratégico da viabilidade, como apresenta o EES1:

[...] A gente precisa muito de uma ajuda no sentido estratégico da viabilidade. Isso eu acho que ninguém está nos ajudando a fazer, sabe. A viabilidade do ponto de vista estratégico. A dizer, assim, olha, não. E isso nós já nos perguntamos, assim, sabe. Hoje a gente já se perguntou, assim, será que a [...] ela tem viabilidade pra ficar a vida toda, pra ficar atendendo pedidos? (EES1).

Para que os empreendimentos solidários possam ser viáveis, em especial esses empreendimentos que têm o setor de confecção como atividade econômica principal, necessitam acompanhar as transformações, pois, como afirma o EES1, o “mundo vai evoluindo. Pode chegar num momento que ela não tenha viabilidade. Por isso que a gente construiu a Justa Trama, porque é outro corte, é outro viés, sabe, que vai ajudar a dar viabilidade a longo prazo à cooperativa e a outras cooperativas também”.

Para o grupo EES2, segundo a sua presidenta, a viabilidade é atingida quando o empreendimento gera renda o suficiente para manter-se e quando seus associados adquirem condições de garantir suas necessidades básicas.

Para encontrar e manter a viabilidade é necessário, como já destacado, que se procurem novos espaços, em especial de comercialização, abrindo novos mercados, inovando, como apresenta o EES1:

[...] Porque pode chegar realmente um dia que a gente não consiga mais atender, as escolas deixem de fazer uniformes, as empresas pensem uma outra forma, assim como teve momentos de ameaças para as coisas que vieram de fora e tal. Então, cada vez mais você tem que ir abrindo outros mercados, indo inovando, sabe. Aí a gente lançou uma coleção de camisetas que era a cara de Porto Alegre, inovando um outro mercado. Então acho que isso a gente tem que ter o tempo todo (EES1).

Encontrar novos mercados ajuda na ascensão e na manutenção da viabilidade desses empreendimentos, que pode ser ampliada, pois necessitam de assessoria para elaborar novos produtos e novos espaços de comercialização.

Como apresenta a presidenta do EES1, para atingir a “baita viabilidade” é necessário encontrar “nichos” de mercado, espaços ainda não explorados ou pouco explorados pelo mercado capitalista, espaços esses que são fundamentais para que haja viabilidade econômica. A área hospitalar, como destaca esse empreendimento, ainda é um setor que pode ser mais “explorado”, utilizando-se das vantagens das fibras ecológicas, com a qual o grupo desenvolve a grande maioria de seus produtos.

Os espaços públicos estatais, bem como a participação dos espaços de manutenção e recuperação da saúde podem entrar na lista de consumidores de produtos que são confeccionados ou produzidos de forma ecologicamente correta, contribuindo assim com estes sujeitos que se organizam de forma diferenciada. Atingir a viabilidade perpassa, assim, pela colaboração de todos que cercam esses grupos e pelo consumo ético e solidário. “A viabilidade dessa alternativa pós-capitalista depende da difusão do consumo solidário, revestimentos coletivos de excedentes e da colaboração solidária entre todos” (MANCE, 2003, p. 220).

No caminho percorrido pelos empreendimentos para atingir a viabilidade, o apoio externo pode contribuir positivamente ou negativamente para o grupo, como apresenta o EES1:

[...] Quando a cooperativa tinha três anos, o SEBRAE veio e fez uma avaliação que não era um empreendimento viável. Hoje a gente tem o maior orgulho de contar e dizer olha a gente tá aqui, sabe. Porque eu acho que é isso, sabe, a gente tem que ter uma paciência. E uma paciência que é difícil da gente ter, porque a gente quer as coisas pra logo. É difícil pra quem

avalia de fora, é difícil pra quem tá dentro tocando. A gente quer que as coisas deem certo, mas às vezes não vai, e às vezes é hora de começar (EES1).

A presença de agentes apoiadores externos pode, muitas vezes, prejudicar o empreendimento, como nesse caso específico, onde o SEBRAE⁶¹ fez um estudo de viabilidade econômica no empreendimento utilizando apenas dados estatísticos, segundo a informação da presidenta do EES1. Este serviço constatou que o grupo não possuía viabilidade. Essa é uma ação que pode desmobilizar estes sujeitos que, muitas vezes, não têm outra forma de geração de trabalho e renda para a sua subsistência. Esse grupo, através da “paciência”, conseguiu hoje provar que a organização do empreendimento atingiu um nível de sustentabilidade e viabilidade.

O caminho até atingir a viabilidade passa por muitos percalços e, muitas vezes, só é possível através de apoios/assessorias, como apresenta o EES1:

Eu acho que tinha que ajudar a viabilizar, sabe. É difícil ter que dizer para as pessoas que tem que passar por tudo que a gente passou para estar aqui. É importante ter equipamentos, é importante ter acompanhamento do empreendimento, ajudar a perceber, assim, iniciativas estratégicas assim, porque a maioria dos empreendimentos eles começam fazendo [...] (EES1).

O grupo EES1 apresenta que uma das dificuldades de muitos grupos se viabilizarem economicamente é pela falta de tecnologia “dura” e tecnologia “social”, como é o caso dos grupos de artesanato. “o que você sabe fazer é artesanato. O grupo começa com artesanato e fica a vida inteira com um empreendimento inviável, porque não existe um mercado pra aquilo ali” (EES1). Muitos grupos, como os de artesanato citados pela associada do grupo EES1, necessitam de apoio tecnológico para desenvolver suas atividades com maior qualidade. Esse apoio tecnológico pode ser tanto no sentido de equipamentos, como na qualificação de seus associados.

Desta forma, agilizando o desenvolvimento das atividades, os grupos poderão, de forma mais intensa, atingir e manter a sua viabilidade socioeconômica. A demora no retorno, em especial financeiro, faz com que muitos associados saiam dos grupos, enfraquecendo a base de sua organização.

[...] A partir de uma experiência. Por isso eu acho que tem que ter uma caminhada. Eu espero que essa caminhada não signifique também, pela

⁶¹ Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas.

demora das coisas andarem, não signifique o desistir de muita gente dessa proposta alternativa (EES1).

Os grupos, tendo viabilidade, crescem também em suas posições, podendo contribuir para as discussões da Economia Solidária, como apresenta o grupo EES1: “[...] quando você cresce na viabilidade econômica você cresce também nas suas posições e você pode chegar e bancar”. Essas posições, adquiridas após o empreendimento ser considerado viável, permitem um maior “poder” frente às organizações que os rodeiam, poder este que pode contribuir para ajudar na propagação dessa nova alternativa de geração de renda solidária e autogestionária. Além de permitir, também, espaços em ambientes onde essas alternativas ainda não estão completamente inseridas, como nas linhas de crédito, nas políticas públicas, em espaços comerciais que possibilitem um maior acesso destes produtos a toda a população, entre outros lugares que podem ajudar na distribuição dessa ideia.

Os grupos de Catadores, em sua maioria, são grupos que necessitam de mais tempo para atingirem a viabilidade, principalmente econômica, por ser um setor em que há muitos atravessadores e pouco valor agregado em seus produtos.

[...] Descobrir produtos que possam agregar mais valor. Chega de a gente estar criando galpões de reciclagem que junta lixo da rua. Compacta o lixo e entrega para o atravessador. O atravessador continua ganhando um monte de dinheiro, sabe, e a gente não consegue sair pra juntar o lixo da rua, ou então de separar eles só (EES1).

Para o grupo EES1, para que um empreendimento tenha viabilidade, em especial os considerados autogestionários, é importante não recuperar empresas em que o capital já explorou tudo, sendo que é o que acontece em muitos casos, como apresenta esse empreendimento que afirma: “gastamos um monte de energia pra concluir daqui mais uns anos que ela não tem viabilidade mais no mercado porque aquele produto deixou de ser feito [...], não vamos insistir na máquina de datilografia, perceber esse produto, ter esse olhar estratégico”. Nas palavras dos associados desse grupo, não apenas de sua liderança, mas nos demais entrevistados, percebe-se que a viabilidade do empreendimento passa pela criação de novos produtos, de novos espaços de comercialização e, principalmente, não seguir por caminhos que o mercado capitalista já explorou.

Além disso, a escolha dos produtos dos empreendimentos, quando não tem com quem trocar ou comercializar, com a pouca tecnologia que muitos grupos dispõem, também inviabiliza esses empreendimentos.

[...] Não adianta continuar com um produto quando o mundo já foi para um outro caminho. Então, isso eu acho que é difícil, como eu acho difícil disputar no mercado um produto igual que já tem no mercado. Mesmo na área da confecção, como que você vai disputar a modinha que tem no mercado? É muito desigual. Você tem que estar muito forte pra encarar uma disputa dessas, mas você pode criar uma outra moda, sabe, com um produto diferenciado, com uma fibra diferente, e aí você vai para o mercado com um produto diferenciado e não disputando com um igual (EES1).

A importância, nesses espaços de apoiadores que disponibilizam de capacidade técnica, assessoria, é ter auxílio de políticas públicas e todos os órgãos e atores interessados em divulgar e apostar nessa ideia como sendo uma grande alternativa de geração de trabalho emancipado e renda. Esse auxílio é necessário para trilhar novos caminhos e fortalecer esses grupos diferenciados.

[...] Tem que ter alguma política pública que agregue valor para esses trabalhadores, que dê dignidade para esse tipo de trabalho, e isso eu acho que o governo tá muito longe disso, sabe. Eu acho que a gente tem que ir para as escolas, ir para as universidades, buscar onde tem esses conhecimentos pra que a gente possa realmente ter uma valorização desse trabalho (EES1).

A importância dos grupos compreenderem o caminho da viabilidade, de encontrarem novas estratégias para o seu fortalecimento é fundamental para que esses grupos possam se tornar viáveis. Para os grupos pesquisados encontrarem novos mercados, para idealizarem novos produtos, se tem a necessidade de um apoio externo contribuindo para o desenvolvimento do grupo e para a efetivação dessa sustentabilidade.

A assessoria aos empreendimentos de Economia Solidária é fundamental, segundo os grupos. Mesmo ainda incipiente, já dá seus primeiros passos através de várias entidades, entre elas as universidades, as organizações não-governamentais, a SENAES, etc.

5.5.1 O Processo de Apoio/Assessoria

A presença de apoio externo aos empreendimentos de Economia Solidária é fundamental para quase todos os grupos existentes no Brasil, não sendo diferente nos grupos pertencentes a esta pesquisa. O grupo EES2 tem a contribuição da OCERGS⁶² na disponibilização do espaço físico em forma de comodato.

Destaca-se, assim, a importância desta entidade para a viabilização do grupo, pois se este necessitasse pagar aluguel, ele poderia se tornar inviável, já que os valores de locações de imóveis em cidades metropolitanas como Porto Alegre são altos. O grupo utiliza esse espaço como sede da cooperativa e como espaço para uma parte da produção e de toda a comercialização dos produtos.

Já o EES1 teve este tipo de contribuição apenas nos primeiros anos da cooperativa, ocupando um espaço, uma sala disponibilizada pela Incubadora Social da Prefeitura. Obteve também, nesse mesmo período, assessoria de outras entidades de apoio. Cabe destacar que as entidades de apoio ou fomento são:

[...] Como o próprio nome sugere, são estruturas organizadas dedicadas à assessoria dos empreendimentos econômicos solidários. Tais entidades podem ser organizações não-governamentais com tradição no trabalho de organização popular ou de assessoria dos movimentos sociais, podem ser ONGs, podem ser estruturas organizativas ligadas a universidades ou centro de programas e pesquisas de extensão ou estruturas de coordenação de redes (FILHO, 2007, p. 165).

A presença inicial do apoio da Incubadora Social foi fundamental para o desenvolvimento desse empreendimento. As Incubadoras Sociais estão presentes em universidades e espaços públicos estatais. Apenas o grupo EES1 foi assessorado pela Incubadora da Prefeitura do município, sendo que a assessoria foi apenas a de ceder um espaço para a organização do grupo. Destaca-se, no entanto, que as Incubadoras Sociais têm ou deveriam ter uma função maior, que seria

⁶² A OCERGS é a entidade de representação política do Sistema Cooperativista do Rio Grande do Sul, sucedendo a ASCOOPER - Associação das Cooperativas Sul-Rio-Grandenses (1956). Em 1971, com a Lei n. 5.764 "Lei das Sociedades Cooperativas", que criou a OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, passou a denominar-se OCERGS - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. É constituída por uma Assembleia Geral, um Conselho Deliberativo representando os ramos do cooperativismo gaúcho, um Conselho Consultivo, integrado por três Presidentes de cooperativas singulares de cada uma das 22 regiões, além de um Conselho Fiscal e um Conselho de Ética integrados por representantes de todos os ramos. Disponível em: <<http://www.ocergs.com.br/>>.

através de equipes interdisciplinares, entre eles o Assistente Social, prestarem todo o tipo de assessoria que um grupo necessita.

O apoio dessa incubadora foi apenas o espaço físico para que esse grupo pudesse comercializar seus produtos, entretanto foi fundamental para a caminhada do grupo.

A incubadora não era isso que você conheceu, tá. Incubadora aqui era um espaço pra gente tá trabalhando. Ela não conseguia fazer nenhuma assessoria, e a gente não cobrava, sabe, porque a gente precisava mesmo de um espaço. Por esse jeito da gente trabalhar, a gente achava que a gente ia conseguindo ir construindo todas as outras necessidades que a gente tivesse (EES1).

As Incubadoras Sociais⁶³ possuem vários tipos de assessoria, com profissionais qualificados, os quais podem e devem contribuir em todo o processo de viabilidade dos empreendimentos. As entidades de apoio e fomento, em sua maioria são entidades que possuem uma base profissional altamente qualificada. Elas são, de certo modo, a parte da sociedade civil que possui uma maior organização em institucionalização dentro da área da Economia Solidária.

No caso do EES1, a Incubadora Social apenas cedeu uma sala⁶⁴, a qual foi utilizada para espaço de comercialização. A cooperativa passou a ter uma sede própria, onde estavam expostos para comercialização os seus produtos. Neste período, segundo a presidenta do EES1, era tudo o que a incubadora poderia fornecer e o grupo não cobrava mais do que isso. Destaca-se neste ponto que o apoio que os empreendimentos de Economia Solidária necessitam para caminhar no sentido de sua viabilidade muitas vezes é grande, e não apenas uma sala⁶⁵.

Entretanto, cabe destacar que esses empreendimentos podem ter um apoio/assessoria muito mais amplo do que uma simples sala, pois essas incubadoras, como já abordado, possuem uma boa qualidade técnica, com equipes

⁶³ “As cooperativas individuais e, mais especificamente, as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPS), cumprem papéis de extrema importância no campo da Economia Solidária. Primeiramente elas capacitam os empreendimentos, tirando muitos deles da informalidade e da precariedade e propiciando uma renda digna a seus participantes. Um segundo papel é o de articular novas políticas públicas no campo da geração de trabalho e renda” (FILHO e CUNHA, 2009, p. 224).

⁶⁴ “As instalações das incubadoras não abrigam as iniciativas incubadas, à exceção de alguns casos de incubadoras públicas” como é o caso específico do EES1 que em comodato ocupou uma sala da Incubadora Social da Prefeitura para montar a sede da cooperativa (FILHO e CUNHA, 2009, p. 224).

⁶⁵ A Incubadora Social que contribuiu com o grupo EES1 apenas obteve condições de disponibilizar uma sala, um espaço físico da própria Incubadora, para o grupo se organizar. No entanto, destaca a presidenta do empreendimento, eles queriam apenas isso da Incubadora.

multidisciplinares que podem, através da tecnologia social, contribuir na organização e na mobilização desses grupos de geração de renda, potencializando os grupos a serem viáveis.

Elas necessitam de apoio para se mobilizar e organizar, para tomar consciência de suas potencialidades econômicas e para selecionar, entre diferentes alternativas, as atividades econômicas que irão desenvolver para alcançar níveis crescentes de bem-estar” (MTE, 2009g).

Após esse primeiro apoio recebido, o grupo EES1 foi fomentado também por outras entidades, entre elas ONGs, fundação luterana, Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) com um projeto que possibilitou melhorias na cooperativa, entre outras, como destaca a presidenta: “o COEP, a CÁRITAS. A gente fez um projeto com retorno, e a gente tem hoje uma integração muito grande, assim, um crescimento” (EES1).

Essa é a importância de um apoio e depois a permanência de uma integração entre esses empreendimentos e seus apoiadores. É necessário também analisar nesse momento o que corresponde a cada uma dessas entidades que tem contribuído com a Economia Solidária, mais especificamente com o EES1. A CÁRITAS Brasileira é uma instituição ligada à Igreja Católica, fazendo parte da rede da CÁRITAS Internacional. A sua função é dar sustentação às ações sociais da igreja, que está organicamente ligada à CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil]. Em Brasília tem seu secretariado nacional que coordena uma rede de CÁRITAS Diocesanas e Regionais. “A CÁRITAS desenvolve suas atividades com fundos gerados no Brasil pela campanha de solidariedade, que é permanentemente, com fundos doados e outras instituições confessionais [...] voltada para a cooperação internacional” (SINGER, 2002b, p. 116).

A CÁRITAS Brasileira tem fomentado muitos empreendimentos de Economia Solidária, entre eles estão cooperativas de alimentação, como pequenas padarias, e de confecção, como é o caso da EES1. Esta rede católica contribui em especial com apoio financeiro, através dos chamados financiamento a fundo perdido ou com baixos juros, os quais os empreendimentos têm a possibilidade de acessar.

Além da CÁRITAS, o grupo EES1 recebeu também apoio da UNISOL e teve um crescimento muito grande, como apresenta a própria presidenta da cooperativa de confecção:

[...] a gente teve um crescimento muito grande participando da UNISOL. A gente participa da Direção nacional da UNISOL. Eu faço parte da executiva da UNISOL, que acabou nos integrando com outros empreendimentos, fazendo intercâmbio com outros empreendimentos, conhecendo. No encontro nacional de empreendimentos foram pessoas da cooperativa. Nos encontros da UNISOL a cooperativa participa, então, tem um momento de crescimento dessa participação (EES1).

A UNISOL⁶⁶ Brasil (União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil) é uma associação civil sem fins lucrativos, de natureza democrática, em todo o âmbito nacional, onde tem como fundamentos defender a classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho, em busca de uma sociedade democrática e mais justa. A UNISOL tem por objetivos agrupar entidades, empresas coletivas com o intuito de contribuir efetivamente na melhoria socioeconômica, gerando trabalho e renda com dignidade.

A ligação da cooperativa à rede UNISOL possibilitou a integração da cooperativa com outros empreendimentos de Economia Solidária. Este agrupamento e a troca de experiências entre empreendimentos que lutam com o mesmo objetivo é fundamental para que esses empreendimentos possam ser considerados viáveis. Esta participação, mesmo sendo apenas da presidenta, como integrante da diretoria da UNISOL, sempre tem a contribuição de todos os associados interessados em participar deste espaço de discussão.

No sentido de formação de seus associados, a presidenta do empreendimento EES1 afirmou que a AVESOL (Associação do Voluntariado e da Solidariedade) contribuiu muito. “A AVESOL também tem um momento bem legal, de formação. Cada vez vai uma pessoa diferente”. Percebe-se que nesse grupo,

⁶⁶ A UNISOL tem por objetivos “Promover o desenvolvimento da chamada Economia Solidária, por meio do incentivo e apoio às iniciativas já em curso, bem como gerar novas iniciativas que resultem na criação de novos postos de trabalho e renda para os trabalhadores e pessoas em situação de exclusão. Fortalecer os princípios do cooperativismo autêntico e da Economia Solidária, por meio da prática cotidiana da participação democrática, da intercooperação e da aglutinação das forças em prol do interesse comum dos sócio-trabalhadores. Suscitar o debate - em âmbito nacional, regional, estadual e local - quanto às necessidades de modificações nas legislações correlatas à Economia Solidária e ao cooperativismo, influenciando nos respectivos legislativos para a adequação à atual realidade, bem como para a criação de mecanismo de incentivo, fomento e de apoio, concernentes aos interesses de toda a sociedade brasileira. Dar representação política aos empreendimentos e às cooperativas como agentes de influência efetiva, promovendo a atuação conjunta, ampliando a participação e o desenvolvimento econômico e social como elementos fundamentais para a real inclusão dos trabalhadores e para a democratização dos meios de produção, do trabalho e das relações sociais”. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/conteudos/unisol/oqueeh.wt>>.

além da preocupação em participar dessas entidades, das redes solidárias, o grupo prioriza a participação de todos os associados nesses espaços.

A AVESOL⁶⁷ tem como objetivo construir estratégias concretas para uma transformação social e para o fortalecimento de redes solidárias (AVESOL, 2009). Essa organização é outro espaço de discussão em nível nacional que pode fortalecer os grupos solidários e que tem a preocupação ambiental.

Outra importante fomentadora de empreendimentos de Economia Solidária, que assessorou o grupo EES1, é a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)⁶⁸. Essa agência “vem consolidando suas ações na promoção da Economia Solidária e no desenvolvimento sustentável para o fortalecimento e constituição de cooperativas e de empreendimentos coletivos solidários como um meio de gerar trabalho e renda”, para os sujeitos que encontram nestas formas alternativas uma forma de inserção social (ADS, 2009).

Entre esses órgãos fomentadores da Economia Solidária, um dos principais nesses últimos anos no cenário nacional é a SENAES. No entanto, com estes dois grupos pesquisados essa contribuição ainda não chegou, como apresenta a presidenta do EES1:

Nesse ponto eu acho que tá muito longe ainda, sabe. Tem o mapeamento pra gente se olhar o que a gente é. Financiamento, isso a gente sente muito, sabe. Às vezes tem financiamento de um monte de dinheiros para algumas coisas e às vezes tem empreendimentos que se pudessem ter recursos (EES1).

⁶⁷ “A AVESOL tem por finalidade o desenvolvimento da cultura da solidariedade e do voluntariado; a promoção da ética, da paz, da justiça social, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia, da educação ambiental, de valores transcendentais e universais; o desenvolvimento humano solidário e sustentável; apoio a iniciativas comunitárias de geração de trabalho e renda com famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade; promoção e apoio de projetos culturais que propiciem o desenvolvimento social e o exercício da cidadania. Para cumprir o papel ao qual se propõe a AVESOL organiza suas atividades através de Programas: Comunidade Produtiva, Fundo Solidário e Ação Voluntária. O Programa Ação Voluntária – Construindo um mundo melhor – tem como objetivo promover, formar e organizar um voluntariado que participe de projetos sociais no local, nacional e internacional. O Programa Fundo Solidário – Fortalecendo organizações populares – tem como objetivo fortalecer grupos comunitários e movimentos sociais, através de apoio a pequenos projetos/movimentos sociais, que visam a auto-sustentação e a melhoria da vida da população desfavorecida. O Programa Comunidade Produtiva – Geração de trabalho e renda unindo as comunidades – tem como objetivos promover a Economia Popular Solidária, criando redes solidárias entre os grupos e as comunidades e reforçar a autonomia, capacidade de iniciativa e a sustentabilidade de associações populares voltadas para gerar renda e trabalho”. Disponível em: <<http://www.avesol.org.br/page/Avesol-Missao.aspx?t=ul-hAvesol>>.

⁶⁸ Essa Agência de Desenvolvimento Solidário que implementou a ECOSOL (Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário, a qual contribuiu para o planejamento de Cooperativas de Crédito da Economia Solidária). O sistema ECOSOL se estrutura em três níveis que são as cooperativas singulares, as bases de apoio e a cooperativa central (PINHO, 2004).

A SENAES, que é uma projeção do governo Lula, ainda não realizou ações que visem um apoio financeiro aos empreendimentos, segundo a presidenta do EES1, que participou apenas através do mapeamento, que é fundamental para a implementação de uma política pública de Economia Solidária, mas ainda não consiste em um apoio direto a cada empreendimento ou a quem dela necessita.

Os apoios financeiros são os mais visados pelos grupos pesquisados e alguns foram obtidos através das organizações já citadas. Eles contribuíram para o empreendimento EES1 na construção da sua sede e na manutenção do grupo, através da aquisição de capital de giro, que é o necessário, como afirma a líder do empreendimento:

[...] A nossa virada foi com 3 mil reais. Nossa virada, de matéria-prima que a gente conseguiu. E até hoje a gente nunca dividiu aqueles três mil reais. Quando a gente vai fazer o balanço de fim de ano, a gente pega três mil reais, a gente tira de lá. A gente não tem direito sobre esses três mil reais, eles têm que ficar aqui fora, isso é um direito da cooperativa. Com três mil reais a gente conseguiu dar uma grande virada. Porque a gente conseguiu malha com menor valor, poder agregar, não estar sempre pelo pescoço (EES1).

Os apoios financeiros, como se pode perceber, foram fundamentais tanto para o EES1, como para o EES2, que sempre que precisam de equipamentos procuram através de projetos fomentados pelas entidades, como a própria Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS). É inevitável, no entanto, destacar que esses apoios financeiros devem ser subsidiados também pelo poder público estatal, como o mesmo faz com as grandes empresas. Esse fomento financeiro através de políticas públicas deve agir com cuidados no seu direcionamento e na sua utilização, ou seja, como apresenta um dos empreendimentos, que os recursos acabam muitas vezes “ficando no caminho”.

As políticas são demandadas pelos empreendimentos que acabam ficando com as entidades de apoio, que às vezes acabam fazendo legal. Aquela demanda que teve, mas muitas vezes ela se perde na própria burocracia. A gente sempre demandou formação. Alguns empreendimentos de demandar formação, porque é uma formação que é legal também, mas é uma formação também de qualificação e às vezes não é uma entidade de apoio que consegue fazer. Você precisa mais do que isso, você precisa de alguma coisa mais qualificada, mais técnica que também não vem (EES1).

O questionamento do empreendimento sobre os recursos advindos se refere aos recursos mal utilizados, ou perdidos pela burocracia e que deixariam de alavancar o empreendimento. Isso foi destacado pelo EES1, quando da sua preocupação com empreendimentos de catadores de materiais recicláveis que, muitas vezes, pela sua fragilidade, acabam sendo “vítimas” de equívocos, ou do que se pode chamar de verbas que beneficiam as entidades de apoio com mais intensidade do que os próprios grupos.

No caso dos catadores, agora mesmo, tem uma política pública que terá mais de três milhões para os catadores. Vai ter um monte de cursinho de formação, um monte de reunião. Todo mundo tem que parar a produção para fazer uma formação que ele não decidiu qual a formação que ele quer. Uma entidade vai vir com um programa, vai cadastrar ele pra fazer e vai vir e vai combinar os dias para fazer a formação. Isso é muito triste, assim (EES1).

Um ponto que merece destaque das políticas públicas⁶⁹ fomentadas por entidades estatais e das demais entidades que prestam assessoria aos grupos seria implementar uma maior fiscalização sobre a destinação de recursos, avaliando a efetividade das ações desenvolvidas, essas que tem como objetivo fomentar os empreendimentos e não a eles próprios.

[...] Eu acho que as entidades, nossos apoiadores, nossas políticas públicas não ajudam a viabilizar isso, sabe. Então não adianta fazer formação de grupo. Se faz formação de dinâmica tem que fazer entender o que é política pública, mas aí não vem pro chão, sabe. É esse chão que a gente precisa, é esse chão que os empreendimentos precisam, eles se enxergam. Quando você se enxerga no que você estava fazendo, você consegue construir um Brasil novo (EES1).

Outra alternativa, que poderia contribuir na superação desta dificuldade, seria uma maior aproximação e uma participação dos beneficiados sobre o destino dos recursos, ou seja, os próprios associados destacarem onde é o setor de maior carência ao qual deveria ser destinado esses recursos. “[...] o que a gente viveu com a PLANEQ foi muito legal. A gente disse a formação que a gente queria. Aí a gente para a produção pra isso, porque foi uma demanda que a gente colocou” (EES1).

⁶⁹ “O estabelecimento de políticas públicas de fomento à Economia Solidária torna-se parte da construção de um estado republicano e democrático, pois reconhece a existência desses novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais” (SCHWENGBER, 2009).

A contribuição aos empreendimentos e a seus associados acontece de maneiras variadas e por várias entidades públicas estatais ou não, sendo através de recursos financeiros ou de formação. Isso contribui para fortalecer o empreendimento e gerar renda para seus associados. A renda, que é ponto primordial para demonstrar se o empreendimento é viável economicamente ou não.

5.5.2 A Renda ou Divisão de Sobras

Obter maiores rendimentos, ampliar a renda ou ter uma renda extra, são os termos utilizados nos discursos dos associados quando se falam sobre os motivos do surgimento dos empreendimentos e da sua inserção em empreendimentos já existentes.

O grupo EES1 afirma a existência de vários motivos para a criação do empreendimento, e um deles é a geração de trabalho e renda, sendo que também há “a necessidade de trabalho, pelas situações que as mulheres viviam, o desemprego, crianças pequenas, fábricas que fecharam”.

A cooperativa EES2 também teve entre seus motivos de criação “uma forma de geração de renda para mulheres desempregadas”. O grupo evoluiu após uma tentativa “de uma senhora que tinha uma confecção”, que queria criar uma cooperativa apenas de fachada, criar uma “coopergato” para não pagar encargos sociais para seus integrantes. Após uma série de conflitos, essa cooperativada se desligou do grupo, sendo que o restante das associadas, em conjunto com uma entidade que as apoia até hoje, alavancaram a atual cooperativa. “Os trabalhadores engajados em cooperativas igualitárias e democráticas estão sempre procurando desvincular suas experiências do pseudocooperativismo, chamado de cooperfraude” (SOUZA, 2003, p. 38).

A renda, inevitavelmente, está entre os principais motivos de inserção dos associados, em empreendimentos já existentes, ou até mesmo ao montar novos grupos para a geração de trabalho e renda. Como já destacado, a renda média dos grupos pesquisados fica entre um e quatro salários mínimos, mas nem sempre foi assim. A renda depende da produtividade do empreendimento e de cada um, pois, como a grande maioria dos empreendimentos de setor de confecção, o rendimento é

por produtividade, onde os pesquisados não se diferenciam. Esse pode ser um importante fator para que o empreendimento atinja, mantenha, ou amplie a sua viabilidade econômica. A desigualdade de salários que está presente na economia de mercado, ou a pequena diferença que existe e por setores, não está presente nesse caso, como é apresentado pelos empreendimentos pesquisados.

Um grupo para ser considerado viável economicamente necessita, entre outros fatores, gerar renda para seus associados, e esse ponto é muitas vezes fatal para os empreendimentos solidários, especialmente no princípio dos grupos. O rendimento baixo no início faz muitos associados desistirem do trabalho cooperado, procurando novas alternativas através da economia popular ou ficando nas “listas de espera” por emprego formal.

No entanto, quando os grupos conseguem ter uma renda, passa a ser um dos principais fatores motivadores para dar sequência no grupo, mesmo recheado de dificuldades, como apresenta o EES1, onde conta como foi o processo da primeira sobra que pôde ser dividida entre os associados.

[...] O sindicato dos metalúrgicos estava fazendo uma tomada de preço. Fizeram três orçamentos e o nosso orçamento foi o menor. Daí a gente foi, em 15 dias, ele nos deu 15 dias, a gente comprou a malha com cheque pré-datado, numa loja aqui. Como a gente já era costureira e tal, já tinha crédito. A gente comprou as camisetas, confeccionou, mandou fazer a serigrafia fora porque a gente não tinha serigrafia e entregamos. Bom, aí foi muita emoção sabe, porque a gente dividiu aquele dinheiro. A gente viu que tinha dinheiro sabe, que dava pra dividir, e a gente viu que esse seria o jeito pra trabalhar. As camisetas no dia que a gente foi dobrar tinham duas que estavam só reformando, que não tava legal, pra fazer de novo [...] (EES1).

No relato da líder do empreendimento, verifica-se a dificuldade inicial desses empreendimentos até chegar à divisão das sobras, que nesse momento, para esse grupo, foi de extrema importância para fortalecer e dar confiança para seguir trabalhando de forma coletiva e solidária.

A renda para associados, como já destacado, depende da produção de cada um, como é o caso do EES2. O rendimento de cada associado, ou seja, a retirada, é de acordo com a produção mensal do associado. Uma ambiguidade novamente se apresenta, pois quando, por motivos diversos, algum associado não conseguir realizar suas atividades, não tem rendimentos, e isso pode inviabilizar os grupos pela desistência de associados. Um ponto que ainda necessita ser melhorado, talvez com a implantação da política pública.

No EES1, a divisão das sobras acontece de forma diferenciada dentro da própria cooperativa, no entanto, depende da produção de cada um em seu setor. A forma diferenciada é entre os três segmentos inseridos dentro da cooperativa, são eles: corte, costura e serigrafia. Destaca-se ainda que estão presentes a autogestão e a tomada de decisões coletivas nos empreendimentos.

A gente aqui tem duas formas de divisão. A gente já viveu outras formas também, então, assim, as costureiras, a gente viu que era legal ter um valor por cada, por cada parte do trabalho que se faz. Então fechamos uma camiseta, qual é que deve ser o valor que a gente acha que é possível pra gente tá dentro do mercado, mas ao mesmo tempo, assim, que não seja, que seja valorizado o trabalho, que seja motivador. Então a gente definiu um valor. Para fazer o acabamento da camiseta? Quer fazer as bainhas e tal, um valor também decidido entre todos, pra cortar qual que deve ser o valor? Mas o que compreende cortar? É cortar, é atender os clientes que chegam, é comprar matéria-prima, é embalar tal, então ta, tem um valor X (EES1).

O grupo definiu os valores para cada peça produzida, como apresentou a líder do grupo, não encontrando dificuldades nesse processo, pois cada associada sabe a sua produção e também seus rendimentos. Destaca-se na fala da associada que todas as partes são discutidas pelo grupo: “Todas as partes são discutidas, e tem um valor definido [...]” (EES1), ou seja, o grupo tentou encontrar um valor ideal. “Muito discutida. Não sei se ela é a ideal assim. Se a gente defende isso até a morte que nós chegamos num ideal, não. A gente acha que esse é o ideal para esse coletivo. [...] O justo e o correto é aquele que agrada a todos” (EES1).

O que facilita a divisão das sobras é a discussão entre todos os associados, a autogestão e a responsabilidade de cada associada quanto às suas tarefas, o que nos remete novamente a citar o EES1:

[...] Sobre todas que costuram. Elas não têm um horário que elas fazem coletivo assim. É a gente, a cooperativa abre das sete as onze e da uma as seis. Mas a costureira ela pode chegar às sete e meia, ela pode chegar às oito. Ela pode chegar às oito e meia. Ela pode chegar a hora que ela quiser e ela vai embora à hora que ela quiser. Mas ela sabe que ela vai estar ganhando pelo o que ela produzir. Todo mundo faz um esforço pra cumprir esse horário porque ela tem um valor também que ela vai estar recebendo. E aí chega no final do mês, soma, e aquele valor, e ela sabe que é aquele valor, na divisão das peças é que se faz quando se divide o trabalho, não é porque você é rápido (EES1).

O horário não é priorizado nas cooperativas, sendo que cada associado sabe que a retirada na cooperativa irá depender de sua produtividade. Pode-se analisar

nesse sentido, novamente, a dualidade presente na Economia Solidária, onde se pode avaliar como uma forma de precarização do trabalho obter rendimentos somente sobre sua produtividade, não obtendo direitos em casos de falta por motivos como de saúde. Concomitantemente com essa limitação, destaca-se que a produção exercida, em se tratando de rendimentos, poderá ser superior aos baixos salários que os mesmos poderiam estar ganhando em outros locais. No entanto, esses associados não encontram outras formas de geração de renda.

Destaca o EES1 que os rendimentos possuem semelhança, sendo que as retiradas nesses empreendimentos possuem poucas diferenças em valores, mesmo existindo divergências nas capacidades técnicas dos associados. “então você vai fazer 100 camisetas e eu sou mais lenta e vou fazer 20. Não. Camiseta é o que todo mundo gosta de fazer, então se divide por igual [...]”. A solidariedade entre os colegas se apresenta dessa forma onde “os serviços mais difíceis se dividem proporcionalmente ao que cada um pode estar fazendo. Então o fácil pra todo mundo é igual e o difícil é proporcional à capacidade de cada um” (EES1).

As associadas são constantemente desafiadas a melhorar as suas qualidades técnicas e aprender com as colegas, pois, como afirma uma das associadas do ESS1, “tem um jaleco de botão e gola tal, tem um valor X. Você pode não fazer, mas você sabe que vai ser prejudicado. Então você também faz um esforço para estar fazendo, porque também isso vai te dando mais valor no teu trabalho” (EES1).

A distribuição da renda na costura é pelo que produzem. No corte, como são cinco associadas, através de um pacto entre elas, possuem o mesmo horário e por isso os rendimentos são iguais, independente do corte que cada associada estiver fazendo. Essa forma de organização e de retiradas acontece também na serigrafia, onde os responsáveis pelo setor têm os mesmos horários e rendimentos. E é assim que se organiza a cooperativa EES1.

As retiradas, como chamam os associados, também devem ser comprometidas com os empreendimentos, pois “[...] você não pode ter uma retirada porque tá comprometida com uma nova compra” (EES1), ou seja, os grupos tem o cuidado em não fazer retiradas superiores ao que o grupo pode comportar, mantendo assim o capital de giro e, conseqüentemente, a sustentabilidade do empreendimento.

Os empreendimentos se organizam da seguinte forma para manter a viabilidade do empreendimento: o EES2, na divisão das sobras, contabiliza uma

parcela como sendo mais um associado, que fica para a cooperativa, como o exemplo citado pela presidenta do grupo: “Sim, todo mês, quanto a gente faz, quando a gente vai dividir, por exemplo, se são dez pessoas que trabalharam ali a gente faz como se fossem onze, aquela décima primeira é a parte da cooperativa (EES2).

Enquanto no EES1, 5% dos rendimentos de cada associado ficam para a cooperativa manter as contas cotidianas desta. Ressalta esse grupo que sempre estão em constante discussão e “no momento que tiver alguém que não tá se sentindo bem com essa forma, vamos parar e vamos conversar porque pode existir uma outra forma” (EES1).

O grupo EES1 tem também outros fundos:

A gente tem um fundo de solidariedade. A gente faz divisão de sobras. Nos últimos três anos a gente tá conseguindo fazer divisão de sobras. A gente valoriza as cotas, então uma parte das sobras vai pras cotas. E tem uns fundos oficiais também, obrigatórios de lei, que é o fundo de educacional. A gente tem também um fundo de formação, criado pela gente, tem um fundo reserva (EES1).

Outro fundo, que demonstra também a solidariedade que existe nesses grupos, é o fundo de representação. Esse grupo, após ganhar destaque no comércio local, estadual e, porque não, nacional, passou a apresentar as suas experiências. Esse fundo foi criado para manter estes associados que vão compartilhar a experiência enquanto trabalhadores solidários e autogestionários. “Alguém convida pra ir lá numa faculdade falar sobre a cooperativa e daí qualquer uma de nós vai. Tem uma ajuda de um fundo que a gente criou pra que quando a pessoa for, ela sair do trabalho, ela não perca o seu tempo de trabalho” (EES1).

Os grupos de Economia Solidária, mesmo enfrentando muitas dificuldades e limitações, conseguem a viabilidade econômica, e dentro dessa viabilidade proporcionam muitas possibilidades a seus associados, fundamental para a sustentabilidade dos próprios grupos.

5.6 O TRABALHO COLETIVO ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS POSSIBILIDADES DISPONIBILIZADAS AOS SEUS ASSOCIADOS

O trabalho coletivo, que se apresenta através da Economia Solidária, pode levar muitos trabalhadores a alterarem as suas condições precárias de sobrevivência. Pode, também, ampliar os rendimentos, proporcionando para muitos uma melhor qualidade de vida. Como será apresentado na sequência, na diferença em trabalhar, produzir, comercializar, e principalmente gestar de forma coletiva os meios de produção, no desenvolvimento socioeconômico dos sujeitos, bem como dos espaços comunitários que habitam.

5.6.1 O Trabalho Coletivo

Apresentaremos, mais especificamente a partir desse item, o objetivo de compreender quais as contribuições que os empreendimentos trazem a seus associados através do trabalho coletivo, da Economia Solidária.

A forma com que a Economia Solidária se organiza, tanto em sua gestão, como em sua organização para a produção, comercialização ou troca solidária, possibilita uma maior participação de seus associados em todo o processo, ampliando também a motivação e a responsabilização pelo empreendimento. A solidariedade que está presente nestes espaços ajuda no processo de viabilidade econômica do empreendimento. A autogestão que pode dificultar em alguns casos a sustentabilidade dos EES, ao mesmo tempo possibilita não só uma maior inserção e ou participação dos sujeitos dentro do próprio empreendimento, como também na comunidade em que estão inseridos.

Além deste ponto positivo, pode-se destacar que através da Economia Solidária existe a chance para muitos associados de gerar renda para a subsistência e outras necessidades, como melhorias nas residências, viagens para lazer e visitação a familiares, estudos técnicos para os filhos e até mesmo reservas financeiras. Ampliam-se as chances dos grupos chegarem ou manterem essa

sustentabilidade através da criação de redes e cadeias produtivas e na qualificação em Economia Solidária de seus associados.

O trabalho coletivo, que diferenciadamente está presente na Economia Solidária, é também motivo fundador do grupo EES1, onde as associadas que trabalhavam com confecção nas suas próprias residências precisavam se unir para ter um “poder” maior.

O trabalho organizado e desenvolvido coletivamente é fundamental na caracterização da Economia Solidária, um trabalho que, segundo Icaza (2004), é um espaço de atuação concreto:

[...] tanto para fazer face às necessidades urgentes da população empobrecidas, como para desenvolver novas práticas de solidarismo e cooperação, na perspectiva de construir alternativas nas quais a produção e a economia estejam efetivamente articuladas com as práticas de convivência e solidariedade comunitárias (ICAZA, 2004, p. 49).

A Economia Solidária possui um diferencial que se encontra no termo solidariedade, e por se tratar de uma “nova lógica econômica que não se limita a indicadores quantitativos, mas incorpora igualmente conquistas qualitativas, a Economia Solidária, para poder ser realmente solidária, necessita ser tratada além das fronteiras da técnica” (BARRETO, 2003, p. 88).

Para o EES1, através de sua liderança, afirma que nesse processo da construção de uma alternativa econômica e solidária, os sujeitos que dele participam devem ter consciência de que estão nos empreendimentos. Acreditar na forma de trabalhar das cooperativas, às quais dão mais dignidade para as pessoas, “que você possa estar construindo uma “outra economia”, mesmo tendo um mercado lá fora que lhe proporcione maiores rendimentos. Esse processo foi vivenciado pela cooperativa quando ainda estava dando os primeiros passos enquanto grupo mais organizado, como o grupo, através de sua representação, afirma:

[...] A gente viveu isso no começo da cooperativa. Sabe, foi muito interessante, assim. Na época, quando nós fomos para a incubadora teve uma opção de trabalho, aqui na vila mesmo, sabe, de uma firma que montou um negócio. Pagava muito mais do que a cooperativa podia estar tendo de retiradas, e as pessoas não saíram da cooperativa (EES1).

Para que um empreendimento possa ser viável, os associados que participam desse espaço devem ter responsabilidade pelo empreendimento e acreditar nas

cooperativas de geração de trabalho e renda. Essa responsabilidade passa também pelo entendimento de cada associado sobre o grupo que está inserido.

Nos grupos visitados, várias são as percepções sobre Economia Solidária. “Com a Economia Solidária eu aprendi a ter conhecimentos, eu aprendi a ter convivência com as pessoas que eu não tinha. Eu era anti-social, eu não tinha amigas, eu não conseguia conversar com ninguém. E isso mudou muito” (A2EES1). Essa associada apresenta que a Economia Solidária a ajudou a ter, além de conhecimento, um melhor convívio com as pessoas. Essa mesma associada destaca que após a inserção na cooperativa “a minha vida financeira, em casa, a minha convivência com minha filha, tudo melhorou. É bem da Economia Solidária, que se eu não tivesse aqui, pra mim significa isso” (A2EES1).

Como afirmar que um empreendimento de Economia Solidária é inviável economicamente quando uma das associadas, através de muita emoção quando entrevistada, diz que a Economia Solidária a ajudou na vida financeira, no convívio comunitário, a ter conhecimentos, a criar novas amizades e até em sua relação com a própria filha⁷⁰? Mesmo sendo encarada algumas vezes como funcional ao capital, pela reprodução da lógica existente e que existe muito na ES, inviabilizando muitas vezes o grupo, essa evolução na qualidade de vida dos associados deveria estar inserida nas avaliações estatísticas de viabilidade dos empreendimentos.

A Economia Solidária:

[...] se diferencia da tradicional já a partir da adoção de uma perspectiva que reconhece que nem tudo pode ou deve ser avaliado em termos mercantis ou quantitativos. Enquanto na Economia Solidária os indicadores são qualitativos que são capazes de avaliar a solidez da sociedade, seu grau de confiança e coesão social ampliando as possibilidades de acompanhamento das ações humanas (WAUTIEZ *et al.*, 2003, p. 177).

Para outra associada, a Economia Solidária é “quando a pessoa tá crescendo, não tá exclusiva do mercado, não tá esquecida, não tá excluída socialmente. A gente tá participando ainda, se sente útil também (A1EES1).

Não estar esquecida, o que pode significar para uma pessoa se sentir útil, é outra possibilidade apresentada pelos empreendimentos de Economia Solidária.

⁷⁰ A associada destaca que teve um melhor relacionamento com a própria filha, devido ao tempo disponível para ter os necessários cuidados com a mesma, pois quando trabalhava nas indústrias, a associada não obtinha tempo para acompanhar a evolução da sua filha.

Já os associados do EES2 entendem a ES através de uma visão mais crítica. Entendem que a mesma “seria uma inter-relação entre as cooperativas, né, que é uma coisa que não acontece, [...] a própria OCERGS que tava aqui dentro, não, não facilitava o serviço pra gente buscar fora” (A2EES2). Esse associado do grupo EES2 entende que a Economia Solidária deveria ter mais inter-relação entre os grupos e seus apoiadores, que na sua concepção ainda não existe de forma adequada.

Outro associado dessa mesma cooperativa destaca que a Economia Solidária:

[...] Para mim, teria que ser assim, teria que ser todo mundo unido para fazer uma mesma coisa, pra ajudar na vida de cada um [...]. Mas eu não culpo o pessoal, é próprio do sistema isso aí. Se tu não faz para sobreviver, pra ti sobreviver, não adianta [...], por exemplo, nós pensamos num coletivo pra fazer aqui, nós quatro, às vezes aparece um serviço pra fazer que é um “saco”, mas aí pensamos nas pessoas do grupo que precisam mais do que nós. É difícil (A3EES2).

A presença da solidariedade nos empreendimentos é perceptível, como neste caso, onde o associado acredita que a Economia Solidária é a união entre os grupos e que contribui na vida de cada um, tendo como preocupação central o coletivo.

O EES1 acredita na construção de uma outra economia, através da Economia Solidária, mas com ênfase principalmente na produção e comercialização eticamente justa, primando por produtos que foram confeccionados sem a exploração do trabalhador e da natureza. Porém, destaca esse mesmo grupo que o caminho a ser percorrido ainda é longo, pois os consumidores ainda não têm plena consciência da importância de consumir esses produtos.

[...] Tem tanto pra fazer nessa área, de verdade, Fabio. Eu acho que nós podemos construir uma outra economia, que as pessoas tem uma outra postura no seu consumir, sabe, no seu consumir, eu vou comprar uma roupa que ela seja diferente. Será que eu preciso ter 10 jogos de lençol? Não eu não preciso ter 10 jogos de lençol, posso ter 3, mas eu posso ter dentro da minha casa um produto que seja diferente da lógica que está sendo colocada (EES1).

É importante cativar as pessoas para participarem da Economia Solidária, para que elas comecem a pensar também em criar novos empreendimentos de Economia Solidária, recuperar empresas falidas e que possam contribuir também na ampliação da viabilidade aos empreendimentos através da criação de redes, de cadeias produtivas e solidárias.

O entendimento sobre Economia Solidária de associados/cooperados dessas associações/cooperativas contribuiu para o processo de viabilidade dos grupos e, conseqüentemente, para com os seus associados. Porém, a organização desses grupos é fundamental neste processo da construção da viabilidade.

5.6.2 A Organização dos ESS

Esse entendimento sobre Economia Solidária pode contribuir na organização dos grupos. Uma organização das atividades cotidianas internas e externas, abrangendo processos tanto da produção, como da comercialização.

Esta forma diferenciada de organização se dá através da autogestão⁷¹, a qual se apresenta principalmente nas reuniões e assembleias gerais, o que proporciona a participação de todos, opinando, votando, contribuindo para o melhoramento do empreendimento.

As assembleias gerais acontecem mensalmente no empreendimento EES1.

[...] acho que isso tudo é fruto de um amadurecimento, assim, a gente faz assembleias todos os meses. No dia 23, se cai num final de semana a gente faz um pouco antes, um pouco depois. Para toda cooperativa às 8 horas da manhã. Às vezes vai até meio-dia a assembleia, mas todos participam da assembleia (EES1).

Nessas assembleias são tomadas todas as decisões referentes ao empreendimento, entre elas: a entrada de novos associados, a postura de cada associado novo que entrou. Como apresenta a líder do grupo EES1, nas assembleias se discute e vota a permanência ou não do associado, onde todos os associados participam. Se o grupo entender que esse novo associado precisa melhorar, dar uma maior contribuição, ele tem o prazo de um mês e após isso o grupo se reúne e faz uma nova avaliação. Nas palavras da presidenta: “olha tem esse e esse ponto, a gente gostaria que houvesse uma melhora e tal”. Percebe-se, assim, que o associado que se inseriu a pouco no EES1 precisa cumprir os seus

⁷¹ “O processo de autogestão exige de um trabalhador subjetivamente menos subserviente ou autoritário para que saiba lidar com a crítica, a partilha do poder, a escuta, o debate coletivo e a negociação” (BARBOSA, 2007, p. 135).

deveres, necessários para a viabilidade do empreendimento, pois a força do grupo é o trabalho coletivo, de forma organizada e responsável.

Esse grupo destaca a participação de todos os cooperados na organização do empreendimento, nas decisões futuras, na participação em eventos, o que o grupo vai levar para as feiras. “todo mundo participa nas assembleias, todo mundo dá sua opinião, ao contrário, a favor. Todo mundo dá opinião e vence a [...] às vezes tem uns abacaxis pra descascar e a gente descasca (A2EES1). É todo mundo junto. Eu participo de tudo”. É assim que a associada A3EES1 fala das assembleias e das formas de organização e participação no grupo, destacando a autogestão nos empreendimentos.

Nesse processo de participação, tem-se a necessidade, muitas vezes, de uma liderança. Essa liderança foi se constituindo aos poucos, como apresenta a presidenta do EES1:

[...] A gente começou com 35. Te dizer, assim, que alguém de nós já era liderança constituída, não era. A gente foi se criando nesse meio, a gente sentava, tanto quando fomos discutir quem que iria coordenar, quem iria secretariar, quem iria ser tesoureira, foi uma coisa muita assim, sabe, já que tu tá puxando, ah, então você vai ficar com a presidência. Sempre foi muito assim, um pouco característico, como a pessoa foi se colocando (EES1).

Um grupo com características autogestionárias, muitas vezes, como é o caso desse empreendimento, necessita e vai criando lideranças dentro do próprio grupo. Os associados que eles entenderam que tinham perfil foram assumindo funções enquanto diretoria. Mas destaca uma “líder constituída” que o grupo tem compreensão de que isso não é *status* e sim mais trabalho no dia-a-dia. “todo trabalho de tesouraria, ele é feito ao mesmo tempo em que a gente tá trabalhando. E todo trabalho de representação é feito no mesmo tempo em que a gente tá trabalhando” (EES1).

Assim, o empreendimento tem em sua constituição presidente, vice-presidente, primeiro tesoureiro, segundo tesoureiro, primeiro secretário, segundo secretário, um conselho fiscal de 6 pessoas, 3 titulares e 3 suplentes. “a gente coloca os nomes todos, abre pra todo mundo, quem se coloca pra aquela finalidade” (EES1). Esse grupo tem em sua organização uma liderança que foi construída de forma autogestionária e ainda continua seguindo seus princípios.

O objetivo da autogestão é romper com a tradição centralizada, burocratizada e antidemocrática, estabelecendo um novo modo de organização social e produtiva, onde os indivíduos assumem a responsabilidade sobre suas atividades, sem intermediários. Baseia-se, pois, na decisão coletiva dos sujeitos envolvidos, seja uma cooperativa, associação, banco popular ou grupo produtivo. Com a autogestão, todos são responsáveis pelo sucesso ou fracasso, pois as informações são socializadas, os saberes são respeitados e a decisão é coletiva, independente de escolaridade, gênero, raça, etnia e orientação sexual (PESSOA *et al.*, 2009).

Importa destacar que neste processo de criação de lideranças alguns associados possuem maior destaque, que pode ser por diversos motivos, como ter uma maior facilidade de interlocução, de expor suas ideias, de alguns conhecimentos que já adquiriu em sua bagagem histórica, por entender sobre o que está se discutindo, entre outros. No entanto, a escolha da diretoria acontece sempre através do voto aberto e voto direto, todo mundo votando e demonstrando a importância em dar a sua opinião sempre nesse processo que contribui para a sustentabilidade do grupo. “E responsabilidade também, que a hora que tu tá dando a tua opinião, e você tem que dar a sua opinião, e você também acaba ficando responsável por aquela opinião que você tá dando [...]” (EES1).

Outra associada resume como é a organização e como foi no princípio do grupo:

Reunião, reunião, reunião. Ninguém se conhecia na época. Até se conhecer, aí veio o trabalho de uma empresa, aí fizemos os grupinhos, aí uma fazia, a outra fazia, então, assim, a gente quebrou a cara, mas depois de um ano começou a aparecer o serviço, mas olha, foi batalhado (A3EES1).

O EES2, através de sua líder, afirmou que a organização e a participação dos associados “[...] é através de assembléias. A gente faz sempre uma assembleia geral por ano e as outras decisões são da diretoria mesmo”. A assembleia geral ser realizada uma vez por ano, que foi destacada pela presidenta da cooperativa, se dá pela dificuldade para reunir todos os associados apenas um dia, mas como ela destaca, as decisões cotidianas estão mais a cargo da diretoria e das pequenas reuniões, ou seja, quando não existe a participação de todos os associados.

No empreendimento EES1, além de discutirem a organização interna, de questões mais corriqueiras, como quem limpa o ambiente, quem faz o cafezinho, quem faz o serviço externo, como as compras e o serviço de banco, discutem-se

também quem vai participar das feiras, que são momentos de divulgação, quem vai participar de eventos, como fóruns de Economia Solidária, debates sobre Economia Solidária em outros eventos idealizados por outras entidades como a UNISOL.

Quando agora, por exemplo, chegou a assembleia, a última que a gente fez, a gente levantou todas as coisas que tem pra ir. Aí tem a tal feira em Gravataí. Quem que vai? Tem reunião da UNISOL, agora quarta-feira. As pessoas se inscreveram, quem gostaria de ir. Tem um encontro de novos empreendimentos dia 23, pessoal se inscreveu pra ir. Quem que vai apresentar o fórum durante esse ano? Fórum de Porto Alegre. De vez em quando dá um silêncio. Gente vamos lá, então, vamos lá, precisamos de alguém tal, tem isso tudo aí (EES1).

A presença de uma maior organização e participação dos associados nos empreendimentos possibilita um desenvolvimento ampliado na sua estrutura política, ajudando assim na sustentabilidade dos empreendimentos. “A necessidade de superar o desafio da sustentabilidade tem conduzido as práticas da Economia Solidária na direção de um maior investimento no seu processo de estruturação política como campo” (FILHO, 2007, p. 169).

Os fóruns se impõem como interlocutores privilegiados do movimento da Economia Solidária junto ao Estado, juntamente à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Além de ações pontuais, relativas à organização do movimento de atores com origens bastante diversificadas, a tarefa principal dos fóruns parece ser a de intervir na definição de políticas públicas, através do encaminhamento de proposições (FILHO, 2007, p. 169).

No grupo EES1 existe uma organização interna também quanto ao processo de produção, pois no desenvolver das atividades, muitas vezes, existe a possibilidade ou a necessidade de trocar de função dentro da cooperativa, passando da costura para o corte, como afirma a A2EES1:

Eu cansei um pouco de costurar, daí eu fui pro corte. Aí eu fiquei um ano e meio no corte. Agora eu estou cansada do corte, eu quero voltar para a costura. Eu vou mudar, sabe, mas eu vou ficar aqui. Eu fiquei um ano e meio no corte aqui na frente atendendo o pessoal, sabe. Aí teve uma época que uma colega saiu na licença maternidade, aí voltei pra costura e assim vai. Aí, assim, vou ficar muitos anos aqui (A2EES1).

Esse processo muitas vezes acontece pela troca de associadas, pela licença maternidade, como é o caso dessa associada ou pela inserção de novas associadas no grupo. Neste processo de organização da entrada de novas associadas,

atualmente a associada tem que entrar com uma máquina, e a outra é a própria cooperativa que cede, como apresenta essa mesma associada:

Cada uma traz uma máquina e a cooperativa cede a outra. Porque trabalha em duas máquinas, tipo na reta ou na HUBER, fecha e faz bainha, ou tem a reta ou tem a HUBER⁷². Uma a cooperativa cede e a outra a pessoa trás. Eu, quando entrei aqui eu comprei uma OVERLOK⁷³, daí a cooperativa me cedeu a reta, aí eu fiquei um tempo trabalhando naquela máquina. Depois quando eu vim pro corte, eu guardei essa minha máquina em casa. A partir de dois anos já pode comprar a segunda máquina, porque tem que dar a chance pra outra pessoa. (A2EES1).

Essa é uma forma de se organizar e que vem dando certo para essa cooperativa, no entanto, destaca o EES1 que não é uma receita que vale pra todo mundo, pois, segundo ela, as pessoas na cooperativa trabalham juntas, diferentemente da fiação, por exemplo, pois na fiação as pessoas trabalham longe uma das outras “Aqui, a gente consegue. Às vezes está todo mundo falando do mesmo assunto, sabe, se chega alguém ali que falou alto, o pessoal lá de cima escuta vem ali e participa do assunto e todo mundo quer estar aqui”.

Para a líder desse grupo, a proximidade para desenvolver as atividades ajuda na organização e no processo de sustentabilidade desse grupo.

[...] Se tem coisas que a gente tem que decidir, gente, olha tal, tem coisa, vamos lá, toca a companhia para o pessoal da serigrafia descer ou então a gente sobe lá e chama eles, chama as gurias aqui, vamos fazer isso, aí já decide, essas coisa assim, mesmo eu estando com o papel de presidente eu sempre cuidei muito pra não fazer isso, mesmo que eu possa fazer isso, tendo legitimidade pra isso. Eu sempre cuidei muito pra não fazer isso, pra não decidir pelos outros, mesmo que saiba qual é o pensamento do pessoal. Eu acho que o pessoal tem que ser respeitada e precisam ser ouvidas pra elas se comprometeram também (EES1).

A organização na produção ultrapassa também as paredes das cooperativas, sendo que, tanto no grupo EES1, como no EES2, possuem associados que, por motivos diversos, necessitam, ou por opção mesmo, confeccionar em suas próprias residências. Mesmo não estando diariamente trabalhando no mesmo espaço, a cooperação está presente, no momento de discutir e planejar o funcionamento da cooperativa.

⁷² Huber é a marca de algumas máquinas de costura da cooperativa e que realiza determinados cortes, necessários para a produção do grupo.

⁷³ Overlok é a marca de algumas máquinas de costura da cooperativa e que faz determinados tipos de corte.

Essa é uma forma de contribuir na viabilização do grupo, abrindo essa oportunidade para que essas associadas não precisem trabalhar diretamente na cooperativa, e faz com que essas associadas tenham também uma preocupação maior em manter o grupo. Nesse processo, em que os empreendimentos têm em se tornarem viáveis e manterem a sustentabilidade, entre dificuldades e limitações, abrem-se novas oportunidades.

5.6.3 As Possibilidades na Melhoria da Qualidade de Vida dos Associados

A forma diferenciada de geração de trabalho e renda através da Economia Solidária abre possibilidades fundamentais para a sustentabilidade do empreendimento. Essas possibilidades permeiam desde a participação do associado no desenvolvimento das atividades e na gestão da cooperativa, bem como os possibilita apreender uma profissão a qual ainda não tinham conhecimento, através de cursos e outros espaços de qualificação. Além de conhecimentos dentro da própria cooperativa, os grupos podem proporcionar uma maior participação no desenvolvimento da comunidade local, ajudando nas discussões e, ainda, proporcionando melhorias materiais, como em móveis e imóveis, lazer, e até mesmo criando uma poupança.

No processo de produção das cooperativas, os associados têm a oportunidade de participar na discussão da elaboração de um produto, dar qualidade ao trabalho e a trocar experiências dentro da própria cooperativa. A participação dos associados em todo o processo é fundamental, não só para a viabilidade do empreendimento, mas pela chance do associado se sentir responsável e integrante desse processo.

[...] A gente já discutiu muito, assim. Já veio pra assembleia, mostrando pra todo mundo olhar a qualidade do trabalho, chamando também quando a gente tá dobrando, assim, pra entregar pro cliente. Quando tem um problema a gente chama a pessoa, olha porque que a gente coloca, compara um com o outro, pra ir aproximando cada vez mais, e quando alguém descobre algum jeito melhor de fazer passa pra outra (EES1).

A participação dos associados em todas as atividades do grupo ajuda na aquisição de um conhecimento técnico de produção e de gestão, e também no processo de inclusão dos associados em espaços de planejamento do empreendimento, resgatando, também, valores importantes que foram excluídos com as organizações científicas do trabalho. O grupo EES1 destaca essa forma de inclusão, “eu acho que não é só pra inclusão num sentido assim de ser. Ah, porque tem hoje as pessoas que estão fora do mercado. É também para as pessoas resgatarem alguns valores importantes”. Para a líder, esses valores são aqueles que foram perdidos através da mudança no mundo do trabalho, onde muitas pessoas se preparam para ingressar no mercado de trabalho e não conseguiram ou não estão felizes onde estão inseridos.

Além da satisfação das necessidades básicas, deve fazer parte da economia de solidariedade, a satisfação das necessidades diferenciadas, segundo as aspirações e desejos dos trabalhadores e, em especial, daquelas necessidades superiores, como da convivência e da relação com os outros, da participação e integração comunitária, do desenvolvimento humano e integral etc. Muitas dessas necessidades podem ser atendidas através de empreendimentos autogestionários (THESING e JULIANI, 2008, p. 47).

A Economia Solidária possibilita, para o grupo EES1, um trabalho mais digno do que, por exemplo, um caixa de banco. “No teu trabalho, tudo bem, você vai ser um caixa de banco, você vai trabalhar a tua vida inteira como um caixa de banco. O que tem ali de dignidade que você faz?” (EES1).

O trabalho que dá prazer, repensar o trabalho, são termos que são utilizados pela líder do empreendimento EES1 para definir as possibilidades que os empreendimentos de Economia Solidária podem proporcionar a seus associados. O repensar o trabalho é também ter orgulho do que se desenvolve, é ver o produto que as pessoas estão vestindo.

[...] a gente tem que repensar mesmo o trabalho, o trabalho que te dá prazer e que você sinta, puxa eu tô fazendo isso aqui, eu tenho orgulho de ver a pessoa vestindo aquilo ali porque eu ajudei a fazer aqui. Aí, sabe, isso não se faz mais, e eu acho que os empreendimentos de Economia Solidária têm que vir pra ajudar a resgatar essa coisa da dignidade e o prazer pelo trabalho, não é só o olhar econômico, mas lógico também, que viver de sonhos ninguém vive, mas, assim, poder fazer as pessoas encontrarem isso entre a realização econômica e também encontrar o que faz bem enquanto pessoa, que se realizasse (EES1).

Além de recuperar valores importantes, seja na realização enquanto trabalhador, seja no prazer pelo trabalho, na Economia Solidária as pessoas aprendem a empreender “[...], hoje eu olho, assim, e penso poxa que legal que foi. Independente de onde as pessoas foram, as pessoas aprenderam a empreender, e não estão sozinhas, todas estão com mais alguém, ou com a família mesmo tocando alguma coisa” (EES1).

Como destaca esse empreendimento, apreender a empreender é um dos aspectos proporcionados pelos empreendimentos a seus associados. Contribuiu também para aqueles que por algum motivo já saíram e foram montar o seu próprio negócio. Para os associados que aprenderam e que permanecem no grupo contribui para a sustentabilidade deste, planejando e encontrando caminhos reduzidos para atingir a viabilidade do empreendimento.

O que é oportunizado também é a relação entre as cooperativas do próprio bairro, um reconhecimento e não uma competição, como representa novamente a líder do EES1, onde a cooperativa é integrada com outras dez cooperativas da região, todas filiadas à UNISOL. Essa integração acontece muitas vezes quando se tem demanda para determinados produtos que a cooperativa não consegue desenvolver, por diversos motivos, mas que outra consegue porque trabalha de forma diferenciada, ou tem outros equipamentos ou outro conhecimento técnico.

[...] Hoje de manhã, por exemplo, veio um senhor aqui que queria fazer um tipo de polo que a gente não conseguiu fazer aqui dentro, não conseguimos, assim [...]. Isso não foi uma avaliação dele, foi uma avaliação nossa. A gente falou, olha não vamos conseguir ficar desse padrão que tu queres, mas tem uma outra cooperativa. Que elas trabalham num ritmo mais lento e apostando mais nisso, sabe, bem um perfil que eu acho que vai ser muito legal. Então essa é uma integração que a gente busca com outras cooperativas (EES1).

Essa integração contribui para a viabilidade desses grupos, trabalhando em rede, como será destacado posteriormente, pois alavanca os empreendimentos. Os empreendimentos se viabilizando, abrem muitas possibilidades para seus associados. Entre elas podem-se destacar a oportunidade de convívio comunitário, a troca de conhecimentos, não trabalhando individualmente em cada setor, como é na maioria das empresas, a contribuição para que os seus filhos possam ampliar os níveis de conhecimento através de cursos complementares, entre outras condições que são proporcionadas através desses empreendimentos.

A troca de experiências se dá, em especial, pela redução da competitividade que existe entre colegas de trabalho. “[...] a moça que trabalha na minha frente, ela pegou umas jaquetinhas desse Francês. Eu vou pegar a mesma que você está fazendo e eu vou olhando, e olha as minhas ficaram bonitinhas, e eu nunca tinha feito. Fui olhando e fui fazendo, me dava as dicas, assim a gente aprende” (A3EES1). Esta troca de experiências, potencializada pela vontade de aprender para contribuir com o grupo e, conseqüentemente, consigo mesmo, faz com que estes associados sintam-se responsáveis pelo empreendimento, abrindo a possibilidade de discussão de uma nova concepção até mesmo do trabalho.

Ao associarem-se para viabilizar opções de geração de trabalho e renda, os participantes parecem perceber-se em condições de enfrentar os problemas através das formas coletivas. Assim, há uma maior simbiose entre individual e o coletivo, não se tratando apenas de uma nova forma de gestão, mas de algo que aponta para uma nova relação e concepção do próprio trabalho (ICAZA, 2004, p. 41).

A presença de um nível elevado de solidariedade nesses grupos amplia essa troca de experiência e a contribuição para o aprendizado e desenvolvimento do empreendimento. Essa possibilidade pode-se destacar através da fala da associada (A3EES1): “[...] a gente tem que ser mais responsável que a gente já é, mostrando como são as coisas para as novas associadas, como a coisa funciona, trabalhando mais pra cooperativa crescer”.

O caminho para a viabilidade desses empreendimentos passa pela dedicação de seus associados, que passa pela oportunidade de ampliar os rendimentos e até mesmo uma maior participação política. Uma participação no espaço coletivo de trabalho e na gestão desse trabalho oportuniza às pessoas a melhora também no convívio entre colegas da própria comunidade, respeitando a opinião das outras pessoas.

Eu mudei muito, por isso que eu digo que a cooperativa fez eu mudar. Eu era muito assim, de não pensar e dizer as coisas. Não, hoje já tá mais, ainda, às vezes erro um pouquinho, mas já melhorei bastante, porque tem a convivência. Estar sozinha lá na tua casa é uma coisa, agora tu conviver com outras pessoas, elas não vão estar aguentando teu mau humor, aguentando teus desaforos (A3EES1).

O convívio entre as pessoas, que possuem o mesmo objetivo, possibilita a propagação da solidariedade, da ajuda mútua, que são fundamentais nos

empreendimentos de Economia Solidária para a superação dos inúmeros limites, como os já destacados anteriormente. Esse convívio mais intenso ajuda na criação de vínculos entre os colegas cooperados. “[...] Quando eu trabalhava fora daqui, em empresa eu me sentia sozinha, apesar de ter um monte de gente. Aqui tem mais vínculos, amizades, a gente se dá, uma conta com a outra. É a união. Eu gosto disso” (A2EES1).

Uma das associadas do EES1 apresenta que está feliz em participar da cooperativa: “É, e eu trabalho digamos que mais feliz, depende, sabe, assim, porque lá eu trabalhava, não tinha essa felicidade, essa coisa, assim, essa união” (A2EES1). Outra associada afirma que era “muito fechada”, tinha receio de falar em público, de dar entrevistas e hoje “até para a televisão eu já dei entrevista, eu me abri assim, fiquei mais solta. E coisas que eu podia, em bem materiais, coisas que tinha vontade de comprar que não se podia comprar se eu não tivesse trabalhando, então comprei máquina de lavar [...]” (A3EES1).

Caminhando ainda pelas possibilidades que os grupos de geração de trabalho e renda proporcionam aos seus associados, podem-se citar inúmeras melhorias materiais, de lazer, entre outros que contribuem para a inclusão social desses sujeitos, bem como uma melhoria na qualidade de vida.

Já viajei. Eu já conheci o Rio, Minas Gerais, São Paulo, depois de estar trabalhando aqui, porque possibilitou eu sair. Eu visitei minha família no Paraná. Desde que eu tô aqui, eu já fui três vezes lá passear. Faz 17 anos que eu moro aqui. Eu fui uma vez em 15 anos e em três já fui três vezes. Te possibilita mais. Dentro de casa as minhas máquinas de costura eu comprei, eu comprei geladeira nova em casa, eu comprei TV, sabe, assim, um monte de coisa dá pra fazer porque o salário é melhor (A2EES1).

Os empreendimentos de Economia Solidária podem ser considerados, muitas vezes, funcionais ao capital, por sua contradição de ser realmente uma alternativa ou de estarem reproduzindo o sistema vigente. No entanto, quando uma associada afirma que só após se inserir num espaço de geração de renda coletiva foi que ampliou seus rendimentos, podendo visitar seus familiares que há muitos anos não via, pela falta de recursos, e fazer melhorias materiais em sua residência, aí se destaca a viabilidade de um empreendimento.

Outros associados, deste mesmo grupo (EES1), apresentaram que após sua inserção nos empreendimentos aumentaram as possibilidades de “comprar coisas pra dentro de casa, melhoria dentro de casa”, e pelo tempo livre e por trabalhar

dentro da comunidade local, melhorou o convívio familiar, como apresenta uma das associadas, que relata que a convivência com sua filha melhorou muito, pois quando trabalhava em empresas obtinha pouco tempo, pela alta jornada de trabalho acrescida aos “serões”, para ter os devidos cuidados com a filha que era de pouca idade.

Uma coisa que eu gosto muito na minha vida pessoal que mudou que antes a minha filha, a gente ficava juntas, mas quase não se via, porque eu ia pra lá trabalhar, pegava às oito horas da manhã, mas eu nunca chegava às seis da tarde. Na hora de largar, sempre tinha serão e tinha que ficar. Aí eu voltava pra casa às dez horas, minha filha tava dormindo. Eu não tinha convivência com ela, ela tava mal cuidada, sabe (A2EES1).

O drama de muitas famílias passa pela ausência do convívio familiar, como apresenta essa associada, onde agora ela passa a ter mais tempo para esse convívio com a filha. É importante destacar que será abordado posteriormente, com mais intensidade, a parceria do grupo EES1 com uma creche do bairro que também trabalha de forma cooperativa.

A felicidade é perceptível na fala dos associados dos grupos pesquisados, mesmo onde o EES2 apresenta todas as limitações que se tem em trabalhar sobre os princípios da Economia Solidária, o EES1 já aborda com maior amplitude as possibilidades positivas desses grupos. Gostar do que se está fazendo apareceu nas entrevistas de todos os associados, como apresenta a associada: “e posso dizer que eu não tinha sido feliz como eu tô sendo agora. Isso eu posso dizer e assinar embaixo (risos), eu nunca tinha sido feliz assim. Aí trabalhar feliz, gostar do que está fazendo, não fazer tudo empurrado, sabe, fazer porque tem que fazer” (A2EES1).

Além da felicidade de estar em um ambiente bom de trabalhar, como destacam os associados, as melhorias materiais e a renda os possibilitaram contribuir com seus filhos, como, por exemplo, na formação técnica deles. “sim, nós vivemos exclusivamente pra cooperativa, e o meu filho mais novo faz um curso de informática ali no Colégio Mesquita. Esse colégio é ligado ao sindicato dos metalúrgicos [...], então todo o dinheiro que a gente gasta em casa e usufrui é daqui da cooperativa” (A3EES1).

Para continuar destacando a importância e o que possibilitam aos empreendimentos a seus associados, deve-se destacar uma das falas dos associados do EES1:

[...] até estávamos comentando, eu e aquela senhora que tava aqui, que o dia que nós saímos da cooperativa eu não sei o que vai ser de mim. A gente tá acostumada naquela rotina. Às vezes a gente combina, vamos almoçar fora hoje, algumas pessoas aqui da cooperativa a gente vai e almoça. Numa empresa não tem isso, é diferente. Agora, sexta feira, eu e a N vamos jantar fora pra comemorar o nosso dia, o dia das mães, e isso contribui muito (A3EES1).

Destacando novamente, muitos empreendimentos podem ser considerados inviáveis, ou que reproduzem a lógica do capital, mas, como apresenta Barbosa (2007), esses empreendimentos têm o poder de recolocar em um espaço altamente individualizado o trabalho coletivo. Além disso, os sujeitos integrantes passam a comemorar de forma coletiva datas importantes, como é o caso do Dia das Mães, contribuindo para tornar essa data um dia comemorativo e não apenas consumista. Essas comemorações acontecem dentro do espaço das próprias cooperativas, em especial na EES1, como apresenta a líder do grupo: “disso a gente não abre mão, fazer um lanche diferente, ah, não. Hoje vamos comemorar um aniversário, então, envolvendo todo mundo, sabe, essas coisas e assim, sabe, quando tu vive momentos. Poxa, como é bom trabalhar aqui” (EES1).

No Grupo EES2, através das visitas, percebeu-se além dos pontos já ressaltados anteriormente, também uma preocupação com a saúde física, destacada por um dos associados “bem melhor é claro, tu tem mais facilidade, mais liberdade de horário, facilita mais, sei lá, sair fazer uma caminhada. Então eu posso fazer uma caminhada até oito horas da manhã sem problema algum (A2EES2).

No Grupo EES2, uma das associadas enfatizou a renda que o grupo gera, a ajuda no rendimento familiar, contribuindo com seu esposo e no lazer. “Olha, agora no verão mesmo a gente foi pra praia. Eu também já viajei com dinheiro daqui, já fui pra Bahia, conheci a Bahia, entendeu [...]” (A3EES2).

Essas são algumas probabilidades que os empreendimentos proporcionam aos seus integrantes. Esses que formaram ou se inseriram depois nos empreendimentos buscam uma melhoria de vida através da geração de renda. Trabalhar com os princípios da Economia Solidária em tempos de neoliberalismo, globalização do capital, um processo de reestruturação do capital que muitas vezes obriga os trabalhadores a criarem espaços de geração de renda, abre todas essas outras possibilidades que são fundamentais para manter a viabilidade dos grupos.

Essas possibilidades, em especial a de troca de experiências, ampliada com a inserção dos empreendimentos de Economia Solidária em redes e cadeias produtivas, serão destacadas a seguir.

5.6.4 Redes Solidárias e Cadeias Produtivas na Economia Solidária

Para atingir e manter a viabilidade, sempre destacando a viabilidade no sentido de manter o empreendimento e ainda gerar um excedente para os associados, muitos dos empreendimentos procuram novas alternativas de produção e comercialização, como foi o caso do EES1.

A presidenta do EES1 apresenta: “Que legal que a gente conseguiu construir até aqui, mas pra nós nunca foi parado assim e dizer, bom agora deu, vamos manter só o que temos. Acho que a vida é isso, assim, cada vez temos novos desafios”. Esse desafio foi ampliado com a vinda da Justa Trama, cita essa mesma associada. Essa frase que foi apresentada com orgulho pela presidenta da cooperativa EES1 onde o empreendimento está cheio de novas esperanças, passada a fase de dificuldades diversas, o grupo ampliou as possibilidades de manter a sua viabilidade.

A Rede Justa Trama consiste na marca na cadeia ecológica do algodão solidário, onde participam trabalhadores (as) organizados(as) que são pertencentes a empreendimentos de Economia Solidária. São homens e mulheres que são agricultores, fiadores, tecedores, coletores e beneficiadores de sementes até as costureiras, ou seja, vai do plantio até a colheita, do plantio até a roupa. Essa rede contribui também na preservação do meio ambiente, na eliminação do atravessador, tendo uma produção direta, contribuindo na distribuição justa da renda e no desenvolvimento sustentável (JUSTA TRAMA, 2009).

O empreendimento EES1 faz parte do elo final desta cadeia produtiva que começa no norte do país se estendendo até o sul, estando presente em Tauá, no Ceará, em Pará de Minas, em Minas Gerais, em Porto Velho, no Estado de Roraima, em Santo André, em São Paulo, em Itajaí, em Santa Catarina, chegando nesse empreendimento em Porto Alegre que faz a confecção final das roupas e outros produtos desenvolvidos através do algodão ecológico.

[...] se a gente conseguir viabilizar a Cooperativa, a gente pode mais que isso, vamos juntar com outros e a gente tem todo o processo de uma produção, assim, os agricultores plantando algodão de forma orgânica, você ter um pessoal fazendo fio, uma cooperativa fazendo fio, uma cooperativa fazendo tecido, outras cooperativas confeccionando, outras fazendo botões que é a questão da cooperativa 1⁷⁴, assim, comercializando um produto bom pro corpo, pro meio ambiente e acho que cada vez mais a gente vai estar buscando mais (EES1).

“Estar buscando mais” através dessa cadeia produtiva solidária possibilitou uma maior viabilidade para esse empreendimento e, conseqüentemente, seus associados tendo vantagens, sendo beneficiados nessa nova forma de produção, além de reunir um grande número de pessoas que trabalham de forma solidária para encontrar alternativas de subsistência, têm nessa rede uma forma de organizar, produzir e consumir de forma ética e justa.

Uma cadeia produtiva é uma forma de produção, comercialização e consumo, contribuindo também para uma ampliação de produtos que são produzidos pelos empreendimentos de Economia Solidária (MTE, 2009f).

Isso inclui um processo que parte da matéria-prima, passa pelo uso de máquinas e equipamentos, pela incorporação de produtos intermediários, até o produto final, que é distribuído por uma vasta rede de comercialização. São estes os elos que formam, de maneira geral, uma cadeia produtiva. [...] As cadeias produtivas envolvem ao longo do processo (da produção ao consumo) a formação de redes de cooperação, essenciais para a Economia Solidária. Podem-se reconhecer cadeias produtivas locais ou regionais a partir de aspectos como: existência na região de atividades produtivas com características comuns e existência de infraestrutura tecnológica significativa, ou seja, centros de capacitação profissional, de pesquisa, etc. (por exemplo, as incubadoras). Além disso, é preciso haver a relação entre os agentes produtores e os agentes institucionais locais, consolidando uma coesão positiva (MTE, 2009f, p. 33).

Essas cadeias produtivas que “compõe todas as etapas realizadas para elaborar, distribuir e comercializar um bem ou serviço até seu consumo final” (MANCE, 2003, p. 26) ajudou a dar viabilidade a longo prazo para a cooperativa EES1, como apresenta a própria presidenta. “a gente construiu a Justa Trama, porque é outro corte, é outro viés, sabe, que vai ajudar a dar viabilidade a longo prazo à cooperativa”.

A SENAES apresenta em seu documento de Base da Conferência Nacional de Economia Solidária de 2006, que as pequenas comunidades isoladas têm mais

⁷⁴ Por motivos éticos não será citado o nome da cooperativa que é referenciada pela entrevistada. Essa cooperativa faz parte da cadeia produtiva em que o grupo está inserido.

dificuldades em alcançar níveis de produtividade que lhes permitam competir com os mercados regionais, internacionais e até mesmo mundiais. Por isso, destaca-se que para progredirem, os grupos precisam juntar-se com outras comunidades ou arranjos produtivos através das cadeias produtivas. Essas cadeias produtivas devem ser remodeladas de forma solidária e em rede, exigindo a certificação de todos os integrantes para que respeitem os critérios éticos e ambientais (MANCE, 2003, p. 13).

Essas cadeias produtivas, que reorganizadas de forma solidária [...] “ampliam os benefícios sociais dos empreendimentos, em função da distribuição da riqueza que operam, visando sustentar o consumo nas próprias redes” (MANCE, 2003, p. 26), destacando ainda que “em uma rede, as organizações de consumo, comércio, produção e serviço mantêm-se em permanente conexão em fluxos materiais (produtos, insumos, etc.) de informação e de valor, que circulam através da rede” (MANCE, 2003, p. 220).

Nas redes solidárias destaca-se a importância de experiências coletivas de crédito estarem presentes, disponibilizando microcrédito⁷⁵ para os grupos de Economia Solidária, ampliando as formas de superação das dificuldades na obtenção de crédito, como já destacado.

As redes podem não só ser em nível nacional, como também podem fortalecer a comunidade local, formando cadeias ou redes nos próprios bairros que estão inseridas, redes regionais que possam ser fortalecidas, como também acontece com o EES1.

O empreendimento EES1, após se inserir na cadeia produtiva Justa Trama, segundo suas associadas, ajudou não só na ampliação de trabalho e renda, bem como, na participação em espaços de discussão, de novos cursos de qualificação, ampliando também a participação política. “Os empreendimentos têm que ser fortalecidos, quando eles conseguem se fortalecer economicamente eles também se fortalecem politicamente”.

Com essa inserção política dos associados pode-se construir “uma outra economia”, segundo a presidente do EES1, “e aí eu acho que você faz uma outra economia, sabe, esse cativar das pessoas, elas começam a entender, começam

⁷⁵ “O termo microcrédito designa empréstimos de pequeno valor concedidos a grupos de pessoas solidárias, ou a tomadores de empréstimos individuais, por instituições que podem ser organizações não-governamentais, bancos ou programas públicos” (SERVET, 2009, p. 243).

a pensar, nós temos futuro pensando assim, nós vamos criar empreendimentos de Economia Solidária”.

Através da Justa Trama e outras entidades é que o grupo obteve formação que ajudou na constituição e qualificação do grupo. O grupo EES2 também proporcionou momentos de formação a seus associados, ajudando, assim, na solidificação desses grupos.

5.6.5 Qualificação, Conhecimento, Formação

A formação, qualificação e ampliação de conhecimentos estão presentes nos empreendimentos, proporcionado, principalmente, através das cadeias produtivas e das redes, dos fóruns de discussão e de outros órgãos que fomentam essas alternativas de geração de renda. No caso do grupo EES1, a PLANSEQ⁷⁶ “foi um curso de qualificação, sobre Economia Solidária, a questão jurídica, a gente até precisa mais que isso, assim, a gente participou de um curso de informática. Todos os sócios que quiseram fizeram o curso de informática. É como integrar” (EES1).

No grupo EES1 os associados se qualificam, fazem diversos cursos nas mais diferentes áreas, como já apresentado. Mas os momentos de formação não se resumem através de espaços externos, mas acontecem também nas assembleias, como uma formação interna. Essa formação interna é “sempre no sentido de trazer o informe de outras coisas que tão acontecendo no mundo, sabe, os próprios eventos que a gente participa, trazendo de forma legal pra que as pessoas cresçam” (EES1).

Nesses momentos de formação que acontecem com frequência nas assembleias, que são uma vez por mês, os primeiros 30 minutos do encontro são

⁷⁶ O PLANSEQ - Plano Setorial de Qualificação é uma das ações do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) do MTE, que tem como objetivo qualificar mão-de-obra de acordo com a demanda de cada região. Isso facilita a absorção dos trabalhadores capacitados no mercado de trabalho local. Para isso, além dos cursos, onde o trabalhador é capacitado social e profissionalmente em diversas áreas, o PLANSEQ busca a articulação entre as várias esferas do Governo. O objetivo é patrocinar o desenvolvimento e a inclusão social pelo trabalho (em particular, intermediação de mão-de-obra, geração de trabalho e renda e Economia Solidária), criando oportunidades concretas de colocação de trabalhadores no mercado de trabalho. O PLANSEQ, ECOSOL, uma parceria do sistema público de emprego com a Economia Solidária, é resultado do trabalho conjunto de duas secretarias do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/governo-lanca-plano-de-qualificacao-para-a-economia-solidaria/?searchterm=recicl%C3%A1vel>>. Acesso em: 15 out. 2009.

reservados para esse momento de conversa sobre o que está acontecendo no mundo e para assuntos mais específicos, como a própria Justa Trama.

[...] porque a J. T., sabe, vai andando, andando e às vezes não consegue todo mundo acompanhar o ritmo que tá, então a gente passa o DVD, todo mundo acompanha. Agora o próximo a gente quer passar é o da UNISOL, pra todo mundo ir se apropriando mais disso, depois a gente vai estar passando da Economia Solidária. Então a gente tem uma coleção toda que a gente quer trabalhar com todo mundo (EES1).

Um grupo que tem uma preocupação na formação de seus associados, em entender o que está acontecendo com o mundo, trocando experiências, possibilitando a cada um trazer o que está entendendo da realidade é fundamental para manter a sua sustentabilidade, por entender a realidade onde seu grupo está inserido. Apresenta esse grupo que no setor de costura se tem um aprendizado diário através da troca de experiências. “Agora na costura, muito se aprende assim no dia-a-dia. A costureira que aprende um acabamento novo vai passando pra outra, então se tem uma certa qualificação” (EES1).

A formação, ou qualificação ocorre também no aprimoramento do produto, como aconteceu com a PANSEQ. “Esse a gente fez foi também técnica no sentido de criar novos modelos” (EES1). É importante também para que o grupo seja considerado viável, que vá aperfeiçoando os seus produtos, aplicando tecnologias inovadoras, tanto tecnologia social, como tecnologia “dura”.

Outra formação que aconteceu com o EES1 foi através do Plano de Qualificação Setorial em convênio com a Justa Trama e com a UNISOL, no sentido de qualificar as redes e cadeias sociais, acontecendo cursos em todos os lugares onde se localizam as sedes das cooperativas que fazem parte da cadeia Justa Trama. “E daí nós fizemos aqui e foram 200 horas e a gente decidiu o que a gente queria. Daí a gente fez qualificação profissional, a gente fez de qualificação na formação em Economia Solidária, fez a questão jurídica”.

Outros espaços que podem ser considerados de formação são os momentos de troca de experiências em eventos, como conferências, orçamentos participativos. Juntamente com essa formação, que é destacada também como importante no processo de viabilidade, a cooperativa EES1 aproveita para divulgar o seu trabalho.

[...] até hoje que as pessoas nos chamam pra ir lá e contar a história da cooperativa a gente vai, e isto reverte em trabalho, isto sempre reverteu em trabalho um viu nós um dia em tal lugar, e agora tava pensando em fazer sacolas e tal evento ou viu roupas com etiquetas da gente e acabou retornando. Então assim ó, hoje nossos pedidos ou chegam por *email*, por telefone, ou as pessoas vem aqui diretamente (EES1).

Os espaços de divulgação que sempre revertem em trabalho acontecem de outras formas também, através de reportagens feitas por emissoras de televisão do município, em eventos que comemoram o dia da mulher e já em amplitude maior nos fóruns sociais mundiais, onde eles através de seus produtos como sacolas, camisetas, “em todos os fóruns sociais mundiais, isso acabou ajudando, mas eu acho, com certeza, a gente sente a necessidade de criar uma página, com os nossos produtos” (EES1).

Já o EES2, além do conhecido “boca-a-boca” como meio de divulgação de seus produtos, divulga em um *site* de uma ONG. “a gente tem aquele programa de, de uma ONG holandesa que tem aí [...], eles tem um *site*, que não cobra nada e a gente faz propaganda ali” (EES2).

Entre essas formas de organização, de formação e de divulgação que a Economia Solidária apresenta entre as possibilidades que os empreendimentos são aos seus associados, deve-se destacar a presença do gênero feminino nos grupos pesquisados.

5.6.6 O Desenvolvimento Comunitário Proporcionado Através da Economia Solidária e seus Agentes

A motivação para a criação de outras cooperativas, destacada pelas associadas do EES1, passou a ser uma preocupação do grupo, para contribuir com outras cooperativas no desenvolvimento local.

A preocupação desse grupo é em contribuir com outras cooperativas, ou associações que estão em situação de dificuldade com outras pessoas que queiram montar esse tipo de empreendimento, “então nosso objetivo é muito mais incentivar pra que outras surjam que vão crescendo” (EES1).

O empreendimento EES1 está contribuindo com esses empreendimentos, em especial os que fazem parte da mesma comunidade.

[...] A existência de um empreendimento de um EES (ou mais), no ramo ou na região que apresenta sucesso econômico e solidariedade entre os membros, converte-se em fator decisivo na motivação para a construção de novos EES (CARVALHO e PIRES, 2004, p. 191).

A viabilidade econômica dos empreendimentos pode passar pela colaboração de empreendimentos que já possuem certa sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento desses empreendimentos. “além da nossa cooperativa, a gente foi motivador pra outras cooperativas que tem aqui dentro” (EES1). Essa colaboração pode passar tanto no processo de produção, como de comercialização, ou como seguindo de “exemplo” como uma alternativa viável com a possibilidade de gerar trabalho e renda, um dos objetivos da Economia Solidária. “O testemunho de outras experiências é tomado como agente indutor de novos grupos de autogestão” (BARBOSA, 2007, p. 115).

Para Barbosa (2007):

A presença de uma experiência na região de moradia ou no campo econômico em que se está envolvido, e sua efetiva reprodutividade como opção perante a desocupação, anima outros trabalhadores desempregados ou em outras situações de trabalho precarizantes a se interessarem pelo trabalho associado dessa natureza (BARBOSA, 2007, p. 115).

No caminho percorrido para atingir a viabilidade dos empreendimentos de Economia Solidária, ter uma boa relação com a comunidade local é importante, e isso acontece no EES1, onde as associadas afirmam que “Nós somos a comunidade”, todos então fazem parte da comunidade local.

[...] Todo mundo mora aqui, é uma cooperativa que as pessoas vão pra casa a pé, às 11 horas, fazem almoço, atendem seus filhos, fazem seu serviço de casa volta a uma, é mora, a gente sai daqui vai se dividindo pelo caminho, porque uns vão por uma rua outros por outra, então tem uma coisa que eu acho que é um dos fatores do sucesso da cooperativa. Isso, sabe, você mora no mesmo lugar, eu acho que ela cria relações que às vezes você não, não preserva se fosse diferente (EES1).

Isso demonstra a boa relação que a cooperativa tem com a comunidade a qual pertence, proporcionando um “ambiente comunitário” bom, onde o grupo também pode contribuir para o desenvolvimento dessa comunidade.

O desenvolvimento comunitário significa o desenvolvimento de todos os seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição. Conforme a preferência dos membros, muitos ou todos podem preservar a autonomia de produtores individuais ou familiares (SINGER, 2004, p. 3).

Para Icaza (2004, p. 47), “os empreendimentos de Economia Solidária são portadores de novos processos de inserção social e de desenvolvimento local [...]”, onde a possibilidade de participação no grupo abre um novo espaço de cidadania para os integrantes dos empreendimentos, contribuindo para a inclusão social.

Porém, mesmo estando articulados com as comunidades locais, ou regionais, vai depender das características do grupo e do contexto que o mesmo está inserido (ICAZA, 2004, p. 47). Pode-se perceber uma diferença entre os grupos pesquisados, onde a integração com a comunidade, a articulação com o que os cerca, consiste em maior ou menor grau, onde o empreendimento EES1 possui uma maior afinidade com sua comunidade, talvez pelo grupo ser todo de apenas uma comunidade, diferentemente do outro que possui associadas por vários bairros da capital gaúcha.

Essa proximidade na comunidade contribui para a viabilização do empreendimento, pois “os laços de proximidade (muitas vezes de parentesco) fazem com que a Economia Solidária (como a informal em geral) se fortaleça nesse horizonte incapaz de gerar empregos” (BARBOSA, 2007, p. 166).

A melhoria nas condições de vida desses trabalhadores que frustrados por estarem na lista de dispensa do capital ou por opção própria encontram na Economia Solidária uma forma de satisfação de suas necessidades e de desenvolvimento da sua comunidade local⁷⁷.

O processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (AMARO, 2009, p. 108).

A solidariedade que está presente nas atividades coletivas e autogestionárias e contribui para impulsionar a comunidade local, como é o caso das cooperativas

⁷⁷ “O conceito de desenvolvimento local corresponde, sobretudo a uma multiplicidade assinalável de iniciativas de base local, a partir das quais, atores locais, de muitos tipos e numa grande variedade de situações, tentam encontrar respostas para os problemas colocados pelas crises econômicas, tecnológicas, ambientais e políticas que puseram termo ao chamado período dos “anos dourados” do crescimento econômico relativamente estável dos anos 30” (AMARO, 2009, p. 108).

que se formaram após a contribuição da cooperativa EES1. Cabe destacar que além de potencializar outras cooperativas, contribuiu para que as associadas que saíram da cooperativa, por diversos motivos, pudessem desenvolver o seu próprio negócio, como também aconteceu no EES1.

[...] Outras iniciativas, com certeza, hoje eu olho assim e penso poxa que legal que foi, independente de onde as pessoas foram. As pessoas aprenderam a empreender, e elas não estão sozinhas, todas estão com mais alguém sabe, ou com a família mesmo tocando alguma coisa (EES1).

A contribuição para outras iniciativas, não só consideradas de Economia Solidária, também contribui para o desenvolvimento da comunidade local e no processo de viabilidade dos próprios empreendimentos, criando um círculo de consumo dentro do próprio bairro. A contribuição na promoção de trabalhadores para outras cooperativas ou para o comércio local atinge um dos objetivos da Economia Solidária que é também a promoção do desenvolvimento local e comunitário.

A Economia Solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado à promoção dos trabalhadores, com recursos e ferramentas de produzir e distribuir riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades e ao desenvolvimento local (THESING e JULIANI, 2008, p. 49).

O desenvolvimento comunitário promovido pelo EES1 é feito através da contribuição com uma creche comunitária, já destacada. Essa creche trabalha dentro da perspectiva da Economia Solidária, ou seja, é uma cooperativa que tem associadas do EES1 que também participam enquanto cooperadas atendendo toda a comunidade local.

[...] Também motivou a criação da cooperativa NV⁷⁸ que é uma creche que atende 80 crianças. Aí a gente criou a cooperativa. Algumas pessoas da cooperativa integram, e que tem esse trabalho como educadoras. Também são pessoas que moram aqui, e a gente está aí direto, em tudo, orçamento participativo, associação de moradores (EES1).

A contribuição do EES1 para o desenvolvimento local, fundamental para a viabilidade do empreendimento e, conseqüentemente, no desenvolvimento socioeconômico dos associados, vai além de apoiar outros empreendimentos, vai da

⁷⁸ Abreviação do nome de uma cooperativa que o grupo EES1 ajudou a criar e a potencializar.

participação em momentos de discussão do que é melhor para sua comunidade, como acontece através do orçamento participativo e até mesmo através da associação de moradores. Esses espaços proporcionam o desenvolvimento da cidadania, onde todos, de forma democrática, podem contribuir para o desenvolvimento do espaço onde sobrevivem, espaço de lutas por direitos e de uma melhor qualidade de vida.

A Economia Solidária tem a potencialidade de fortalecer o conceito de desenvolvimento local que compreende o crescimento econômico como indispensável e indissociável de um processo simultâneo de distribuição de renda, garantia e ampliação dos direitos sociais e de cidadania e melhoria da qualidade de vida da população (THESING e JULIANI, 2008, p. 49).

Esse envolvimento comunitário dos grupos de Economia Solidária se apresenta então como um momento de discussão e ação das dificuldades encontradas pelos empreendimentos e pela comunidade que os cerca. Essa Economia Solidária “trata-se de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, ecológico que atenda às necessidades básicas do povo e de uma sociedade mais solidária e justa” (THESING e JULIANI, 2008, p. 49). Pode-se levar também para fora do espaço comunitário, ou seja, para a comunidade em geral, contribuindo para o desenvolvimento societário e dos próprios empreendimentos.

Esses desafios que são diários nos empreendimentos podem contribuir para a implementação das políticas sociais, como a política do trabalho, e podem também servir como forma de melhorar as políticas sociais, pois, essas organizações solidárias promovem o desenvolvimento comunitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação tem como objetivo principal analisar as formas de sustentabilidade que os empreendimentos de Economia Solidária oferecem aos seus associados. Os empreendimentos de Economia Solidária aparecem no cenário atual como sendo uma forma de geração de trabalho e renda na perspectiva solidária e autogestionária. A mudança no mundo do trabalho oportunizou e/ou obrigou muitos trabalhadores a criar novas formas de geração de trabalho e renda. A reestruturação do capital, processos de globalização e a adoção de políticas que visam ampliar a competitividade e reduzir o papel do Estado, principalmente na área social, nas crises cíclicas do capital, reduziram significativamente os postos de trabalho, ampliando a pobreza, a desigualdade social e a exclusão social.

A Economia Solidária está sendo encarada como uma forma de superação da falta de renda e de trabalho, no entanto, os empreendimentos econômicos e solidários possuem algumas divergências enquanto sua conceituação e sua eficácia ou eficiência em relação à redução da pobreza e da desigualdade social. Muitos atores inseridos nesses empreendimentos e na discussão deste tema acreditam que esses empreendimentos são inviáveis do ponto de vista econômico, tornando-se funcionais ao capital, reproduzindo a lógica imposta pelo sistema vigente que prega a precarização e a exploração da força de trabalho com o intuito de retomar a taxa de acumulação.

Outros atores defendem o oposto, que a Economia Solidária é uma forma encontrada, que além de geração de renda e de trabalho coletivo de forma solidária e autogestionária são empreendimentos viáveis para o desenvolvimento social dos associados a quem dela participa.

Os grupos pesquisados são atores que acreditam na possibilidade da Economia Solidária ser uma forma de geração de trabalho e renda diferenciada da tradicional. Eles estão encarando certas dificuldades através da confecção e estão gerando renda para esses sujeitos (des)necessários ao capital. Para chegar a esse

entendimento, através da análise dos dados dessa pesquisa, através das categorias criadas, primeiro a econômica onde se apresenta o desenvolvimento econômico dos grupos e a outra do trabalho coletivo e suas possibilidades de sustentabilidade dos associados, chegou-se à conclusão de que esses grupos estão sendo viáveis socioeconomicamente a seus associados.

Para o grupo poder contribuir com seus associados, o mesmo necessita ter viabilidade. Essa viabilidade, em especial a econômica, os grupos pesquisados encontraram encarando limitações como na falta de equipamentos, no acesso ao crédito, na comercialização, na produção através da união entre os associados dos grupos e entre cooperativas em todas as atividades, não apenas na produção ou comercialização, mas em especial através da gestão coletiva, através da autogestão.

O grupo que seguiu com mais rigor os princípios da Economia Solidária obteve maior êxito em suas atividades e uma maior viabilidade econômica. Mesmo que muitos teóricos apontem que quanto mais autogestionário o grupo for, o seu grau de competitividade para se manter viável economicamente é reduzido, o grupo EES1 pode contestar essa versão.

Além deste dado, os achados desta pesquisa foram diversos, como os que reafirmam pesquisas já desenvolvidas sobre o tema e contestam outras sobre a viabilidade socioeconômica dos empreendimentos. É perceptível a presença constante de análises sobre a falta de escolaridade dos associados dos EES. Nessa análise pode-se perceber que isso nem sempre é o correto, onde o grupo que possui menor escolaridade possui também limitações inferiores do que o outro grupo que possui até mesmo formação superior entre seus coordenadores.

Os grupos encontraram a viabilidade de forma diferente. O grupo EES2 foi através de uma forma mais tradicional, se inserindo no mercado ainda de forma isolada, atendendo como facção. O grupo EES1 atingiu uma maior viabilidade econômica após se inserir em uma cadeia produtiva, trabalhando de forma cooperada com as mais diversas cooperativas. A inserção nesse novo espaço, que deve ser amplamente fomentado por políticas públicas, possibilitou mais do que trabalhar em rede, ter mais comercialização e renda, possibilitou atingir um dos objetivos da Economia Solidária que é divulgar e impulsionar o comércio justo e solidário através do algodão ecológico. Potencializou amplamente o grupo, pois abriu espaço de discussão sobre este tema, com o qual milhares de pessoas estão

envolvidas em todo o Brasil, possibilitando a participação de todos os associados em eventos de qualificação.

A qualificação, que também é fomentada nesses grupos, é uma das formas de sustentabilidade que os empreendimentos solidários proporcionam a seus associados. Uma qualificação em que, através de uma gestão coletiva, todos decidem qual é a melhor formação para si e para o empreendimento. Essa formação contribuiu para outros associados que após se inserirem em empreendimentos solidários aprenderam a empreender, e hoje os que não estão mais na cooperativa estão desenvolvendo outros tipos de atividades na própria comunidade, como destaca a líder do EES1.

Isso, e toda a renda gerada no ambiente comunitário, na cooperativa e em outros espaços ajuda a desenvolver a comunidade local, proporcionando, assim, uma maior sustentabilidade não só para com os associados, mas para quem está inserido neste espaço.

Esse desenvolvimento comunitário acontece também na relação entre grupos de Economia Solidária do próprio bairro, que foram potencializados, como no caso do grupo EES1, e que hoje trabalham de forma coletiva. Destaca-se aí, que existe uma geração de renda, não só em espaços de produção, como a confecção, mas através da parceria com as creches comunitárias, onde os filhos das associadas podem permanecer enquanto as mesmas estão na cooperativa e ainda podem gerar renda para quem trabalha nesse espaço necessário na sociedade atual.

A viabilidade dos empreendimentos pesquisados passou também pela participação de todos, através do “núcleo duro” desde a criação do EES1, na participação em espaços de trocas de experiência e discussão sobre Economia Solidária, em eventos como fóruns sociais mundiais e nas várias instâncias dos fóruns de Economia Solidária.

Cabe destacar, também, que esses empreendimentos para atingirem a viabilidade e, conseqüentemente, contribuírem com seus associados, necessitaram de uma ajuda externa. Este apoio veio através de entidades públicas estatais ou de outras organizações não-governamentais. As Incubadoras Sociais são fundamentais, essas que são financiadas pelo poder público estatal. Nestes espaços, o Assistente Social tem a possibilidade de contribuir no fortalecimento dos grupos, e ter ações pontuais, mas não de forma conjunta com as cooperativas.

A contribuição para com estes associados, através do trabalho e da gestão coletiva, vai além da geração de renda, possibilitando melhorias em suas residências, emancipação de algumas mulheres, viagens, lazer, entre outros. Esses empreendimentos abrem condições de um trabalho onde os meios de produção são dos próprios associados, em que através da solidariedade, se oportuniza também a flexibilidade nos horários, contribuindo para atividades físicas, como destaca o EES2, ou para se ter mais tempo para cuidar dos filhos, como destacam os associados do EES1.

A Economia Solidária oportuniza, assim, o acesso à geração de renda, através da produção, da comercialização dos produtos e, em especial, de uma experiência em gestão coletiva. É uma forma de inclusão social que possibilita a redução dos efeitos das refrações da questão social. Esses empreendimentos possibilitam a inserção dos sujeitos desnecessários ao capital, ao mundo do trabalho, não de uma forma exploratória, mas de uma forma democrática e autogestionária. Os grupos pesquisados demonstram que a Economia Solidária é viável, proporciona maior qualidade de vida aos associados, rompe com uma lógica de exploração do trabalhador (no contexto do empreendimento em que se insere), sendo outra lógica de relação social e econômica, e que pode ser vivida e conquistada.

Sendo assim, os grupos formados por esses sujeitos contribuem com as políticas sociais, gerando renda para seus associados, contribuindo na redução da pobreza, porém sua maior contribuição pode estar nos momentos de discussão, oportunizando a criação de espaços coletivos para a discussão das políticas sociais, que são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade.

Além disso, a felicidade proporcionada por trabalhar em espaços próprios e por realizar atividades que gostam de executar, também é vivenciada por esses grupos de geração de renda. Os dados desta pesquisa mostram, então, que os associados destacam a felicidade de estar trabalhando nesses espaços, que gera trabalho e renda para eles enquanto associados, contribui para a ampliação do poder financeiro das comunidades, melhorando assim a qualidade de vida de todos.

Ressalta-se, assim, que mesmo com todas as dificuldades que vão sendo superadas, a felicidade está presente nesses grupos, onde o orgulho em trabalhar nesses espaços não é só pelo fator econômico, mas por se estar inserido em um ambiente em que existe uma harmonia, fundamental em tempos de individualismo

como o atual, que é o grande motivador para a construção de uma sociedade, de um novo Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADS. **Agência de Desenvolvimento Solidário**. Disponível em: <<http://www.ads.org.br>>. Acesso em: 13 set. 2009.

_____. Disponível em: <<http://www.ads.org.br/parceiros.asp>>. Acesso em: 30 agosto 2009.

ALBUQUERQUE, P. P. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento Local. In: CATTANI, Antonio David *et al.* (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

ANTEAG, Autogestão. **Construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. São Paulo: Anteag, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, Maria Ozanira da; YAZBECK, Maria Carmelita (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Luis, MA: Cortez, 2006.

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível: a formação do ser humano integral: Economia Solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

ASSEBURG, Hans Benoo; ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária diante das desigualdades. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 499-533, 2007.

ATLAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. **Mapeamento Nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2008.

AVESOL. **Redes solidárias**. Disponível em: <<http://www.avesol.org.br/page/Avesol-Historico.aspx?t=ul-hAvesol>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

_____. Disponível em: <<http://www.avesol.org.br/page/Avesol-Missao.aspx?t=ul-hAvesol>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

Atlas da exclusão social: **A exclusão do mundo**/ Marcio Pochmann... [et al] organizadores –São Paulo, Cortez, 2004

BANCO PALMAS. Disponível em: <http://www.bancopalmas.org/pt/conheca_nos.html>. Acesso em: 28 set. 2009.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, Maria Ozanira da; YAZBECK, Maria Carmelita (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Luis, MA: Cortez, 2006.

_____. **A Economia Solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BARRETO, André Valente de. Cultura da Cooperação: subsídios para uma Economia Solidária. In: SOUZA, André Ricardo de *et al.* **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

BARROS, Aildil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza, **Projeto de pesquisa**: Proposta Metodológica. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. DOU de 16/12/71. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

BULLA, Leonia Capaverde. **Serviço Social, educação e práxis**: tendências teóricas e metodológicas. Tese de Doutorado da Faculdade de Educação. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CARVALHO, Ricardo Alves de Carvalho; PIRES, Sanyo Drummond. Para além dos aspectos econômicos da Economia Solidária. In: GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e experiências da Economia Solidária**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CFESS. Código de ética. 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. Associativismo. In: CATTANI, Antonio David *et al.* (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania**: produção e direitos na era da globalização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COLBARI, Antonia L. **Ética do trabalho**. São Paulo: Letras e Letras/FCAA/UFES, 1995.

COTERA, Alfonso; ORTIZ, Humberto. Comércio Justo. In: CATTANI, Antonio David *et al.* (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CRUZ, Antonio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade. A dinâmica da Economia Solidária em quatro cidades do MERCOSUL**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

CRUZ-MOREIRA, Juan Ricardo. Cooperativas Populares de Confeção do Estado de São Paulo. In: SOUZA, André Ricardo de *et al.* **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária**. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

CULTI, Maria Nezilda. **Mulheres na Economia Solidária: Desafios sociais e políticos**. Texto aceito para apresentação no IV Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas realizado de 4 a 7 jul. 2004 em Bratislava-República Eslovaca. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3731&Itemid=62>. Acesso em: 10 ago. 2009.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Dimensões da luta política nas práticas da Economia Solidária. SOUZA, André Ricardo de *et al.* **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária**. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

DEDDECA, Cláudio. As mudanças no sistema das relações de trabalho. In: Diplô BRASIL: **Caderno de Debates do Lê Monde Diplomatique**. Edição brasileira - especial n. 1: Globalização e mundo do trabalho, set. 2000. A Caminho do Fórum Social Mundial. p. 4-6.

DEFOURNY, Jean. Economia Social. In: CATTANI, Antonio David *et al.* (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

DIEESE. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/peddad.xml>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

DRUCK, M. G. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

ECOSOL. **Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário**. Disponível em: www.ecosol.com.br. Acesso em: 28 abr. 2009.

EID, Farid. **Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo**. 2004. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/imagens/artigos/set05/UNEMAT2004.pdf>>.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.justatrama.com.br/pt/oqueue/index.php?id=2041>>. Acesso em: 07 ago. 2009.

FILHO, Genauto de Carvalho França. Teoria e prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**. Porto Alegre: PUCRS, v. 7, p. 155-174, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2041/1542>>. Acesso em: 12 out. 2009.

____; CUNHA, Eduardo Vivian da. Incubação de redes de Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David *et al.* (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

FIORI, Mylena. **Crise mundial levará mais de 55 milhões de pessoas à pobreza extrema prevêem BIRD e FMI**. Repórter da Agência Brasil. Disponível em: <<http://luishipolito.wordpress.com/2009/04/24/crise-mundial-levara-mais-de-55-milhoes-de-pessoas-a-pobreza-extrema-preveem-bird-e-fmi/>>.

FLEURY, A. C. C.; VARGAS, N. (Orgs.). **Organização do trabalho: uma abordagem interdisciplinar**. Sete casos brasileiros para estudo. São Paulo: Atlas, 1983.

FOME ZERO. **Governo lança plano de qualificação para a Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/governo-lanca-plano-de-qualificacao-para-a-economia-solidaria/?searchterm=recicl%C3%A1ve>>. Acesso em: 11 set. 2009.

FRANTZ, Walter. **Organizações solidárias e cooperativas: Espaços de educação e bases da Economia Solidária**. Série Economia Solidária. Caderno n. 3. Ijuí: Unijui, 2006.

FUTATA, Marli Delmônico de Araújo. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 47, abr. 2005, ano IV.

GAIGER, Luíz Inácio. Empreendimentos de Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

____. (Org.). **Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

____. **Empreendimento Econômico Solidário**. CATTANI, Antonio David *et al.* (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

GAIVIZZO, Soledad Bech. **Limites e possibilidades da Economia Solidária no contexto das transformações do mundo do trabalho: a experiência da incubadora de cooperativas populares da Universidade Católica de Pelotas**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

GASKELL, George; BAUER, Martin W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GAVIRAGHI, Fabio Jardel. **A política pública de Economia Solidária e sua contribuição aos empreendimentos de Economia Solidária segundo a percepção dos associados/cooperados de alguns empreendimentos da região noroeste gaúcho/RS**. Trabalho de conclusão de curso. Ijuí: Unijuí, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOERCK, Caroline (Org.). **Emergência do cooperativismo, reestruturação do capital e Economia Solidária e o papel do Serviço Social em empreendimentos solidários**. Cadernos Unijuí, Série Economia Solidária, n. 5. Ijuí: Unijuí, 2006a.

____. **Processos de trabalho na Economia Popular Solidária: Uma forma diferenciada de organização do trabalho coletivo no Vale do Rio Pardo**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, 2006b.

GONÇALVES, Wagner Augusto. **O Marco Jurídico da autogestão e Economia Solidária**. Relatório Final do Convênio MTE/IPEA/ANPEC – 01/2003. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_marco_autogestao.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2009.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da nova república**. Secretaria da coordenação e planejamento. Fundação de Economia Estatística Sugfried Emanuel Heuser. Porto Alegre: FEE, set. 2003.

GUÉLIN, André. **L' invention de l' economie sociale**. Paris: Economica, 1998.

GUIMARÃES, Gonçalo; SCHWENGBER, Ângela. (Orgs.). **Diretrizes para políticas de Economia Solidária: a contribuição dos gestores públicos: rede de gestores de políticas públicas de Economia Solidária**. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução de A. U. Sobral e M. S. Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

HOBBSAWM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo: trajetória e desafios. In: MOLINA M. Maria Lorena. La cuestión social y la formación profesional en Trabajo Social en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidade latinoamericana. **XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social**. San José, Costa Rica, 2004. p. 17-50.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

IANNI, Octavio. O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **A reinvenção do futuro: Trabalho, educação, política na globalização do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **A era do globalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania: Mapeando a Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, Luiz Inácio. (Org.). **Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antonio David *et al.* (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

INSTITUTO GÊNESIS. **O que é a Incubadora Social?** Disponível em: <<http://www.genesis.puc-rio.br/genesis/main.asp?Team=%7BC5D2B82E-7418-46A1-9981-9986EC6E49DE%7D>>. Acesso em: 23 dez. 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. **Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano**. n. 7 ago. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/ReducaoPobreza_CPre si7.pdf>. Acesso em: 12 out. 2009.

_____. **Comunicado da Presidência: Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano**. Desenvolvido pela equipe técnica do IPEA. 2004.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. **Cooperação**. In: CATTANI, Antonio David *et al.* (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

JUSTA TRAMA. **Fibra Ecológica.** Disponível em: <<http://www.justatrama.com.br/pt/oquee/index.php?id=2041>>. Acesso em: 07 ago. 2009.

KOSICK, Karel. **A Dialética do Concreto.** São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luíz Inácio. **Economia Solidária.** In: CATTANI, Antonio David *et al.* (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia.** São Paulo: Almedina, 2009.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **Trajetórias intelectuais e o Campo da Economia Solidária no Brasil.** Tese de Doutorado. São Paulo: UNICAMP, 2004.

_____. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil.** Cadernos Unijuí, série Economia Solidária. Ijuí: Unijuí, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/ Lógica Dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEMES, Fabio Roberto. A inserção da Economia Solidária no mercado: contradições e possibilidades. **Outra Economia.** Vol. II, n. 2, 1º semestre/2008. Disponível em: <www.riless.org/otraeconomia>. Acesso em: 20 jul. 2009.

MANCE, Euclides André. Cadeias produtivas Solidárias. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo.** Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro I, 1980.

MATTOSO, J. E. L. **A Desordem no trabalho.** São Paulo: Scritta, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, Roque. **Análise textual discursiva.** Ijuí: Unijuí, 2007.

MTE. **Novo Marco Jurídico da Economia Solidária.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_elaboracao.asp>. Acesso em: 28 jul. 2009.

_____. **As origens recentes da Economia Solidária.** Disponível em: <www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_origem.asp>. Acesso em: 12 ago. 2009a.

_____. **O que é Economia Solidária.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em 12 ago. 2009b.

_____. **A Economia Solidária no Ministério do Trabalho e do Emprego.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_mte.asp>. Acesso em 12 ago. 2009c.

_____. **Apresentação.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em 12 ago. 2009d.

____. **Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras.asp>. Acesso em 12 ago. 2009e.

____. **Sistema de Informações em Economia Solidária - (SIES).** Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: 12 ago. 2009f.

____. **Secretaria Nacional de Economia Solidária.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_historico.asp>. Acesso em: 28 jul. 2009g.

____. **Conselho Nacional de Economia Solidária.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/cons_default.asp>. Acesso em: 12 ago. 2009.

____. **Documento Final. I Conferência Nacional de Economia Solidária - Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento.** Brasília, 26 a 29 jun. 2006.

MOTHÉ, Daniel. **Autogestão.** In: CATTANI, Antonio David *et al.* (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia.** São Paulo: Almedina, 2009.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade.** n. 50, p. 87-132. São Paulo: Cortez, 1996.

____. A ordem social contemporânea é o desafio central. **Boletín Electrónico Surá,** 2006.

NOBRE, Miriam. Mulheres na Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBECK, Maria Carmelita (Orgs.). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** São Luis, MA: Cortez, 2006.

OCERGS. **Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande Do Sul.** Disponível em: <<http://www.ocergs.com.br/>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. Mulheres na Economia Solidária: Possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Revista, Sociedade e cultura,** v. 11, n. 2, jul./dez., p. 325 a 332, 2008.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A nova problemática do trabalho e a ética.** In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo.** Guia Prático. 2. ed. Porto Alegre: Organização das Cooperativas de Porto Alegre, 1984.

PEREIRA, Potyara A. P.. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PESSOA, Cludes *et al.* **Economia Solidária e Feminista:** reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres. Disponível em: <www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task>. Acesso em: 12 out. 2009.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil:** da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: Taylorismo, Fordismo e Toytismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social**. Tese de Doutorado da Faculdade de Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

POCHMANN, Marcio. Rumos da Política de Trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBECK, Maria Carmelita. (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Luís, MA: Cortez, 2006.

_____. Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e limites. **Revista Mercado de Trabalho (IPEA)**, 10 ago. 2004. Disponível em: <http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/es_possibilidades_e_limites.pdf>. Acesso em: 12 out. 2009.

_____. **A década dos mitos**. São Paulo: Cortez, 2001.

RAZETO, Luis. Economia de Solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUITERÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

REIS, Carlos Nelson dos. Exclusão Social: a multidimensionalidade de uma definição. In: DESAULIERS, J.; MENDES, J. M. (Orgs.). **Textos e contextos: Perspectivas da produção do conhecimento em Serviço Social**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 123-140.

_____; NASCIMENTO, Aline Fátima do. **Formas Alternativas de Economia Solidária: algumas evidências de lãs restricciones impuestas por la concurrencia del mercado**. IX Congreso Internacional de la Asociación Española de Historia, 2008.

SALAMA, Pierre. **Uma Introdução à economia política**. In: SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002b.

SCHWENGBER, Ângela. **Diretrizes para uma política pública de Economia Solidária: A contribuição da rede de gestores**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_rede.pdf>. Acesso em: 12 out. 2009.

SERVET, Jean Michel. Microcrédito. In: CATTANI, Antonio David *et al.* (Orgs.). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. Revista Ampliada. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil**. São Paulo: Cortez; São Luis, MA: FAPEMA, 2006.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998.

____. **É possível levar desenvolvimento para as comunidades pobres?** Texto para discussão. 2004. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentocomunidadespobre.pdf>. Acesso em: 12 out. 2009.

____. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

____. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

____. PAC antecipou a crise e protegeu o Brasil. **Revista Fórum 2009c.** Disponível em: <<http://www.cut.org.br/content/view/13612/170/>>. Acesso em: 18 abr. 2009.

____; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

____. (Orgs.). **Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** Coleção Questões da Nossa época. v. 78, São Paulo: Cortez, 2000.

____. **O desastre social.** SADER, Emir (Org.). Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, André Ricardo de Souza. Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, André Ricardo *et al.* (Orgs.). **Uma outra Economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária.** São Paulo: Contexto, 2003.

SUNKEL, Osvaldo. A sustentabilidade do desenvolvimento atual na América Latina. In: ABRAMOVAY, Ricardo; ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro (Orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento.** São Paulo: Edusp/Unesp, 2001.

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

THESING, Nelson José; JULIANI, Luis. **Economia Solidária e desenvolvimento local.** Série Economia Solidária, Cadernos Unijuí. Ijuí: Unijuí, 2008.

TIRIBA, L. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000. p. 221-224.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo.** São Paulo: Atlas, 1987.

____. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** Atlas: São Paulo, 1995.

UNISOL. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/conteudos/unisol/oqueeh.wt>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

WAUTIEZ, Françoise *et al.* Indicadores da Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

WIKIPEDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Margaret_Thatcher>. Acesso em: 18 nov. 2009.

_____. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ronald_Reagan>. Acesso em: 18 nov. 2009.

_____. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/David_Harvey>. Acesso em: 18 nov. 2009.

_____. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_da_Oncei%3%A7%C3%A3o_Tavares>. Acesso em: 18 nov. 2009.

APÊNDICE A

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Grupos de Estudos sobre trabalho e Assistência Social – (GEPsTAS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Empreendimentos de Economia Solidária: caminhos da (in)viabilidade?

Justificativa e Objetivos: este estudo tem por objetivo analisar as formas de sustentabilidade que os empreendimentos proporcionam a seus associados, com vistas a contribuir com as políticas sociais. Este estudo será idealizado devido à percepção do pesquisador em dar uma maior ênfase a esses grupos de geração de trabalho e renda, bem como porque esse tipo de empreendimento está sendo enfatizado como uma importante alternativa de sustentabilidade dos sujeitos que sofrem com as manifestações da questão social.

Procedimento: a coleta de informações será através da técnica de entrevista individual com os associados/cooperados e com integrantes de cada diretoria, onde será utilizado um formulário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, sendo que um será feito com a diretoria dos empreendimentos e o outro com os associados.

Riscos: A participação na pesquisa não causa nenhum tipo de risco a saúde ou de outra natureza.

Benefícios: A participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimento sobre Empreendimentos de Economia Solidária. Sendo assim, não haverá nenhum tipo de benefício financeiro ou de outra natureza.

Garantias: Garantia de requerer esclarecimentos a qualquer pergunta ou dúvida a cerca do estudo.

-Ter a liberdade de me retirar do consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que me traga qualquer prejuízo.

-Ter a segurança de que não serei identificado, e de que se manterão em caráter confidencial as informações relacionadas à minha privacidade, podendo eu, inclusive, escolher um nome fictício como identificação.

-Que serão mantidos os preceitos éticos e legais após o término do estudo.

-Ter o compromisso do acesso às informações em todas as etapas do trabalho, bem como do resultado deste.

-De permitir o uso do gravador, máquina fotográfica e anotações das falas, com garantia de anonimato.

Consentimento; Tendo em vista os itens acima apresentados, eu _____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa e declaro que fui informado sobre o objeto da mesma, tendo recebido cópia do presente Termo de Consentimento. Fui informado (a) que não existem danos a minha integridade física e emocional provocados pela pesquisa.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Caso haja novas perguntas sobre este estudo, posso chamar a Dra. Gleny Guimarães no telefone (051) 3320-4113, ou através do endereço eletrônico gleny@puhrs.br.

A aplicação dos instrumentos está sendo realizada pelo mestrando Fabio Jardel Gaviraghi, fabiogaviraghi@yahoo.com.br ou pelo fone (51) 99396910.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE B

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Dados de Identificação:

1. Idade do Associado/cooperado:

() De 18 a 20 () de 20 a 25 () de 25 a 30 () de 30 a 35 () de 35 a 40 ()
de 40 a 45 () de 45 a 50 () de 50 a 55 () de 55 a 60 () de 60 a 65 ()
acima de 65.

2. Gênero: () Masculino () Feminino

3. Escolaridade:

() Analfabeto (a)

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Superior Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Pós-Graduação

() Ensino Médio Completo

4. Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Separado(a) () Viúvo(a)

() União estável () Outro_____

5. Você mora com quem: () Sozinho () Com familiares () Com amigos

() Companheiro (a)

6. Possui Filhos: () Sim () Não

7. (Se sim na anterior) Quantos? () Um () Dois () Três () Quatro

() Cinco ou mais

8. Caso tenha filhos, os mesmos lhe acompanham no empreendimento? () Sim ()

Não

Qual a idade deles?	Qual o grau de escolaridade deles?	De que forma eles participam?	Existe alguma atividade especial que eles desenvolvem? Quais?

Condições de moradia:

9. Sua moradia é: () Própria () Alugada () Cedida () Ocupada
() Outra_____

Trabalho e renda:

10. Qual é sua Renda Individual?

- () Até meio salário mínimo (R\$ 233,00)
- () Até um Salário Mínimo (R\$ 465,00)
- () Um salário Mínimo
- () Dois salários Mínimos
- () Três Salários Mínimos
- () Quatro Salários Mínimos
- () Cinco Salários Mínimos
- () Mais de cinco Salários Mínimos

11. Você possui outra renda, fora essa adquirida através do trabalho coletivo?

12. Se não fizesse parte desse empreendimento, teria alguma outra forma para obter a sua sobrevivência?

13. Qual é sua Renda Familiar?

- () Até um Salário Mínimo
- () Um salário Mínimo
- () Dois salários Mínimos
- () Três Salários Mínimos
- () Quatro Salários Mínimos
- () Cinco Salários Mínimos
- () Mais de cinco Salários Mínimos

14. Quantas pessoas dependem dessa renda? (Contar inclusive o respondente)

- () uma () duas () três () quatro () cinco () mais de cinco

15. Antes de pertencer como associado(a) ao empreendimento, se possuía, qual era a sua renda?

- () Até meio Salário Mínimo (R\$ 233,00)
- () Até um Salário Mínimo (R\$ 465,00)
- () Um salário Mínimo
- () Dois salários Mínimos
- () Três Salários Mínimos
- () Quatro Salários Mínimos
- () Cinco Salários Mínimos

() Mais de cinco Salários Mínimos

Você trabalha quantas horas por dia? () 8h () 6h () 4h () 10h () outro. E você trabalha no fim de semana?

Experiência em trabalho cooperativo:

16. Quais os motivos de sua inserção na associação/cooperativa e quanto tempo trabalha na mesma?

17. Você tinha algum vínculo empregatício antes de entrar no empreendimento? Se sim, como era o vínculo? () Carteira assinada () como prestador de serviços () como autônomo () não tinha qualquer tipo de vínculo empregatício.

18. Que tipo de trabalho você desenvolvia?

19. Você percebe a diferença entre ser associado/cooperado e ser empregado de carteira assinada (Emprego formal)? (Esta pergunta destina-se a quem trabalhou em outro(s) local (ais)).

() Sim () Não

20. Por quê?

21. Sua renda melhorou depois que se associou? () Sim () Não
No que melhorou?

() possibilitou fazer uma reforma ou compra de uma residência

() possibilitou comprar algum móvel ou imóvel

() permitiu ter mais condições para o lazer

() contribui para com os filhos, na educação, alimentação, roupas

() contribuiu para quitar alguma dívida

() permitiu fazer uma poupança

() outras melhorias_____

22. O que mudou na sua vida pessoal? (APENAS SUGESTÕES, NÃO INDUZIR A RESPOSTA)

() Alimentação

() Autoestima

() Lazer

() Estudo para os filhos

() Vida cultural

() Outras _____

23. O que mais mudou de positivo na sua vida após fazer parte do Empreendimento de Economia Solidária?

24. Teve alguma mudança negativa na sua vida após a sua inserção nesse empreendimento?

25. Qual a atividade que você desenvolve dentro do empreendimento? _____ Você gosta de desenvolvê-la?

Outros dados:

26. Você contribui para a Previdência Social? () Sim () Não

27. (Se sim na anterior) Como: () Carteira assinada () Como autônomo
() Pela associação/cooperativa

28. Você tem acesso aos direitos trabalhistas (férias, décimo terceiro, fundo de garantia, um dia por semana de descanso, licença maternidade, faltar quando está doente com atestado sem ser descontado, etc.)? () Sim () Não

Dificuldades e possibilidades:

29. Na sua opinião, qual é a principal dificuldade que o grupo possui? Como enfrentou ou está enfrentando? Já houve um avanço, modificando a situação?

30. Existe dificuldade na produção e na comercialização que o grupo encontra? Se existir, no que ela mais dificulta?

31. Qual a possibilidade de superação dessa dificuldade?

32. Você acredita que o grupo vai conseguir superar essas dificuldades?

33. A partir da inserção nesse empreendimento, você se considera incluído na sociedade?

Relações de poder

34. Quais as instâncias de participação de decisões que você participa?

35. Com que frequência isso acontece? De que forma isso acontece?

36. Você encontra dificuldades em trabalhar com os demais colegas? () Sim () Não
Quais? _____ Se sim, o que é feito para superá-la e como é lidar com isso?

37. O que significa Economia Solidária pra você?

38. Existe alguma dificuldade que não existe uma possibilidade de superação?

39. Se fosse convidar alguém para participar do empreendimento, quais os motivos que você convidaria?

40. Porque você prefere ficar como associado ao invés de procurar um emprego formal?

41. Como você pensa o seu futuro com sua inserção na Economia Solidária?

42. Você teria alguma outra informação que gostaria de apresentar?

APÊNDICE C

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA (DIRETORIA)

Identificação

1. Quais foram os motivos do surgimento do empreendimento?
2. Há quanto tempo existe o empreendimento?
3. Numero de sócios ativos? () Feminino () Masculino
4. O espaço físico que se localiza o empreendimento é? () próprio
() alugado () emprestado () em comodato () outro_____

Organização e relações de poder

5. O que o grupo tem como sua principal atividade econômica e como a mesma é desenvolvida?
6. Os associados têm uma adesão livre e voluntária? Como é que os associados entram no grupo?
7. Como é feita a eleição do presidente do empreendimento?
8. Como é constituída a diretoria do empreendimento?
9. Quais as formas de participação dos associados nas decisões tomadas?
10. Os associados participam da gestão do grupo? Como a mesma é feita?
11. Como se dá a participação econômica dos associados? Existe alguma dificuldade nesse processo, se sim, como é superado?
(distribuição das sobras e os rendimentos mensais)
12. Os associados têm autonomia e independência dentro do empreendimento? (as formas de tirar suas dúvidas e dar sugestões no andamento das atividades)
13. Existem cursos de capacitação, formação e informação em que os associados participam?
14. Existe algum programa de integração entre os associados além do espaço de trabalho?
15. Qual a escolaridade dos integrantes da diretoria? (Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e secretário)

16. Como é a relação do grupo com a comunidade?

17. Os associados possuem que direitos?

Dificuldades e suas alternativas do empreendimento:

Econômica:

18. Quais as principais dificuldades sociais encontradas pelo empreendimento?

19. Na atividade econômica do empreendimento, qual é a principal dificuldade do grupo?

() falta de recursos para capital de giro () falta de recursos para infraestrutura () falta de recursos para ampliar a capacidade do empreendimento () outro _____

20. Quais as possibilidades de superação desses limites?

21. O empreendimento teve acesso a crédito?

() Sim () Não

Se sim, pra que foi utilizado o crédito (financiamento)?

22. Obteve dificuldade para obter esse crédito? Se sim, quais e como foi resolvido?

23. A falta de uma legislação específica para esse tipo de empreendimento é um empecilho para o acesso ao crédito? Se sim, como é superada essa dificuldade?

24. Existe sobra de recursos no final de cada ano?

25. O empreendimento possui algum tipo de vantagem pra acessar ao crédito?

Produção e comercialização

26. Que tipo de atividade o grupo desenvolve?

27. Na produção, existe alguma dificuldade? () sim () não

Se sim, Quais são elas?

Como são superadas as dificuldades?

28. Como é realizada a comercialização?

() direto com os clientes () com atravessadores () de porta em porta
() Feiras () Exportado

29. Existem dificuldades nesse processo?
30. Como são superadas essas dificuldades?
31. O mercado privado impõe limites na comercialização?
32. Quais as formas de divulgação do produto?
33. Existem outros limites encontrados pelo empreendimento?
34. Como é feito para superar o(s) mesmo(s)? _____
35. Na opinião da diretoria, as possibilidades impostas superam as dificuldades encontradas em todos os processos do desenvolvimento das atividades do empreendimento?
36. Referente ao desenvolvimento sustentável, o que o empreendimento desenvolve e existem dificuldades para desenvolver atividades com características sustentáveis?
37. Caso o grupo não tenha dificuldades, como o empreendimento fez para superar todas as dificuldades? Quais foram todas as possibilidades para superação dos limites?

Apoios para superação dos limites:

38. O empreendimento recebe ou já recebeu algum tipo de assessoria de algum grupo de apoio?
() Sim () Não De que tipo?
39. Qual foi a entidade que prestou apoio?
40. Que aspectos foram priorizados?
41. O grupo tem acompanhamento de um profissional Assistente Social? Caso sim, que atividades o mesmo desenvolve?
42. O que o grupo acha que poderia ser feito pelo governo para ampliar essas formas de geração de trabalho e renda?
43. O que a diretoria ressaltaria de positivo em todo o trabalho que vocês desenvolvem aqui?
44. Existe alguma dificuldade que não tem como superar?
45. A diretoria teria alguma outra informação que gostaria de apresentar?